



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO – PORTO VELHO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS.**

**Campus, Porto Velho
2024**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO – PORTO VELHO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Reitor
Prof. Dra. Marcele Regina Nogueira Pereira

Vice-Reitor
Prof. Dr. José Juliano Cedaro

Pró-Reitor de Graduação
Dra. Verônica Ribeiro da Silva Cordovil

Coordenadoria de Projetos Políticos Pedagógicos/PROGRAD
Profa. Dra. Angélica Viriato Ortiz Alves

Diretor do NUCSA
Prof. Dr. Marcus Vinícius Xavier de Oliveira

Chefe do Departamento de Economia
Prof. Dr. João Batista da Luz de Souza

Vice-Chefe do Departamento de Economia
Prof. Dr. Idone Bringhenti

Documento Elaborado pelo NDE/Economia

Prof. Dr. Manuel Antonio Valdés Borrero -Presidente

Prof. Dr. Jonas Cardoso -Membro

Prof. Dr. Walberti Saith -Membro

Prof. Dr. Otacílio Moreira de Carvalho - Membro

Prof. Dr. João Batista da Luz de Souza – Membro

(PORTARIA Nº 79/2019/SEC-NUCSA/NUCSA/UNIR no BS Nº 086 de 31/10/2019).

Colaboradores.

Prof. Dr. Luis Fernando Maia Lima

Profa Dra. Neima Quele de Almeida

Prof. Dr. Ermeson Henrique Silva dos Reis

Prof. Esp. Edílson Lobo do Nascimento

Técnico Aline Saab

**Campus, Porto Velho
2024**

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma Institucional da Fundação Universidade Federal de Rondônia.....	11
Figura 2: Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Rondônia.....	15
Figura 3: Índice de GINI para o estado de Rondônia.....	16
Figura 4: Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.....	17
Figura 5: Emprego da Administração Pública em RO (em unidades).....	17
Figura 6: Distribuição da Carga Horária por Componente Curricular.....	50

Lista de Quadros

Quadro 1 - Componentes Curriculares Obrigatórios.....	34
Quadro 2 - Componentes Curriculares (Disciplinas), Segundo Conteúdos de Formação.....	35
Quadro 3 - Conteúdos/temáticas curriculares obrigatórios(as).....	38
Quadro 4 - Distribuição das Disciplinas Optativas.....	39
Quadro 5 - Área de atuação do professor do DACE para orientação de monografia.....	43
Quadro 6 - Requisitos para integralização/Síntese da Distribuição da Carga Horária Total do Curso.....	49
Quadro 7 - Matriz Curricular por Semestre/período.....	51
Quadro 8 - Matriz de Transição Curricular.....	54
Quadro 9 - Professores que compõem o NDE/Curso Ciências Econômicas.....	159
Quadro 10 - Relação do copo docente do curso (2023).....	163
Quadro 5 - Evolução da qualificação do corpo docente (2014).....	164
Quadro 6 - Relação Corpo Docente x Componente Curricular – Disciplinas.....	165
Quadro 7 - Regime de Trabalho.....	167
Quadro 14 - Relação do copo técnico do curso (2022).....	167
Quadro 8 - Número de Vagas.....	177

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Demanda de Vagas para o Curso de Ciências Econômicas da UNIR Entre 2009 a 2019.....	177
--	-----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
1.1 Contextualização da UNIR.....	10
1.2 Contextualização socioeconômica, socioambiental, tecnológica, cultural, política e educacional da região de abrangência do Campus e curso.....	14
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	18
2.1 Contextualização do curso.....	18
2.1.1 Objetivos do Curso.....	18
2.1.2 Concepção teórico-metodológica do curso.....	19
2.1.3 Perfil Profissional do Egresso.....	21
2.1.4 Justificativa de oferta do curso.....	22
2.1.5 Histórico do curso.....	23
2.1.6 Legislação/Dispositivos Legais.....	26
2.1.7 Políticas Institucionais no âmbito do curso.....	28
2.1.8 Políticas de Apoio aos discentes.....	29
2.1.9 Identificação do funcionamento do Curso.....	30
2.2 Estrutura Curricular.....	33
2.2.1 Organização Curricular dos Componentes obrigatórios.....	34
2.2.2 Temáticas curriculares obrigatórias.....	36
2.2.3 Componentes curriculares optativos.....	38
2.2.4 Componentes curriculares eletivos.....	40
2.2.5 Componente Curricular - Atividades Complementares (AC).....	40

2.2.6	Componente Curricular - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	42
2.2.7	Componente Curricular - Estágio Curricular Supervisionado.....	44
2.2.8	Componente Curricular - Atividades Curriculares de Extensão–ACEX.....	45
2.2.9	Articulação entre a teoria/prática e a interdisciplinaridade.....	47
2.2.10	Integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.....	48
2.2.11	Descrição dos requisitos para integralização de currículo/Síntese da Distribuição da Carga Horária Total do Curso.....	49
2.2.12	Matriz Curricular por Semestre/período.....	50
2.2.13	Plano de Transição Curricular.....	53
2.2.14	Ementário dos Componentes Curriculares Obrigatórios por período.....	57
2.2.15	Ementário dos Componentes Curriculares Optativos.....	120
2.3	Metodologia.....	153
2.3.1	Metodologias de Ensino.....	153
2.4	Recursos Didáticos e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs.....	154
2.5	Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem.....	155
2.5.1	Metodologias de Avaliação Discente.....	155
3.	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO.....	157
3.1	Gestão administrativa e acadêmica do curso.....	157
3.2	Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	158
3.3	Gestão do curso e os processos de avaliação externa e interna.....	159
3.3.1	Avaliação externa do curso.....	159
3.3.2	Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE).....	159
3.3.3	Autoavaliação institucional.....	160

3.3.4 Avaliação discente.....	162
3.3.5 Avaliação e Acompanhamento dos egressos.....	162
3.4 Recursos Humanos.....	163
3.4.1 Corpo docente.....	163
3.4.2. Corpo técnico.....	167
3.4.3 Corpo Discente.....	168
4. INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	169
4.1 Infraestrutura administrativa do Curso.....	169
4.2 Infraestrutura básica utilizada no ensino.....	169
4.2.1 Salas de Aula.....	169
4.2.2 Laboratórios.....	170
4.2.3 Bibliotecas.....	170
4.3 Acessibilidades (arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológica).....	170
4.4 Outros espaços.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
APÊNDICES.....	174
Apêndice I - Estudo Realizado pelo Prof. Dr. Luís Fernando Maia Lima sobre o Número recomendável de Vagas para o Curso de Ciências Econômicas.....	175
Apêndice II - Regulamento de “Atividades Complementares” do Curso de Ciências Econômicas - Unir - Porto Velho.....	179
Apêndice III - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TC) de Economia do Departamento Acadêmico de Ciências Econômicas – DACE.....	183

Apêndice IV: Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas.....	190
Apêndice V - Regulamento das Atividade de Extensão-ACEX.....	195
Apêndice VI - Regimento da Unir para os Núcleos Docentes Estruturantes- NDE.....	198

APRESENTAÇÃO

O Curso de Ciências Econômicas é um dos cursos pioneiros da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). A sua criação data de 12/05/1980, com reconhecimento pelo Parecer do CFE de N° 361/80. Desde sua criação o curso tem oferecido ensino de qualidade reconhecida e grande contribuição regional ao se considerar o número significativo de egressos inseridos no setor público e no setor privado do Estado. Também no último reconhecimento de curso realizado pelo Ministério da Educação (MEC), através da Portaria de N° 99/2016, publicada no DOU em 05/ 04 / 2016, o curso obteve como conceito de curso nota 4, e, recentemente, em 2019 nota 3.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) que vigorava desde o início do estabelecimento do curso em 1980 tem sofrido apenas duas alterações, uma em 2007 e outra em 2015. As alterações foram realizadas sob a égide da Resolução n° 04 do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2007, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação (bacharelado) em Ciências Econômicas. Passado esse lapso de tempo, tanto de acúmulo de experiências como de novas diretrizes curriculares, se impõe a necessidade de uma nova reformulação do PPC do curso, observando-se o disposto na Resolução n.º 278/ CONSEA, de 04 de junho de 2012

Contudo, o desafio de uma reformulação de uma estrutura tão bem sedimentada é enorme, mas o momento atual demanda um novo Projeto Pedagógico que se adeque as novas exigências, tanto do MEC, no que tange à Curricularização da Extensão (RESOLUÇÃO N° 7/CNE/CES/ 2018), como das novas exigências da sociedade e da profissão do economista.

As diretrizes curriculares propõem a flexibilização curricular e a liberdade de as instituições de ensino superior (IES) elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso, segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e dos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhe uma autonomia na definição dos currículos dos seus cursos, e que um mesmo programa seja multidisciplinar e contenha variados tipos de formação e habilidades diferenciadas.

A nova proposta de Projeto Pedagógico segue, portanto, as diretrizes curriculares nacionais pertinentes, e está estruturado de forma a atender a Resolução No.2 de 2007/CES que prevê uma carga horária mínima de três mil horas para um período mínimo de quatro anos de integralização.

O Curso oferece uma forte formação teórica geral (formação básica), e, simultaneamente, uma formação complementar, com disciplinas que foram selecionadas

para consolidar o perfil do futuro profissional de economia. Pretende-se para tanto oferecer, além dos conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, disciplinas para a formação complementar nas seguintes áreas de concentração de conhecimentos: a) Desenvolvimento, Meio Ambiente e Economia da Amazônia; b) Conjuntura, Empresa e Projetos de desenvolvimento para a Amazônia; e c) Economia Institucional, Perícia e Educação Financeira na Amazônia.

A escolha dessas áreas de concentração tem como base a importância da região amazônica para o Brasil e o mundo, sendo que Rondônia e a Amazônia têm peculiaridades diferenciadas, tais como: i) são áreas que se encontram em evidência nacional e internacional por sua ampla biodiversidade, ii) apresentam um processo próprio de desenvolvimento, atualmente em expansão econômica e que necessitam, essencialmente, de formação de economistas de visão ampla de mercado, de conjuntura econômica, setor público e empresarial; iii) em contraste com o anterior, estas regiões dependem, fundamentalmente, das ações do Estado; este último o mais importante setor da economia local.

Cabe ressaltar-se que este PPC foi construído com a ajuda da comunidade acadêmica, docentes, estudantes e técnicos, todos os relacionados com o curso. (Resolução n.º 278/ CONSEA/2012).

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Contextualização da UNIR

A Fundação Universidade Federal de Rondônia foi criada pela Lei n.º 7011, de 08 de julho de 1982, nos termos da Lei 9.394/96 do sistema de ensino superior do Brasil. Desde sua criação a universidade passou ter vital função social no estado de Rondônia ao permitir formar cidadãos nos cursos de Administração, Contabilidade e Economia, estes os seus primeiros cursos.

A universidade com a finalidade de atender as necessidades do estado adotou uma estrutura de MultiCampi, sendo a sede na cidade de Porto Velho. Os campi em que atua são Porto Velho, Guajará-Mirim, Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes e Presidente Médici. Isto é, a UNIR está presente em 8 municípios dos 52 que formam o estado de Rondônia (<https://www.cidade-brasil.com.br/2022>)

A missão institucional da UNIR é a de ‘Produzir e difundir conhecimento, considerando as peculiaridades amazônicas, visando o desenvolvimento da sociedade’ (PDI, 2014 e PDI, 2019).

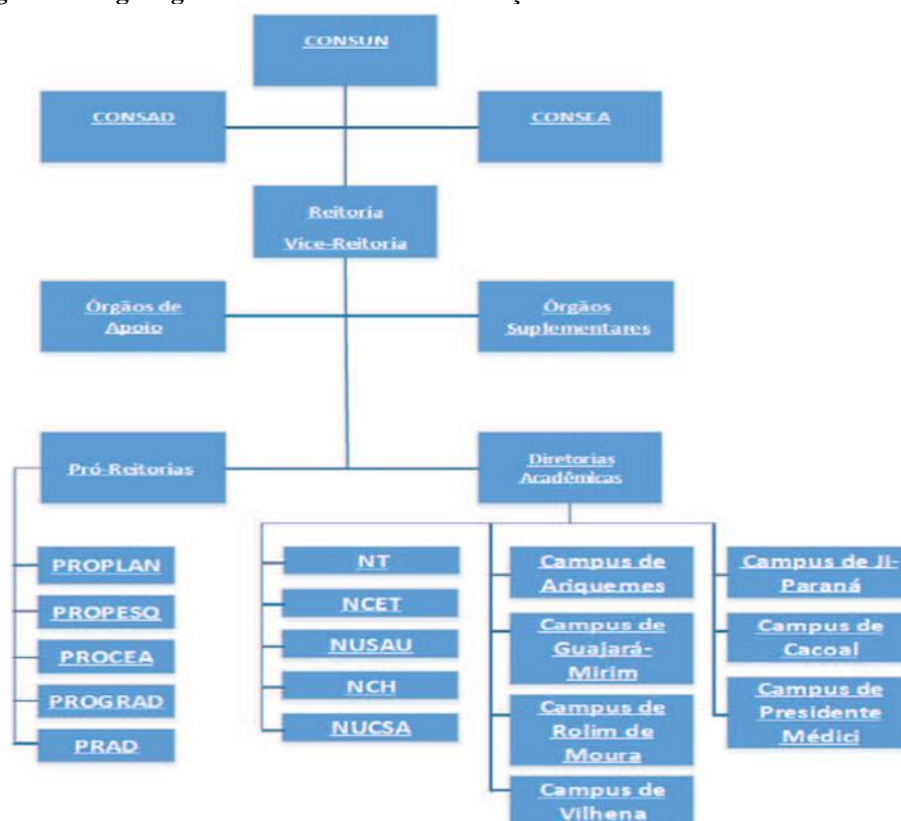
A respeito da missão da UNIR, o ex-Reitor e Professor Ari Miguel Teixeira Ott esclarece que a UNIR “se constituiu e se afirmou como única universidade pública e gratuita do Estado de Rondônia, pois, passados 37 anos (*em 2019*), vem cumprindo sua missão constitucional de desenvolver ensino, pesquisa e extensão; formou milhares de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento”, e que “em qualquer escola, em qualquer unidade de saúde, em qualquer órgão de governo estadual ou municipal, em qualquer empresa do setor privado estará um licenciado ou bacharel formado pela UNIR”. (PDI, 2019).

A UNIR, com base no Art. 8º de seu Regimento Geral, é uma Instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, de domínio e cultivo do saber humano, tendo como finalidade precípua a promoção do saber científico puro e aplicado, e, atuando em sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão possuem os seguintes objetivos específicos que se caracterizam por: “I - promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica; III - estimular e proporcionar os meios para a criação e a

divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional; IV - estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região; e V - manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.”

A estrutura hierárquica da universidade se apresenta na figura 1

Figura 7: Organograma Institucional da Fundação Universidade Federal de Rondônia.



Fonte: PDI, 2014

Da figura anterior tem-se que a Administração Superior constitui-se dos Órgãos Deliberativos Centrais (Conselhos Superiores) e dos Órgãos Executivos Centrais (Reitoria e Pró-Reitorias). São três os Conselhos Superiores da Universidade: (1) Conselho Superior Universitário (CONSUN), órgão final deliberativo, consultivo e normativo, responsável pela política institucional e instância de recursos; (2) Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), órgão deliberativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão; e (3) Conselho Superior de Administração (CONSAD), órgão deliberativo e consultivo em matéria de administração, finanças, orçamento, legislação e normas.

A Secretaria de Controle Interno (SECOI) é a unidade responsável pela promoção do controle da legalidade e legitimidade dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O Gabinete da Reitoria é o órgão de assistência direta ao Reitor e Vice-Reitor em suas representações políticas e sociais pertinentes a esses cargos, competindo-lhe o controle e o agendamento dos compromissos e despachos do Reitor afetos a UNIR, bem como todas as ações atinentes ao desenvolvimento e funcionamento da Reitoria.

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) é o órgão responsável pela organização, divulgação e veiculação das informações da UNIR, competindo-lhe fazer a cobertura jornalística de eventos e solenidades de interesse institucional, bem como manter informados todos os órgãos integrantes da estrutura da UNIR sobre assuntos de relevância institucional.

A Secretaria dos Conselhos Superiores (SECONS) é a unidade responsável pelo assessoramento, controle e execução das atividades inerentes aos Conselhos Superiores da Universidade: CONSUN (Conselho Superior Universitário); CONSAD (Conselho Superior de Administração) e CONSEA (Conselho Superior Acadêmico).

A Procuradoria Jurídica (PROJUR) é a unidade responsável pela promoção das atividades de consultoria jurídica relacionadas com a administração universitária geral, bem como das questões judiciais perante qualquer Foro ou Juízo.

Além dessas Unidades, estão vinculadas à Reitoria as Comissões de Assessoramento sobre assuntos acadêmicos, administrativos, jurídicos e outros, pertinentes à vida acadêmica, envolvendo todas as unidades da Universidade.

Os Órgãos Suplementares compreendem a Diretoria de Educação a Distância, Diretoria da Biblioteca Central, Diretoria de Registro e Controle Acadêmico e Diretoria Administrativa do Campus de Porto Velho; são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades de apoio de natureza técnica. A Biblioteca Central da UNIR tem natureza científica, cultural e técnica e compreende a Biblioteca Roberto Duarte Pires (em Porto Velho) e as Bibliotecas Setoriais dos Campi.

A Diretoria de Registro de Controle Acadêmico (DIRCA) é o órgão suplementar responsável pelo acompanhamento e controle da vida acadêmica (registros), sendo composta pelas Secretarias de Registro e Controle Acadêmico – SERCA de cada Campus. A Diretoria de Educação a Distância (DIREDA) é o órgão responsável pela implantação de políticas e diretrizes para o ensino a distância. E também por garantir a implantação, implementação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos produtivos

relacionados à educação a distância na UNIR, com os seguintes programas vinculados: Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Programa Pró Licenciatura (ProLicen).

Por fim, os Núcleos e Campi são órgãos que congregam os Departamentos e cursos, nos quais são realizadas as atividades-fim da Universidade. Na atualidade, a Universidade Federal de Rondônia oferta 68 cursos de graduação, sendo 65 na modalidade presencial e 03 a distância. Ainda está previsto a criação de cursos que, ouvidas as demandas da sociedade, contribuam para o crescimento qualificado da Instituição e para uma maior articulação da Universidade com a sociedade, ampliando, desta forma, a área de atuação da Instituição na Região (PDI, 2014).

No início, a universidade era composta por 9 cursos de graduação, 72 docentes lotados em 3 departamentos Didático-Científicos, com a qualificação em cursos de especialização e um número reduzido com curso de mestrado, compondo 88 servidores técnicos e 707 alunos regularmente matriculados no seu quadro. A instituição definia-se, inicialmente, apenas pelo modelo “ensino- aprendizagem” devido à falta de recursos para investir na pesquisa e na extensão

Da década dos anos de 1980 para a atualidade, a UNIR tem tido uma trajetória ascendente, baseada na visão institucional de “Ser referência em educação superior, ciência, tecnologia e inovação na Amazônia até 2024”, apresenta hoje um quadro de 897 professores, sendo que, desse total, aproximadamente 81% são de dedicação exclusiva. Hoje, a UNIR oferece 68 cursos de graduação e 28 cursos de pós-graduação em nível stricto sensu, sendo 24 mestrados acadêmicos e 4 doutorados. (Site-PROPESQ, 2023)

As atividades da UNIR, como instituição duradoura, estão baseadas em sete princípios que compreendem um amplo conjunto de valores. Os princípios são:

- 1- Desenvolvimento Humano: em que se coloca como centro o respeito e valorização do ser humano e na qualidade de vida.
- 2- Eficiência, Eficácia e Efetividade: Simplificação e Gestão integrada de processos; Aperfeiçoamento contínuo.
- 3- Sustentabilidade Institucional: Planejamento sistêmico; foco nos resultados e na qualidade dos serviços.
- 4- Cooperação e Integração: Valorização do trabalho em equipe; gestão participativa e na liderança integradora.
- 5- Integração Ensino, Pesquisa e Extensão: Interdisciplinaridade, aplicabilidade dos estudos da UNIR e educação superior inclusiva.

6- Transformação Social: Promoção do desenvolvimento regional, defesa dos direitos humanos; defesa da diversidade étnica, cultural e da biodiversidade.

7- Transparência e Moralidade: Responsabilidade Social, visibilidade da produção da UNIR, coerência nas atitudes e práticas.

Com base essa missão, visão, princípios e valores que a UNIR vem desempenhando importante papel no desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado e da região amazônica.

1.2 Contextualização socioeconômica, socioambiental, tecnológica, cultural, política e educacional da região de abrangência do Campus e curso

O curso de Ciências Econômicas da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) insere-se em um estado relativamente novo da Federação Brasileira, o estado de Rondônia, que se consolidou como tal em 4 de janeiro de 1982.

A população de Rondônia, estimada pelo IBGE em 2021, é de 1.815.278 pessoas, com uma área geográfica de 237.576,17 km². Dessa forma, observa-se que o estado apresenta uma baixa densidade demográfica, cerca de 7,64 hab/km², ocupando a vigésima posição em nível nacional. À guisa de comparação, o estado de maior densidade demográfica do Brasil é o Distrito Federal, seguido do estado de Rio de Janeiro, que em 2019 apresentaram, respectivamente, índices de densidade demográfica de 523,41 habitantes/km² e 394,62 habitantes/km².

Do ponto de vista econômico e social, Rondônia apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,690 em 2010, último ano disponível para avaliação. Esse IDH situa essa Unidade Federativa na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDH entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDH de Rondônia é Longevidade, com índice de 0,800, seguida de Renda, com índice de 0,712, e finalmente, a de Educação, com índice de 0,577. Este indicador apresenta uma tendência crescente, quando apresentou um índice de 0,4 em 1991, 0,5 em 2000 e 0,69 em 2010.

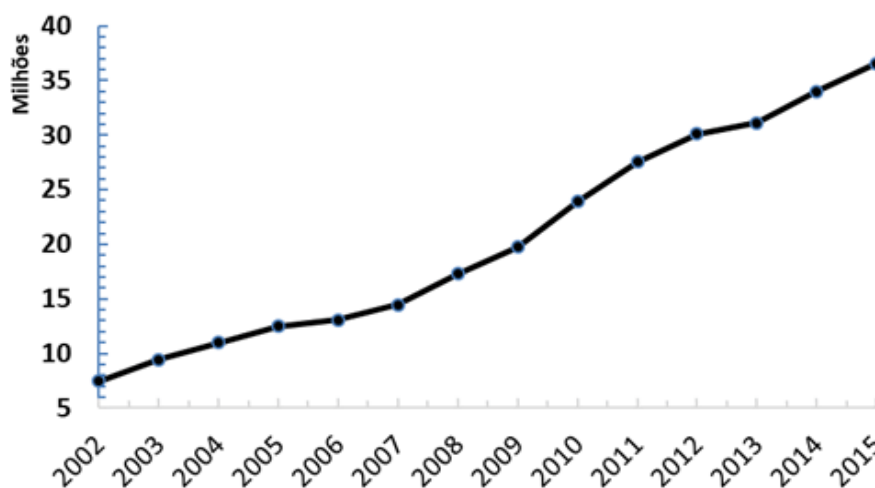
Em relação ao IDH, expectativas de Francisco (2022), apresentam a Rondônia no patamar de alto índice de desenvolvimento, com “(IDH) de 0,756, sendo o 14º colocado no ranking brasileiro, e o 3º entre os estados do Norte.

Segundo estimativas disponibilizadas pelo IBGE, projeta-se um crescimento populacional de 10.62% até 2030 para o estado. A dinâmica desse crescimento ensejará

avaliação de novas realidades, novas perspectivas econômicas e ambientais que surgirão em virtude desse crescimento. O curso de Ciências Econômicas da UNIR terá um papel importante em ajudar a estudar esse crescimento e suas implicações socioeconômicas e ambientais para o estado.

Somada a essa questão, devemos considerar o impacto do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Como pode ser observado na Figura 2, abaixo, o PIB de Rondônia em 2015, último ano disponível, foi de R\$36,563 bilhões, representando um aumento nominal de 7,44% em relação ao ano anterior. Ainda segundo dados do IBGE, o PIB de Rondônia em 2015 representou 0,6% do PIB nacional, ocupando a 23ª posição no ranking nacional. Em termos da Região Norte, o PIB do estado representou 11,43% do PIB total da região, ocupando a 3ª posição, ficando atrás apenas do Pará e Amazonas.

Figura 8: Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Rondônia.



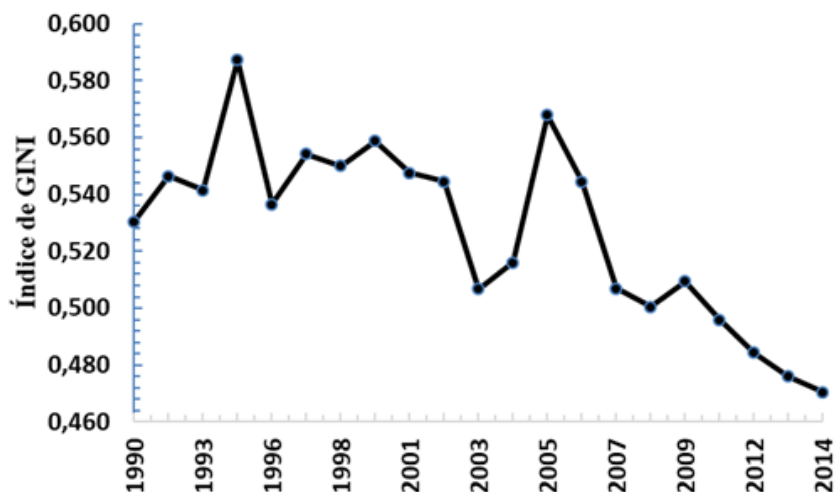
Fonte: Elaboração própria com base em dados disponibilizados pelo IPEADATA.

A expansão do PIB per capita é uma das condições relevantes que possibilitam a melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, para garantir o crescimento do PIB per capita real, o crescimento da economia rondoniense tem que ser maior do que o crescimento populacional. Além do desafio de expandir a renda média da população rondoniense, outro desafio será melhorar a distribuição de renda dentro do estado.

A Figura 3 mostra que ao longo dos anos a desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini, vem sendo reduzida no estado. Porém, é necessário promover melhores condições para que a desigualdade de renda seja reduzida ainda mais. Em face do que foi exposto, para a promoção de melhores resultados em termos do PIB, do crescimento da renda média da população do estado, bem como a obtenção de melhores resultados em

termos da desigualdade de renda e melhorias na qualidade de vida da população rondoniense será necessário o auxílio de economistas que possam planejar essas questões bem como orientar e direcionar medidas mais eficazes que permitam que os resultados almejados sejam alcançados. Resultados positivos neste campo poderão ser auferido a partir do desenvolvimento de propostas de economia solidária e de economia criativa.

Figura 9: Índice de GINI para o estado de Rondônia.



Fonte: Elaboração própria com base em dados disponibilizados pelo IPEADATA.

Outro ponto importante e que deve ser destacado é que o crescimento populacional também pode trazer impactos significativos sobre o meio ambiente. Nesse sentido, dada a riqueza ambiental do estado e o crescimento da agropecuária, torna-se fundamental ter ciência do impacto e pressão que esse crescimento trará sobre o meio ambiente e economia local. Assim, destaca-se, mais uma vez, a necessidade crescente de profissionais, tais como o economista, para pensar nesses problemas e em possíveis formas de se antever a eles, além de minorar o efeito sobre o meio ambiente, biodiversidade e sobre a população rondoniense.

Tendo em vista o mercado de trabalho, o estado apresentou em 2017 um rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 957,00, o que coloca Rondônia como 13º estado no Brasil nesse quesito. Considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Pessoal Ocupado, em especial a Seção do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas de 2017, observa-se (Figura 4) que o número de pessoas ocupadas em atividades financeiras, cresceu cerca de 8,9% entre os anos de 2008 e 2015, estando a atrás somente do setor de saúde (11%) em termos de crescimento.

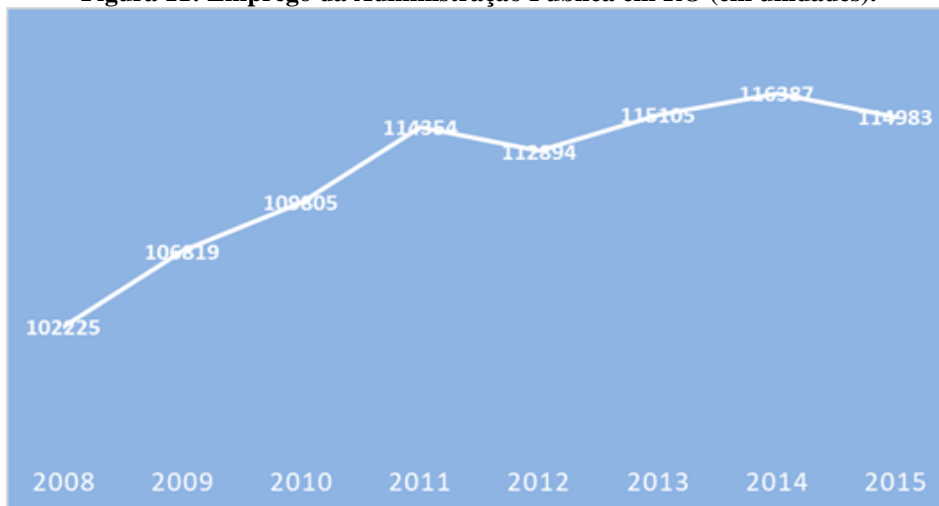
Figura 10: Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.



Fonte: Elaboração própria com base em dados disponibilizados pelo IBGE.

Porém, o setor que ainda ocupa mais pessoas no estado é o setor público, embora o seu crescimento tenha se apresentado pequeno em anos recentes (1,72%). Veja-se a figura 5 a seguir.

Figura 11: Emprego da Administração Pública em RO (em unidades).



Fonte: Elaboração própria com base em dados disponibilizados pelo IBGE.

A Figura 5 mostra que o setor que ainda mais emprega no estado de Rondônia é a administração pública, com um efetivo muito superior aos dos outros setores. Embora desde de 2011 o seu crescimento tenha se apresentado pequeno. Esse pode ser um indicativo do crescimento da empregabilidade de outros setores, o que não diminui a importância do setor público no mercado de trabalho rondoniense.

Neste contexto de expansão econômica o curso de Ciências Econômicas tem muito a contribuir como ciência na economia do setor público, economia do meio ambiente e na economia de empresas, entre outros setores importantes.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Contextualização do curso

2.1.1 Objetivos do Curso

Nesse cenário, o curso de Ciências Econômicas oferecido pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR tem os seus objetivos considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso:

1. Oferecer formação em Ciência Econômica, de modo a ampliar os horizontes intelectuais (constituindo uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento de questões econômicas no seu contexto histórico-cultural) e de modo a propiciar as competências e habilidades da profissão, respeitado o perfil profissional que preside o projeto pedagógico do curso;
2. Contribuir para a construção das bases do desenvolvimento econômico sustentável na região, sob um ambiente político democrático, através da materialização de um processo educacional em que ensino, pesquisa e extensão apareçam indissociáveis, complementado pela interação universidade/empresa, universidade/órgão público e universidade/movimentos sociais;
3. Desenvolver, de modo interdisciplinar e com abertura de espaços para a prática da iniciação científica dos alunos, pesquisas que estejam em acordo com a Política de Pesquisa da Universidade e do Curso, gerida e permanentemente atualizada;
4. Fomentar a prática da extensão, como mecanismo de contato teoria e prática, academia e sociedade, respeitada a Política de Extensão da Universidade;
5. Propiciar espaços de debate de temas econômicos relevantes colocados pela conjuntura e pela dinâmica de desenvolvimento da região;
6. Estimular o ingresso em programas de pós-graduação local, nacional e internacional;
7. Fortalecer a formação profissional a partir do estreitamento do vínculo com o Conselho de Classe (sistema COFECON/CORECON).

2.1.2 Concepção teórico-metodológica do curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UNIR foi concebido a partir de um conjunto de reflexões e análises, fruto de reuniões com alunos, professores e profissionais da área econômica, que permearam a estruturação formal do currículo de Economia em face das exigências do Conselho Nacional de Educação (Resolução 04/CNE/CES/2007). Diante de tais exigências, o Projeto Pedagógico torna-se um instrumento necessário, enquanto norteador dos procedimentos e atividades pedagógicas do curso, mas também suficientemente flexível e inovador capaz de instigar a preocupação permanente com o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, o curso de Ciências Econômicas dispõe de um documento inovador que orienta o seu pensar no campo pedagógico.

A implantação deste currículo de ciências Econômicas está em sintonia com as disposições da Resolução 04/CNE/CES2007 e da política acadêmica institucional. Assim, através de um sistema de valores e ações que tem por princípio o compromisso com a cidadania, o estudo e compreensão da realidade brasileira, o pluralismo metodológico em coerência com o caráter plural da ciência econômica e a ética do cientista e cidadão em formação. Assim, o PPC estrutura um curso que buscará manter diálogo constante entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas deixa claro o seu compromisso com a construção da cidadania, introduzindo no curso o cenário político, econômico, social, étnico, cultural e ambiental. Através dos valores éticos, instiga a comunidade acadêmica a buscar, nas suas chamadas instâncias científicas, subsídios analíticos que lhes permitam fazer a articulação entre o pensar científico e o espaço político-social vivido.

Para enfrentar esse desafio, resta, somente, o aprofundamento dos fundamentos científicos, concepções filosóficas, métodos de interpretação e análise da realidade, remetendo-os a um saber interdisciplinar e disciplinar. O Curso de Ciências Econômicas, a partir deste compromisso, deve construir e projetar novas frentes de investigação e conhecimento, ampliando a articulação entre o saber acadêmico e a capacidade de intervir na realidade.

O curso busca a integração entre a teoria e a prática mediante o estreitamento do ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, além do currículo do curso, os estudantes são inseridos em grupo de pesquisa, criado e formado por professores do curso. O Grupo de

Pesquisa Econômica da Amazônia (GPEAM), criado em 2015, atua em três linhas de pesquisa, sendo elas: a teoria do desenvolvimento, a economia do setor público e o agronegócio. Na atualidade, já atuam no grupo em torno de dez estudantes pesquisadores.

O GPEAM tem por finalidade colocar os estudantes em contato com a realidade regional e nacional, mediante a capacitação em levantamento, armazenamento e processamento de informações estatísticas do estado e a região amazônica. O resultado desse trabalho conduz os estudantes a elaborar artigos e participar em eventos científicos. A partir de 2017, o curso consta também com o projeto Observatório do Desenvolvimento dos Municípios do Estado de Rondônia (ODES), que visa agregar dados regionais e propor políticas públicas.

Outra modalidade de estreitamento da teoria e a prática é a participação dos estudantes no Programa de Educação Tutorial (PET). No PET o aluno adquire uma bolsa de estudo financiada pelo ministério da educação para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão. O PET agrupa até dezoito estudantes sendo que doze deles recebem bolsa e os outros são considerados voluntários.

O curso oferece palestras com profissionais de renome que trazem suas experiências para o meio acadêmico.

Nessas condições, o curso irá fornecer aos acadêmicos os saberes necessários à sólida formação básica e a uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando preparado para as novas e emergentes demandas, considerando: o tipo de formação (humanista, generalista, comprometido com a transformação social, etc.) que pressupõe uma concepção de sociedade justa e democrática, para formar o aluno crítico, participativo, criativo e responsável em uma universidade transformadora e autônoma.

2.1.3 Perfil Profissional do Egresso

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondônia adota a Resolução 04/2007 CNE/CES relativa às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Econômicas. Na citada resolução é definida o perfil dos egressos da seguinte forma:

“Art. 3º O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais.”

Com base nessa resolução, o perfil do profissional que se pretende formar no Curso de Economia considera o compromisso assumido, implícita e explicitamente, com a sociedade. Levando-se em conta que a Economia é uma Ciência da Sociedade, a formação do profissional de economia deve ser capaz de atender as variadas demandas da sociedade em toda a sua complexidade e heterogeneidade. Assim, o profissional que se pretende formar deve ser capaz de:

- Atuar com competência, tanto no Setor Público (nas áreas de pesquisa, planejamento, formulação e acompanhamento de políticas públicas), quanto no Setor Privado (nos segmentos da indústria, comércio, agrobusiness e financeiro);
- Situar-se de maneira objetiva no âmbito das conjunturas estaduais (rural e urbana), nacional (inclusive regional) e internacional;
- Deter base cultural ampla, que possibilite ao profissional o entendimento das questões econômicas, dentro do seu conteúdo histórico-social.
- Diagnosticar e formular problemas, assim como, assinalar soluções no campo da microeconomia e da macroeconomia;
- Perceber com elevado senso crítico as rápidas transformações (na tecnologia e no emprego) pelas quais o ambiente econômico e social vem passando;
- Ler, compreender e interpretar os fenômenos econômicos e sociais contemporâneos (o desenvolvimento e o subdesenvolvimento), sob os diferentes paradigmas, tanto na sua aparência quanto na sua essência;
- Desenvolver aptidões na solução das questões ambientais, problemática da região, visto que os olhares nacional e internacional estão voltados para a Amazônia.
- Ingressar em programas de pós-graduação.

Com o intuito de alcançar esse perfil de formação, os discentes deverão ao longo do curso desenvolver competências e habilidades que permitam compreender a realidade local/regional e nacional, de modo que este possa atuar e contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos. Dentre essas habilidades tem-se:

- Desenvolver raciocínio logicamente consistente;
- Saber ler e compreender os textos econômicos e de áreas afins;
- Elaborar pareceres, relatórios, trabalhos de natureza científica e textos na área de Economia;
- Utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica;
- Utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise de fenômenos socioeconômicos;
- Diferenciar as diversas correntes do pensamento econômico e sua influência nas políticas econômicas;
- Saber atuar em equipes interdisciplinares, desenvolvendo projetos de interesse político, econômico e social;
- Elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica.

2.1.4 Justificativa de oferta do curso

O curso de ciências econômicas oferecido pela UNIR tem grande relevância para a região. Além de ser o único, atualmente, a ser oferecido de forma presencial no estado, forma indivíduos para a compreensão da realidade regional, nacional e internacional, e, analisa como esses ambientes contribuem no desenvolvimento econômico do estado de Rondônia.

No atual cenário econômico e social em que o curso atua, o economista tem por missão fazer propostas que equilibrem as difíceis questões sociais, as ambientais e políticas. A avaliação de novos projetos de investimento em empresas, com um novo perfil, voltadas para a sustentabilidade social, econômica e ambiental, impõe novos desafios aos economistas que o curso forma.

Nesse respeito, o economista que o curso forma deverá estar apto para realizar o estudo de mercado sobre o as atividades econômicas da empresa, analisa os recursos

financeiros disponíveis, a saúde financeira da empresa, o tempo de retorno do investimento no projeto e a rentabilidade do investimento.

Uma outra contribuição importante do curso seria a realização de consultoria para educar, financeiramente, indivíduos com grandes dívidas para melhorar o seu bem-estar, ou indivíduos com recursos financeiros excedentes para escolher o melhor investimento. Para isto, o curso precisa fornecer as ferramentas necessárias para que o economista formado possa entender o mercado e suas variações, elaborar perspectivas e cenários. A partir daí, o economista deverá apresentar cenários ao cliente, que pode então tomar uma decisão com base na análise de um especialista.

Nesse cenário, de um estado com economia em expansão, o curso de ciências econômicas forma um profissional de vital importância para a melhor condução desse processo de crescimento e desenvolvimento econômico. A avaliação dos processos de importação e exportação, a avaliação de formação de agroindústrias, a análise da eficiência do funcionamento do setor público e as questões econômicas relacionadas com a preservação ambiental do estado, são algumas das áreas em que o curso pode fazer grande contribuição.

2.1.5 Histórico do curso

O atual Estado de Rondônia teve sua origem, no início do século XX, na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um empreendimento multinacional que pretendia servir de modal ferroviário para o escoamento da borracha, mas, apesar do tempo passado, na década de 70, o ainda então Território Federal de Rondônia não possuía nenhuma instituição de nível superior, exceto um Núcleo da Universidade Federal do Pará que se destinava somente a formação de professores, o programa especial de formação de Professores para o 1º e 2º graus de ensino - Esquema I. Assim, havia um estrangulamento histórico para os locais que, no máximo, tinham acesso ao 2º grau e somente as famílias ricas podiam arcar com os custos do ensino superior em outros estados ou regiões.

Não se pode deixar de assinalar a importância que teve a criação da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, e o curso de Ciências Econômicas, como um dos seus primeiros, por propiciar a oportunidade de ensino superior no seu território, bem

como tampar o escoamento de muitos recursos que a formação dos jovens nos cursos superiores em outros locais requeria.

Mas, antes de sua criação, para suprir esta lacuna, por iniciativa da Prefeitura de Porto Velho, em 1980, criou-se a Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia-FUNDACENTRO, que, por meio dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, já na década de 80, oferecia oportunidade de se cursar o ensino superior ainda no Território. Na esteira da transformação do território em Estado de Rondônia, em dezembro de 1981, foi criada a Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, pela nº 7.011, de 09 de julho de 1982, que, no seu texto, incorporava os cursos existentes da FUNDACENTRO com a obrigação de reconhecê-los.

Assim, a nova universidade nasceu com os cursos já existentes e incorporou seus dirigentes e corpo diretivo, Euro Tourinho Filho, que viria a ser o seu primeiro reitor, José Valdir Pereira, Eva Albuquerque, Eleide Ribeiro de Lima, entre outros os professores, na sua grande maioria técnicos do governo com especialização (somente dois com mestrado, um deles, natural do Estado vindo de fora, pois não existiam, praticamente, pessoas com este grau de qualificação). Foram os primeiros professores do curso de Ciências Econômicas Aldenor José Neves, Clodoaldo Avelar da Costa Ferreira, Eliano Sérgio de Azevedo Lopes, Haroldo Cristovam Teixeira Leite, Franciso Onofre Matias, Maurilio Galvão, Rosália Maria Passos da Silva e Silvio Rodrigues Persivo Cunha.

Não se pode deixar de destacar a importância do curso de Ciências Econômicas para o Estado de Rondônia, inclusive pela participação de professores e alunos na sua estruturação e no seu desenvolvimento, entre os quais vale destacar no, Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), que, além de criar os Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR), sementes da maioria dos novos municípios, promoveu o asfaltamento da BR-364, a principal via rodoviária de acesso ao Sudeste, bem como na elaboração e aprovação do Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) destinado a solucionar os problemas ambientais existentes e o primeiro plano na América do Sul a criar um Zoneamento Socioeconômico e Ecológico, que continua a ser aplicado, permitindo a proteção de áreas que totalizam 106.617 km² 3, ou 45% de Rondônia. Existem, hoje, 84 Áreas Protegidas no Estado, das quais 20 são Terras Indígenas, 15 são Unidades de Conservação de Proteção Integral e 49 são Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

A participação do curso de Ciências Econômicas da UNIR, em 40 anos de existência, tem uma importância (e valor) incalculável na medida em que seus professores

e formandos foram protagonistas da vida política e social do Estado ocupando posições de direção e estratégicas em todos os setores da vida pública, inclusive tendo saído do curso, reconhecidamente, três das maiores empresas estaduais, inclusive a única de bebidas com capital e marcas locais. Embora haja uma predominância de saídos do curso ocuparem empregos públicos, por passarem em concursos públicos, inclusive nacionais como os do Ministério da Economia, Banco Central, Ministério do Trabalho e da Agricultura, entre outros, a grande maioria é encontrada no setor financeiro ou em posições chaves do setor privado, o que importou na ida de muitos deles para empresas multinacionais, no Brasil ou exterior.

Porém, não se pode deixar de ressaltar que importantes conquistas do Estado, como, por exemplo, a implantação do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, que transformou Rondônia num polo de energia nacional, ou a construção da Rodovia Bioceânica, que liga os portos do Pacífico, via Assis Brasil, no Estado do Acre, fizeram não somente parte do planejamento ou de estudos sobre seus efeitos, como também acompanham e monitoram os impactos sobre o produto interno estadual.

Efetivamente, é visível que o conhecimento econômico produzido pelo curso de Ciências Econômicas da UNIR tem profundos impactos não somente sobre a formação de mão de obra, o planejamento da economia, das cidades e as opções de futuro, como está inserido no cotidiano estadual seja pela medição da cesta básica, pela proposição de medidas de políticas públicas, o que se provou essencial durante a pandemia de covid-19 com os economistas formados pela instituição não somente apontando soluções, como as executando seja na Secretária de Planejamento ou de Finanças do Estado de Rondônia. Porém, isto sempre acontece, de vez que, quando as crises acontecem, e tudo parece frágil e incerto, é sempre para o economista que as vistas se voltam na busca de opções. Embora, de fato, sua presença é, invisível, mas, constante, pelo menos, nos seguintes campos:

- Elaboração de projetos para obtenção de recursos;
- Estudos de mercado e análises para estratégias empresariais;
- Consultoria econômico-financeira para empresas;
- Planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de estratégias de negócio;
- Controle Financeiro das empresas e pessoas (educação financeira);
- Pesquisas e análises de dados;
- Empreendedorismo e mentoria para pequenas e médias empresas.

- É por ter cumprido com competência a formação de pessoas para atender essas demandas que o curso de Ciências Econômicas é tido pelo setor público e privado estadual como um parceiro importante do desenvolvimento de Rondônia.

2.1.6 Legislação/Dispositivos Legais

O funcionamento de um curso de graduação orienta-se por uma ampla legislação. Entretanto, alguns desses instrumentos legais são de vital importância para a demarcação do tempo de duração do curso, tipo de conteúdo entre outros aspectos legais.

Dentre desses instrumentos legais importantes tem-se:

1. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2007 que “Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências”.
2. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2019-2024 / Fundação Universidade Federal de Rondônia – Porto Velho, RO, 2019. O plano norteia a trajetória da instituição e do curso em relação à adequação às necessidades presentes e futuras do estado.
3. Resolução n.º 278/ CONSEA, de 04 de junho de 2012. Regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia.
4. Caderno de Orientações para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso: Comentado / Fundação Universidade Federal de Rondônia; elaborado por Verônica Ribeiro da Silva Cordovil; Laudilene Olenka; Angélica Viriato Ortiz Alves; Ana Carolina Kuhn– Porto Velho, RO, 2022.
5. Resolução Nº 7/CNE/CES de 10/12/2018. Publicado em: 19/12/2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
6. Resolução Nº 111/2019/CONSEA, de 29 de agosto de 2019. Estabelece a Política de Extensão Universitária da UNIR.
7. RESOLUÇÃO Nº 349, DE 06 DE SETEMBRO DE 2021. Que regulamenta a Curricularização das atividades de extensão na UNIR.

8. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021. Institui os procedimentos de operacionalização das Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) nos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
9. RESOLUÇÃO Nº 500/CONSEA, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017 e RESOLUÇÃO Nº 473 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022. Regulamenta o padrão de hora-aula, a carga horária de curso, o horário de funcionamento regular dos cursos de graduação presencial da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
10. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
11. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências; - Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, sobre a carga horária mínima e os procedimentos referentes à integralização e duração dos Cursos de Graduação, Bacharelados, na Modalidade Presencial.
12. Resolução nº 1 - CNE/CP, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
13. Resolução nº 2 - CNE/CP, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
14. Portaria Ministerial nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dá opção de introdução da oferta de carga horária na modalidade de EAD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.
15. RESOLUÇÃO Nº 338, DE 14 DE JULHO DE 2021. Regulamenta o processo de avaliação discente dos cursos de graduação da UNIR - Revoga a Resolução 251/1997/CONSEPE.
16. RESOLUÇÃO Nº 321, DE 27 DE MAIO DE 2021. Dispõe sobre as normas para o credenciamento de docentes voluntários(as) na UNIR nos cursos de graduação.
17. Resolução nº 428/CONSEA/2016. Cria a Política Institucional de Egressos da Fundação Universidade Federal de Rondônia.
18. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

É nesse marco jurídico que este PPC ficará atualizado, garantindo sua coerência com o Projeto Pedagógico Institucional, seu alinhamento às normas vigentes, às diretrizes pedagógicas que os orientam, às concepções e práticas contemporâneas no processo de ensino e aprendizagem, em relação à sua área de conhecimento.

2.1.7 Políticas Institucionais no âmbito do curso

Da mesma forma que a Fundação Universidade Federal de Rondônia se propõe como finalidade precípua a promoção do saber científico puro e aplicado, atuando em sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão, o curso de Ciências Econômicas encaminha esforços no mesmo sentido. (PDI, 2019)

Assim, o curso de economia adotou como sua principal missão a de produzir e difundir conhecimento, considerando as peculiaridades amazônicas, visando ao desenvolvimento econômico da sociedade. Para tanto, o curso lança mão das diversas políticas institucionalizadas para fortalecer a necessária interligação entre ensino-pesquisa-extensão.

O curso oferece a possibilidade ao acadêmico participar de vários programas, atuando como voluntário ou bolsista: Monitoria; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa de Educação Tutorial (PET).

Na dimensão de “ensino” do tripé ensino-pesquisa-extensão, o curso vem realizando diversas ações que buscam ressaltar a importância do papel do economista na sociedade. Entre essas ações estão: palestras, seminários e conversas com diversos economistas, da região ou nacionais, em colaboração com o Conselho Regional de Economia (CORECON). Também, incentiva os discentes a participar da Gincana Nacional de Economia e Congresso Brasileiro de Economia.

No desenvolvimento da dimensão “Pesquisa” o curso busca ampliação das atividades de pesquisa do Grupo de Pesquisa do departamento, o GPEAM, nas frentes da análise do desenvolvimento econômico, social e ambiental do estado, as questões de conjuntura econômica e as questões institucionais. O GPEAM apresenta e discute os seus resultados científicos no Encontro de Pesquisadores do Curso de Economia e Economistas do Estado de Rondônia (ENPEC). Em 2021 o ENPEC teve a sua terceira

versão. Acrescente-se as atividades do Programa de Educação Tutorial -PET com atividades que vão desde o fortalecimento do ensino até a pesquisa e a extensão.

Destarte, o curso segue a política institucional de egresso. Nesse sentido, o curso se propõe a criação de um banco de dados sobre os egressos. A partir de tais informações será possível elaborar o perfil do egresso e verificar o impacto do curso no mercado de trabalho regional. De conjunto com o CORECON o curso realiza encontro, seminários e cursos de atualização para os egressos (Resolução nº 428/CONSEA/2016).

Todas essas ações fazem com que o curso esteja em sintonia com as políticas da instituição. Nesse respeito, os discentes contam com o apoio do departamento para acessar: Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura da UNIR - Resolução n.º 120 CONSAD, de 14 de abril de 2014, Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Mobilidade Acadêmica, Programa de Monitoria, Programa Institucional Residência Pedagógica.

A presente renovação do PPC do curso busca, entre outros objetivos, criar as bases para a formação de um curso de mestrado no âmbito do curso. (PDI, 2019)

2.1.8 Políticas de Apoio aos discentes

O apoio ao discente contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e promove outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

É importante destacar que a organização de Centro Acadêmico bem como de um Diretório Central dos Estudantes é de organização e gestão dos discentes, cabendo a estes a sua articulação.

Quanto a participação de estudantes em atividade de intercambio, existe visitas de discentes (acompanhados de docente) a universidades que são próximas, em especial UFAC, como forma de participação do Encontro Nacional dos Grupos do Programa de Educação Tutorial (PET). Existem também convênios com a UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE, UNIVERSIDADE ANDINA SIMÓN BOLÍVAR e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG, entre outras. A Pró-

reitora de Graduação (PROGRAD) gerência a mobilidade acadêmica entre as IFES e a Assessoria de Relações Internacionais (ARI) oferece oportunidades de intercâmbio com instituições internacionais.

Internamente, A PROGRD oferece diversos programas com oferta de bolsas e auxílios para alunos. Por exemplo, o Programa de Monitoria tem por objetivo a melhoria e o fortalecimento do ensino de graduação, por meio da implementação de práticas e experiências pedagógicas, promovendo a cooperação mútua entre docentes e discentes, despertando, nestes últimos, o interesse pelo ensino, pesquisa e a extensão. Nesta modalidade se oferecem duas bolsas.

O curso, também conta com o PET que é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir dos discentes da graduação. Este programa consegue oferecer até 12 bolsas.

A universidade, por mediação da Pró-reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), oferece diversas modalidades de auxílio ao estudante em frágil situação socioeconômica para ajuda transporte, alimentação, creche. A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro criado pelo Governo Federal a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas, quilombolas.

Para o cuidado da saúde dos estudantes existem o Serviço de Psicologia Aplicada - SPA/Clínica de Psicologia da UNIR e o Serviço de Apoio Psicossocial (SAP) - oferecido pela PROCEA para apoio psicossocial. O SAP tem como finalidade oferecer um espaço de acolhimento e atendimento psicossocial em caráter preventivo, informativo e de orientação, promovendo o desenvolvimento e adaptação do aluno ao contexto universitário e incentivando sua integração acadêmica e profissional.

Todos esses serviços e ações destinadas ao apoio dos discentes do curso são apresentadas e explicadas na “Semana de Acolhimento dos Calouros” do curso. Nessa primeira semana de curso, os calouros participam de seminários e apresentações sobre a profissão e o funcionamento da universidade.

2.1.9 Identificação do funcionamento do Curso

Nome do Curso: Ciências Econômicas

Grau: Bacharel

Titulação Oferecida aos Egressos: Bacharel em Ciências Econômicas

Prazo de Integração do curso: Mínimo: 4 anos Máximo: 6 anos¹

Créditos: 124

Disciplinas: 41

Carga Horária Total: 3300 horas relógio²

Dias de aula/anual: 200

Vagas oferecidas: 50³ (cinquenta)

Previsão de semestre de ingresso: Primeiro semestre.

Turno de funcionamento: período noturno.

Horário das aulas: Das 19h às 22:30. Intervalo de 20 (vinte) minutos, das 20h40min às 21h.

Tipo de ingresso: Processo seletivo próprio, que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Regime de oferta e matrícula: semestral

Sistema de organização: Créditos

Modalidade: Presencial

Calendário acadêmico: Aprovado anualmente pelo CONSEA, com fulcro na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), fixando a duração mínima do ano letivo em 200 (duzentos) dias anuais de trabalho acadêmico efetivo ou 100 (cem) dias letivos por semestre. As aulas presenciais semanais da UNIR serão ministradas em dias letivos, com no mínimo 20 (vinte) semanas por semestre, excluído o tempo reservado às avaliações positivas. Os sábados são considerados dias letivos.

¹ Ao final de cada semestre letivo o chefe do departamento irá encaminhar relatório a PROGRAD, dos discentes que já completaram 12 semestre letivos no curso, com o objetivo de desligamento do cadastro do discente – Resolução 036/CONSUN de 11 de julho de 2018.

² Todo o texto e tabelas utiliza a conceito de hora relógio (60 minutos), podendo ser transformado em Hora Aula (50 minutos), realizando a multiplicação por 1,2. Ou seja, as disciplinas de 60 horas relógio é equivalente a 72 horas aula.

³ O número de vagas que o curso oferece é sustentado em estudo de mercado feito pelo NDE/Economia do curso. Veja-se o apêndice I.

Código do curso no E-MEC: 15987

Conceito do ENADE: Nota 2

Conceito Preliminar de Curso (CPC): Nota 3

Endereço de funcionamento do curso: Campus de Porto Velho, BR 364, Km 9,5, sentido Acre, no prédio do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas-NUCSA.

Atos regulatórios do curso: Parecer do CFE nº 361/80 e reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em 28 / 09 /1984, através da Portaria nº 412/84

O ingresso no curso (no primeiro período) é realizado por estudantes que tenham sido aprovados pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Para complementação de vagas (a partir do segundo período) o ingresso se realizará mediante “Vestibulinho” de responsabilidade da Comissão Permanente de Processo Seletivo Discente (CPPSD).

O Curso de ciências econômicas da UNIR terá a distribuição dos seus dias letivos, conforme calendário acadêmico da UNIR aprovado anualmente pelo CONSEA, com base na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, fixando a duração mínima do ano letivo em 200 (duzentos) dias anuais de trabalho acadêmico efetivo ou 100 (cem) dias letivos por semestre.

Cabe ressaltar que a UNIR aceita matrícula de aluno especial oriundo de cursos de outras instituições de ensino superior conforme o disposto no regimento geral da UNIR. Por fim, alunos provenientes de outras instituições de ensino superior por transferência *ex officio*.

2.2. Estrutura Curricular

A estrutura curricular deverá ser elaborada em sintonia com os objetivos do curso e com o perfil profissional que se deseja formar. Nesta devem constar todos os componentes curriculares previstos nos pareceres e nas resoluções específicas que tratam sobre as diretrizes curriculares do curso.

De forma geral, o currículo foi estruturado respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, definido através da Resolução 04/CNE/CSE/2007, visando compatibilizar os objetivos dos programas das disciplinas com os objetivos gerais do curso e garantindo a integração entre os diferentes programas.

Em atendimento à Resolução Nº 93, de 12 de julho de 2019, a carga total do curso será de 3300 horas relógios (Resolução 95/CONSEA/2019). E, segundo a Resolução Nº 309, de 31 de março de 2021, que regulamenta a Curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia, desse total de horas se deverão destinar 10% para as atividades de extensão. Ao se acrescentar as exigências da Resolução 04/CES/MEC/2007, que distribui a carga horária do curso em quatro grupos de conteúdos necessários para a formação do economista, deve-se garantir no mínimo 50% da carga total do curso para esses conteúdos, distribuídos da seguinte forma:

I. 10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Geral:

II. 20% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Teórica-Quantitativa

III. 10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Histórica

IV. 10% da carga horária total do curso aos conteúdos Teórico-práticos. Cabe salientar-se que o curso segue o estabelecido no artigo 7º da Resolução 04 MEC/CES/2007, em que “O Estágio Supervisionado é um componente curricular opcional da Instituição”, o que implicará em não ocupar horas da carga total do curso.

Porém, segundo o artigo 8º da mesma Resolução 04 MEC/CES/2007, as Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e mundo e as ações de extensão junto à comunidade.

Em parágrafo único dessa resolução 04/07 se estabelece que “as atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando”. Assim, a carga horária destinada as Atividades Complementares do curso representam 1,21% da carga total do curso, 40 horas relógio. A característica, forma de operacionalização e regulamento serão tratados em item separado.

2.2.1 Organização Curricular dos Componentes obrigatórios

A carga horária total do curso é de 3.300 horas relógio, sendo 2.380 horas referentes às disciplinas obrigatórias e 180 monografia (atividade), conforme o Quadro 1 seguir.

Quadro 9 - Componentes Curriculares Obrigatórios

	Disciplina	Carga Horária
Conteúdos de Formação Geral	Sociologia	40
	Filosofia	40
	Introdução à Contabilidade e Demonstrações Financeiras	60
	Introdução à Economia	60
	Matemática I	80
	Matemática II	80
	Subtotal	360
Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa	Microeconômica I	80
	Microeconomia II	80
	Microeconomia III	80
	Economia Industrial	80
	Contabilidade Social	60
	Macroeconomia I	80
	Macroeconomia II	80
	Macroeconomia III	80
	Economia Monetária	60
	Estatística Econômica e Introdução a Econometria	60
	Econometria I	80
	Econometria II	80
	Economia Política	60
	Economia Institucional	60
	Economia do Meio Ambiente	60
Mercado de Capitais	60	

	Economia do Setor Público	60
	Economia Internacional	60
	Orçamento Público	60
	Economia Financeira	60
	Desenvolvimento Econômico	60
	Elaboração e Análise de Projetos	80
	Subtotal	1.520
Conteúdos de Formação Histórica	História Econômica Geral	60
	História do Pensamento Econômico	60
	Formação Econômica do Brasil	60
	Economia Brasileira Contemporânea	80
	Economia da Amazônia	80
	Subtotal	340
Conteúdos de Formação Teórico-Prática	Metodologia do Trabalho Científico	80
	Técnica de Pesquisa em Economia	80
	Monografia I	80
	Monografia II	100
	Subtotal	340

Fonte: Elaboração do NDE/Economia 2022.

O Quadro 2 contabiliza a carga horária do conjunto de disciplinas, por campos interligados de formação, verificando qual a sua percentagem na carga horária total do curso, com o intuito de demonstrar que o Curso de Ciências Econômicas da Unir, cumpre o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, por meio da Resolução CNE/CES nº 04 de 13 de julho de 2007.

Quadro 10- Componentes Curriculares (Disciplinas), Segundo Conteúdos de Formação

Conteúdos	Carga Horária	Participação na Carga Horária Total do Curso (%)
Formação Geral	360	10,91%
Formação Teórico-Quantitativa	1.520	46,06%
Formação Histórica	340	10,30%
Formação Teórico-Prática	340	10,30%
Total	2.560	77,58%

Fonte: Elaboração do NDE/Economia 2022.

Do quadro 2 pode-se extrair que o total de horas de componentes curriculares de formação perpassam os 50% da carga horária total do curso, representando 77,58% das 3300 horas totais.

2.2.2 Temáticas curriculares obrigatórias

O Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências; e a Resolução CNE/CP nº 02/2012, que define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores.

Assim, sua Diretriz Curricular procura promover a inserção dos fundamentos teórico-metodológicos de cunho social, ambiental, econômico, político e cultural no maior número de disciplinas possíveis, primando pela interdisciplinaridade e pela interconexão entre as disciplinas que compõem o Curso. Esta ação, por sua vez, detém como objetivo possibilitar aos discentes um ambiente favorável à construção interdisciplinar do arcabouço teórico – oriundo das diversas disciplinas que compõem a grade curricular do Curso – de maneira sistematizada e que lhes permita entender, avaliar e interagir com a realidade socioeconômica local, regional, nacional e/ou internacional, observando os possíveis impactos que podem ser gerados sobre a relação sociedade-natureza e como interferem sobre a qualidade de vida das sociedades modernas.

Deste modo, as disciplinas de Economia do Meio Ambiente (6º período) e Desenvolvimento Econômico (7º período), debatem de maneira transversais diversos temas oriundos da Educação Ambiental, Sociedade e Economia.

Associado aos espaços formais, onde ocorre a prática da educação ambiental expostos acima, o Curso de Ciências Econômicas também incentiva o desenvolvimento de práticas não-formais de educação ambiental através da execução de projetos de pesquisa e de extensão. Por meios destes projetos são realizadas atividades ou produzidos produtos cuja finalidade é a disseminação de conhecimento para a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais do Estado de Rondônia, assim como, constitui-se num espaço de mobilização e articulação dos diversos atores sociais locais, regionais e nacionais, instrumento este importante e necessário para a disseminação dos princípios oriundos da Educação Ambiental.

Por outro lado, em atenção à Lei nº. 10.639/2003, à Lei nº. 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena, os PPCs da UNIR vêm tratando a temática de forma transversal.

Assim, no Curso de Ciências Econômicas às questões das Relações Étnico-Raciais são tratadas em determinadas disciplinas que buscam discutir a formação da sociedade contemporânea, destacando os diferentes grupos étnico-raciais que contribuíram para formação histórica e cultural do Brasil. Além disso, são apresentados conceitos para o fortalecimento da igualdade básica do ser humano e a superação de preconceitos e desqualificações com que os negros e os povos indígenas sofreram ao longo do tempo.

As disciplinas que abordam as Relações Étnico-Raciais são: História Econômica Geral (1º período), Formação Econômica do Brasil (3º período), Questão social e relações étnico-raciais no Brasil (Optativa).

Por fim, a organização curricular do curso parte da premissa de que os Direitos Humanos, no âmbito individual ou coletivo, são necessários à equidade das condições de vida e à defesa da dignidade humana. Dentro desse princípio, e atendendo à legislação que rege o tema, os fundamentos da Educação em Direitos Humanos estão inseridos de modo transversal nas disciplinas obrigatórias e eletivas do curso, devendo gerar discussões contínuas e permanentes, que irão contribuir para a formação cidadã e responsável de seus discentes.

Tanto nas disciplinas de formação geral quanto nas de formação histórica serão trabalhados conceitos sobre Direitos Humanos, fazendo sempre uma relação com os contextos internacional, nacional e local, dando ao aluno a oportunidade de aplicar em suas vidas cotidianas os conceitos aprendidos.

As disciplinas, também, respeitarão os princípios do Direito à Educação, vivenciando-se, de fato, as diretrizes que a norteiam, através de práticas sociais e atitudes condizentes com os princípios básicos dos Direitos Humanos, buscando sempre métodos didático-pedagógicos que privilegiam a construção coletiva e a participação de todos os sujeitos. De forma específicas, as disciplinas que abordam diretamente questões ligadas aos Direitos Humanos são: Sociologia (1º período) e Economia Solidária (optativa). Todas as disciplinas com temáticas obrigatórias se apresentam no quadro 3.

Quadro 11: Conteúdos/temáticas curriculares obrigatórios(as)

Conteúdo/Temática	Componentes Curriculares	Período
Educação para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.	História Econômica Geral	1º período
	Formação Econômica Brasileira	3º período
	Questão social e relações étnico-raciais no Brasil.	Optativa
Educação Ambiental	Economia do Meio Ambiente	7º período
	Desenvolvimento Econômico	7º período
Educação em Direitos Humanos	Sociologia	1º período
	Economia Solidária.	Optativa

Fonte: Elaboração do NDE/Economia 2022.

2.2.3 Componentes curriculares optativos.

De acordo com o Art. 127, inciso V do Regimento geral da UNIR os componentes optativos são obrigatórios nos PPCs da UNIR. Eles são aqueles que complementam a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento, e permitem ao aluno iniciar-se numa diversificação de conteúdo.

Com este objetivo, o curso está estruturando com seis disciplinas optativas, uma disciplina em cada semestre a partir do quinto e três disciplinas no último semestre.

Quadro 12 – Distribuição das Disciplinas Optativas

Disciplinas	
Mercado Financeiro e Economia de Empresas	Estratégias Competitivas na Cadeia de Valor
	Mercado de Derivativos: Negociação e Precificação
	Economia de Empresas
	Análise Técnica de Ações
Setor Público	Regulação Econômica e Defesa da Concorrência
	Avaliação de Políticas Sociais
	Governança Corporativa
	Economia do Crime
Economia Agrícola e desenvolvimento sustentável	Função de Produção Agrícola
	Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	Economia Solidária.
Métodos Quantitativos e Ciência de dados	Complementos de Matemática
	Complementos de Estatística
	Macroeconomia Computacional
	Métodos de otimização
	Análise de dados para as Ciências Sociais
	Econometria espacial
	Tópicos Especiais em Macroeconomia
Discursões Sociais e Científicas	Questão social e relações étnico-raciais no Brasil.
	Teoria do Conhecimento Científico e Tecnológico
	Educação Financeira
Outros	Língua Brasileira de Sinais (Libras)
	Prevenção do Suicídio
	Questão social e relações étnico-raciais no Brasil

Fonte: Elaboração do NDE/Economia 2022.

As disciplinas de Regulação Econômica e Defesa da Concorrência, Governança, Agricultura e Desenvolvimento Econômico e Economia Solidária, estas poderão ser oferecidas de formas compartilhada por mais de um professor. Para tanto, a oferta das mesmas deverá seguir o rito da Resolução nº 313/CONSEA, de 03 de julho de 2013.

De modo geral, as disciplinas optativas somente irão ser ministradas caso haja a matrícula de no mínimo cinco discentes.

2.2.4 Componentes Curriculares Eletivos

Além dos componentes obrigatórios e optativos, existe a possibilidade que o aluno possa cursar uma disciplina eletiva. De acordo com as normativas da UNIR, disciplinas eletivas devem ser escolhidas livremente pelo aluno entre os componentes curriculares dos demais cursos da instituição. Assim, a disciplina eletiva contribui para uma formação multidisciplinar do aluno.

2.2.5 Componente Curricular - Atividades Complementares (AC)

As Atividades Complementares (AC) constituem parte integrante do currículo do curso de Graduação em Ciências Econômicas da UNIR, *Campus* José Ribeiro Filho – Porto Velho, e são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do mesmo, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do acadêmico. As AC têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- A complementação da formação social, humana e cultural;
- A realização de atividades de cunho comunitário e interesse coletivo; e
- O incentivo a atividades de iniciação científica, tecnológica, de extensão e de formação profissional.

Nesse contexto, compete ao acadêmico participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção e fortalecimento de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas, ao passo que se destinam a complementar o currículo básico do acadêmico, composto pelas disciplinas obrigatórias do curso, contribuindo para uma formação interdisciplinar, prática, especializada e socialmente contextualizada.

Sua principal finalidade reside em capacitar os futuros profissionais da ciência econômica para formular ou orientar a criação de estratégias inovadoras e medir seus riscos, além de propiciar uma visão crítica acerca dos instrumentos da economia e sua relação com a realidade vivenciada pela sociedade contemporânea.

Desse modo, as AC deverão ser, prioritariamente na área das Ciências Econômicas, mas não devem limitar-se a esta, haja vista os preceitos da interdisciplinaridade e transversalidade que balizam a presente proposta de PPC.

Referidas Atividades Complementares atendem ao disposto nos artigos 2º e 8º da Resolução 04/CNE/CES, de 13/07/2007, do Conselho Nacional de Educação – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

Nas Atividades Complementares o acadêmico não assume, necessariamente, o papel de protagonista da atividade, porém não devem limitar-se à participação dos acadêmicos em seminários e eventos correlatos na condição de ouvintes, procurando-se estimular e/ou propiciar o envolvimento efetivo dos mesmos em atividades. Nesta perspectiva, as modalidades de Atividades Complementares adotadas pelo Departamento Acadêmico de Economia são:

- I. Grupos de Estudos Dirigidos;
- II. Projetos de Extensão;
- III. Projetos de Iniciação Científica;
- IV. Cursos profissionalizantes correlatos ao curso de Ciências Econômicas;
- V. Monitoria de Ensino;
- VI. Voluntariado na prestação de serviços junto à comunidade.

A carga horária das Atividades Complementares totaliza 40 (quarenta) horas (1,21% da carga total do curso) distribuídas ao longo do Curso. Segundo a Resolução No.2 MEC/CNE/CES, 2007, esse tipo de atividade não deverá ultrapassar 20% da carga total do curso.

Os parâmetros a serem observados quanto à oferta, avaliação e aproveitamento das Atividades Complementares realizadas pelos acadêmicos, as quais constituem componente curricular obrigatório, estão especificadas em Regulamento próprio e devidamente aprovado nas instâncias competentes. Para tanto, veja-se o apêndice II.

2.2.6 Componente Curricular - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC se constitui em ato obrigatório após cumprido os demais requisitos curriculares para que se outorgue o diploma de Bacharel em Ciências Econômicas. No curso de Ciência Econômica da Fundação Universidade Federal de Rondônia o TCC é um trabalho monográfico cujas regras são estabelecidas por regulamento próprio do Departamento de Economia, disponível no apêndice III.

O TCC não deve ser avaliado e pensado apenas enquanto uma etapa específica do curso. Essa atividade deve ser refletida à luz de um processo de aprendizagem e consolidação do conhecimento que se inicia desde o 1º semestre do curso, uma vez que integra ensino, pesquisa e extensão e se constitui numa atividade de iniciação científica na qual o aluno desenvolve o seu potencial enquanto investigador que analisa, problematiza, buscando a intervenção naquilo que o instiga naquele momento, amadurecendo-o para o exercício profissional no mercado de trabalho e futuro ingresso na pós-graduação. Para tanto, devem os professores das diversas disciplinas iniciar os discentes na elaboração de artigos científicos desde o primeiro semestre. O TCC deve ser apresentado como o passo final de uma trajetória de aprendizado que inicia com a disciplina de metodologia do trabalho científico, a disciplina de técnica de pesquisa em economia, atividades de extensão e complementares, assim como o escopo teórico do curso. Segundo a Resolução 04/ MEC/CNE/2007:

“O Trabalho de Curso deve ser entendido como um componente curricular obrigatório da Instituição a ser realizado sob a supervisão docente, ... deverá compreender o ensino de Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia, envolver projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares, em consonância com os conteúdos teóricos estudados”.

Como elemento inovador neste projeto na forma de construção do TCC, pretende-se utilizar a Monografia I para formulação do projeto de TCC, bem como, definição do orientador conforme o tema escolhido pelo aluno. O quadro 5 poderá auxiliar a seleção do professor orientador a partir da área de atuação sugerida por eles.

Quadro No.5: Área de atuação do professor do DACE para orientação de monografia.

N.	PROFESSOR (A)	ÁREA DE ATUAÇÃO
1	Aldenor José Neves	Planejamento e Orçamento voltados para o setor Público.
2	Darcy Ramos da Silva Neto	Criminalidade e Segurança Pública, Estudo de gangues, Pobreza, Educação, Mercado de trabalho, Avaliação de Políticas Públicas, Saúde, Avaliação de Impacto, Minorias (pretos, mulheres, LGBTQIAP+)
3	Edilson Lobo Do Nascimento	Economia brasileira, Economia Amazônica, Economia Solidária, Desenvolvimento sustentável, Desenvolvimento socioeconômico
4	Erasmio Carvalho	Planejamento do Setor Público, Teoria da Escolha Pública, Políticas Públicas, Participação Social, Governança Pública, Comunicação Estado/Sociedade, Accountability Governamental
5	Ermeson Henrique Silva dos Reis	Macroeconomia, Métodos Quantitativos, Análise de Dados
6	Idone Bringhenti	Teoria do conhecimento aplicada na economia
7	Israel Xavier Batista	Desenvolvimento Sustentável, Formação Econômica do Brasil, Economia Brasileira, História do Pensamento Econômico, Economia da Amazônia e Regional
8	Jonas Cardoso	Macroeconomia, História Econômica, Economia Monetária, Crescimento Econômico, Economia Regional, Desenvolvimento Econômico, Economia de Empresas e Economia do trabalho.
9	João Batista da Luz de Souza	Economia Industrial e de Empresas, Elaboração e Análise de Projetos e Mercado Financeiro.
10	Luís Fernando Maia Lima	Métodos quantitativos.
11	Manuel Antonio Valdés Borrero	Teoria do desenvolvimento, Economia Industrial, Teoria microeconômica.
12	Neima Quele Almeida da Silva	Desenvolvimento econômico, Economia da Amazônia, Macroeconomia, Métodos quantitativos, Econometria, Planejamento, Setor público
13	Otacílio Moreira de Carvalho Costa	Regulação Econômica e Defesa da Concorrência. NEI (ECT, Teoria da Agência e Estrutura de Governança). Economia Comportamental. Desenvolvimento Rural e Agronegócio. Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais. Estudo de Mercados Específicos
14	Silvio Rodrigues Persivo Cunha	Economia Internacional, Empreendedorismo, Economia Criativa, História do Pensamento Econômico
15	Walberti Saith	Política fiscal, Crescimento econômico, Desigualdade de renda, Derivativos financeiros, Economia do agronegócio, Modelagem de mercados de capitais

Fonte: NDE, 2023

A avaliação final da pesquisa ocorrerá na disciplina de Monografia II, por mediação da formação de banca examinadora.

Também, cabe se esclarecer que, ao aluno que publicar artigo científico, sob orientação de um professor do departamento (ou docente de outro departamento), em eventos ou revistas científicas indexadas durante o curso poderá, sob consideração/validação do colegiado do departamento, utilizar a publicação no lugar da monografia como TCC. Na hipótese de a publicação ser aceita como TCC, a publicação deverá ser submetida à avaliação idêntica à monografia e em sua formatação.

Segundo o art. 13º da Resolução 419 de 30/05/2022, após aprovação do TCC será recomendado o inserir no Repositório Institucional (RIUNIR) para disponibilização e divulgação do trabalho para a comunidade científica e acadêmica. “A versão final do TCC será encaminhada à Biblioteca, em formato digital, conforme as políticas do Repositório Institucional da UNIR e de acesso aberto”.

2.2.7 Componente Curricular - Estágio Curricular Supervisionado

O estágio supervisionado tem o objetivo de proporcionar ao estudante a vivência de situações similares as que ele encontrará como Economista no mercado de trabalho. Observa-se que a prática de estágio deve contribuir para a formação do perfil profissional que se pretende, incluindo o desenvolvimento das competências desejáveis e o aprimoramento de conhecimentos específicos relacionados às Ciências Econômicas.

O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. O estágio obrigatório é aquele definido como Estágio Curricular Supervisionado, de acordo com o projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. É um procedimento didático-pedagógico que deve oferecer condições que permitam colocar o discente do curso de Engenharia de Alimentos frente a frente com aspectos práticos de sua futura profissão. E o estágio não-obrigatório é definido como Estágio Extracurricular, aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

De acordo com o Artigo 7º da Resolução Nº 4/2007 CNE/CES, que definiu as

diretrizes curriculares dos cursos de Ciências Econômicas, o Estágio Supervisionado é um componente curricular opcional da instituição. O Parágrafo 1º do referido artigo informa que: “O Estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria Instituição, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas, correspondentes aos diferentes pensamentos econômicos, modelos e propostas, estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria prevista no caput deste artigo”. Tendo em vista que a Instituição ainda não contempla a infraestrutura necessária, o presente PPC opta pela não adoção do estágio curricular supervisionado, sendo assim uma Estágio Extracurricular. Veja-se no apêndice IV a regulamentação desta atividade no curso.

2.2.8 Componente Curricular - Atividades Curriculares de Extensão – ACEX

A partir da publicação da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu a obrigatoriedade das atividades de extensão nos currículos dos cursos de educação superior e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, a coordenação do curso e o Núcleo Docente Estruturante-NDE discutiram amplamente como cumprir o estabelecido neste instrumento legal. Tal resolução estabelece que os cursos deverão destinar para as atividades de extensão 10% de sua carga horária total.

No artigo terceiro da resolução 7 se define extensão como:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (Resolução No 7 de 2018).

A Universidade Federal de Rondônia regulamentou o processo de Curricularização da extensão a partir da Resolução Nº 349 do Conselho Universitário-CONSUN de 06/09/2021. O artigo 06 define que “somente poderão ser aceitos para fins de creditação ações de extensão que estiverem institucionalizadas junto à PROCEA ou em outra IES, seguindo a legislação vigente”. Tal instrumento sugere que o curso deverá oferecer as oportunidades, via projetos institucionalizados, necessárias para que os alunos

cumpram a carga horária de extensão, definida pelo artigo 02 da referida resolução em no mínimo a 10% (dez por cento) da carga horária total. No curso foram destinadas 340 horas, que representam 10,30% de 3300 horas e pouco mais no mínimo de 10% exigido.

As ACEX serão oferecidas semestralmente, de forma que oportunize ao discente completar o total de carga horária exigida pelo curso, podendo ocorrer em turno contrário ou no seu turno de estudo. Os acadêmicos deverão participar de forma ativa, sendo o protagonista da ação de extensão, segundo artigo 2º da Resolução 349/2021, diferença entre as ACEX e AC. As possíveis modalidades de extensão se apresentam a seguir, segundo Art.8 da Resolução No 7/2018:

- I - Programas;
- II - Projetos;
- III - Cursos e oficinas;
- IV - Eventos;
- V - Prestação de serviços

As ACEX que poderão ser desenvolvidas, segundo a classificados em áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abrangem as seguintes áreas temáticas (Art.4 da Resolução 349/2021):

- I- Comunicação;
- II- Cultura;
- III- Direitos Humanos e Justiça;
- IV- Educação;
- V- Meio ambiente;
- VI- Saúde;
- VII- Tecnologia e Produção;
- VIII- Trabalho.

A operacionalização das ACEX nos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia-UNIR é subsidiada pela Instrução Normativa N. 1 de 10/11/2021, que institui os procedimentos de operacionalização das Atividades Curriculares de Extensão-ACEX.

No artigo 10 da IN-01/21 as ACEX serão registradas como atividades autônomas (não como disciplinas) no SIGAA, e, o registro ficará disponível em atividade autônoma durante o curso todo para o discente inserir e gerir em qualquer momento os certificados de extensão até completar as 330 horas.

As ACEX são distribuídas do segundo ao quinto semestre, com carga horária de 60 horas por semestre e do segundo ao sétimo semestre, com carga horária de 50 horas por semestre. Caso uma atividade exceda a carga horária estipulado para o semestre, as horas excedentes poderão ser utilizadas para os outros semestres subsequentes.

Para outras informações ver regulamento de das ACEX no apêndice V.

2.2.9 Articulação entre a teoria/prática e a interdisciplinaridade

O Curso de Ciências Econômicas da UNIR, Campus Porto Velho, tem como área de concentração a Economia Aplicada. Embora incorpore os conhecimentos existentes nos diversos cursos de Ciências Econômicas no país, buscou-se um olhar regionalizado, tendo como fundamentos norteadores as linhas de conhecimento: Desenvolvimento e Setor Público.

A interdisciplinaridade constitui-se na premissa básica de organização desta proposta pedagógica, compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea.

A aplicação desses conteúdos na formação acadêmica do egresso em Ciências Econômicas fica evidenciada na descrição do ordenamento curricular e nas ementas de cada disciplina.

Outro ponto importante na proposta pedagógica deste Curso refere-se à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pois aqui se defende um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas em sala de aula, possibilitando que haja um diálogo com a realidade social, que se desenvolve, principalmente, a partir das linhas de conhecimento. Assim, como *práxis* educativa do curso de Ciências Econômicas se defende a prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo, e da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo.

A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão) oferece uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenha um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.

Portanto, a articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita envolver os alunos com problemas reais, tomando contato com seus diferentes aspectos e influenciando nas soluções. Assim o aluno sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento.

2.2.10 Integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição de aprendizado do conhecimento apenas em sala de aula, entendendo que as demais atividades são fundamentais.

A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão) oferecem uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenha um novo contexto para o processo de ensino e aprendizagem.

A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, está presente na concepção de prática educativa do Curso de Ciências Econômicas.

Isto pode ocorrer através de projetos de pesquisa e extensão que ocorrem a partir do atendimento de editais, a exemplos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa de Educação Tutorial (PET). Assim como, a partir de registro no SIGAA Extensão, passando por aprovação da comissão de extensão, de pareceristas de outras unidades acadêmicas e da Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis; e de projetos de pesquisa registrados no SIGAA Pesquisa, ligados a grupo de pesquisa vinculado à universidade. Todos os projetos têm acompanhamento de docente orientador ou técnico com ensino superior (especialmente na extensão).

2.2.11 Descrição dos requisitos para integralização de currículo/Síntese da Distribuição da Carga Horária Total do Curso.

O quadro 6 e a figura 6 resumem a distribuição da carga horária total do curso, que os discentes do curso de ciências econômicas devem percorrer ao longo da sua formação.

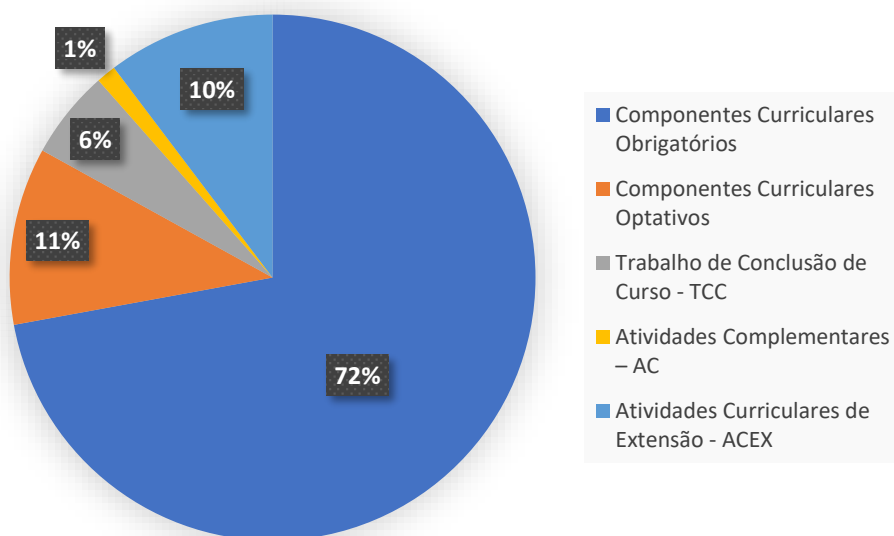
Quadro 6 - Requisitos para integralização/Síntese da Distribuição da Carga Horária Total do Curso

Componentes Curriculares (Disciplinas e Atividades)	Carga Horária	Percentual em relação à carga horária total do curso
Componentes Curriculares Obrigatórios	2.380	72,12%
Componentes Curriculares Optativos	360	10,91%
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	180	5,45%
Atividades Complementares – AC	40	1,21%
Atividades Curriculares de Extensão - ACEX	340	10,30%
TOTAL	3300	100,00%

Fonte: Elaboração do NDE/Economia 2023.

A figura 6 mostra a destinação de maior quantidade de horas para os componentes curriculares obrigatórios e ACEX.

Figura 12 - Distribuição da Carga Horária por Componente Curricular



Fonte: Elaboração do NDE/Economia 2023.

Em geral, observa-se que os componentes obrigatórios constituem a maior parte da carga horária de curso, embora os componentes optativos sejam uma parte importante da carga horária total.

2.2.12 Matriz Curricular por Semestre/período.

O posicionamento das disciplinas nos semestres, segue um encadeamento lógico, com o objetivo de maximização do aprendizado e evitar choque de horários de disciplinas. Nas disciplinas que possuem pré-requisito, este encadeamento sequencial é obrigatório, nas demais disciplinas é uma recomendação.

Quadro 7 - Matriz Curricular por Semestre/período

1º PERÍODO							
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH Total	Pré-requisitos
	Matemática I	3	80	-	-	80	-
	Introdução à Economia	3	60	-	-	60	-
	História Econômica Geral	3	60	-	-	60	-
	Filosofia	2	40	-	-	40	-
	Sociologia	2	40	-	-	40	-
	Metodologia do trabalho Científico	3	80	-	-	80	-
TOTAL DA CARGA HORÁRIA						360	
2º PERÍODO							
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH Total	Pré-requisitos
	Matemática II	3	80	-	-	80	Matemática I
	Introdução à Contabilidade e Demonstrações Financeiras	3	60	-	-	60	-
	Contabilidade Social	3	60	-	-	60	-
	Histórica do Pensamento Econômico	3	60	-	-	60	-
	Estatística Econômica e introdução a Econometria	3	60	-	-	60	-
	ACEX I	-	-	-	-	60	-
TOTAL DA CARGA HORÁRIA						380	
3º PERÍODO							
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH Total	Pré-requisitos
	Formação Econômica do Brasil	3	60	-	-	60	-
	Economia Política	3	60	-	-	60	-
	Econometria I	3	80	-	-	80	Estatística Econômica e introdução a Econometria
	Macroeconomia I	3	80	-	-	80	-
	Microeconomia I	3	80	-	-	80	-
	ACEX II	-	-	-	-	60	-
TOTAL DA CARGA HORÁRIA						420	
4º PERÍODO							
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH Total	Pré-requisitos
	Economia Brasileira Contemporânea	3	80	-	-	80	-
	Economia Financeira	3	60	-	-	60	-
	Econometria II	3	80	-	-	80	Econometria I
	Macroeconomia II	3	80	-	-	80	Macroeconomia I
	Microeconomia II	3	80	-	-	80	Microeconomia I
	ACEX III	-	-	-	-	60	-
TOTAL DA CARGA HORÁRIA						440	
5º PERÍODO							
Código	Componentes Curriculares	Créditos					Pré-requisitos

			CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH Total	
	Economia da Amazônia	3	80	-	-	80	-
	Análise e Elaboração de Projetos	3	80	-	-	80	-
	Economia Institucional	3	60	-	-	60	-
	Macroeconomia III	3	80	-	-	80	Macroeconomia II
	Microeconomia III	3	80	-	-	80	Microeconomia II
	ACEX IV	-	-	-	-	60	-
TOTAL DA CARGA HORÁRIA						440	
6º PERÍODO							
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH Total	Pré-requisitos
	Economia Internacional	3	60	-	-	60	-
	Economia do Setor Público	3	60	-	-	60	-
	Economia Monetária	3	60	-	-	60	-
	Economia Industrial	3	80	-	-	80	-
	Tec. De Pesquisa em Economia	3	80	-	-	80	-
	ACEX V	-	-	-	-	50	-
TOTAL DA CARGA HORÁRIA						390	
7º PERÍODO							
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH Total	Pré-requisitos
	Mercado de Capitais	3	60	-	-	60	-
	Orçamento Público	3	60	-	-	60	-
	Desenvolvimento Econômico	3	60	-	-	60	-
	Economia do Meio Ambiente	3	60	-	-	60	-
	Optativa I	3	60	-	-	60	-
	Monografia I	4	80			80	Metodologia do trabalho Científico; Tec. De Pesquisa em Economia e 75% da carga horária das disciplinas obrigatórias.
	ACEX VI	-	-	-	-	50	-
TOTAL DA CARGA HORÁRIA						430	
8º PERÍODO							
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH EAD	CH Total	Pré-requisitos
	Optativa II	3	60	-	-	60	-
	Optativa III	3	60	-	-	60	-
	Optativa IV	3	60	-	-	60	-
	Optativa V	3	60	-	-	60	-
	Optativa VI	3	60	-	-	60	-
	Monografia II	5	100	-	-	100	Metodologia do trabalho Científico; Tec. De Pesquisa em Economia e 75% da carga horária das disciplinas obrigatórias.
	Atividade Complementares	3	40	-	-	40	-
TOTAL DA CARGA HORÁRIA						440	

Fonte: Elaboração do NDE/Economia 2023.

2.2.13 Plano de Transição Curricular

A transição curricular, consiste no período entre a implantação de uma nova estrutura curricular e a extinção da estrutura curricular anterior. Por se tratar de um processo gradativo, os componentes curriculares do PPC de 2014 serão ofertados até o segundo semestre 2026. Assim, os discentes que entraram no curso de Economia no processo seletivo onde prevalecia o PPC de 2014, terá a oportunidade de cursar todos os componentes curriculares para a integralização do curso, na mesma estrutura na qual houve a matrícula.

Neste período de transição, os discentes que ficarem retidos em algum componente curricular que deixou de ser ofertado (grade de 2014), poderá realizar: a) solicitar disciplina especial; b) dentro da grade do novo PPC desde que haja equivalência; c) em outro curso da UNIR desde que seja possível o aproveitamento de disciplina.

Aos discentes regularmente matriculados no curso de Ciências Econômicas será oferecida a possibilidade de mudança da antiga estrutura curricular para a nova, denominada de migração. A migração poderá ocorrer de maneira opcional, mediante a expressa a intenção de migração para um novo projeto pedagógico de curso, sendo de caráter irreversível e poderá ser feita a qualquer momento via requerimento a chefia do departamento;

Os discentes que extrapolaram o limite máximo para a integralização do curso (12 semestres) e que não tenha sido desligado do curso, como é previsto na Resolução 036/CONSUN de 11 de julho de 2018, será migrado obrigatoriamente para a nova grade curricular. Assim, todos os discentes que entraram no curso de economia até 2018, serão migrados automaticamente⁴ para a nova grade de 2024. Os discentes que entraram no curso após 2018, terão o período máximo para integralização de acordo com o ano de entrada. Assim, a última turma a entrar no PPC de 2014 é a turma de 2023 que terão até o fim do ano letivo de 2028 para a concretização.

Os ingressantes por meio de processos seletivos, transferências ou reintegração serão automaticamente matriculados na grade de 2024.

⁴ Ao final de cada semestre letivo o chefe do departamento irá encaminhar relatório a PROGRAD, dos discentes que já completaram 12 semestre letivos no curso, solicitando o enquadramento a nova estrutura curricular.

É importante que o discente ter consciência das implicações relativas à mudança da grade curricular, sendo elas: 1) Maior número de disciplinas da grade curricular nova; ii) Necessidade de cursar integralmente as horas referentes a atividade curricular de extensão. Assim, a migração (opcional) é mais interessante para aqueles discentes que não concluíram todos os componentes curriculares relativos ao primeiro e segundo semestre (primeiro ciclo). Ou ainda, para todos os discentes interessados em cursar os componentes curriculares adicionais que serão ofertados na nova estrutura curricular.

Para os discentes que não tenha sido desligado por força da Resolução 036/CONSUN de 11 de julho de 2018, a migração automática, após o período máximo para a concretização do curso, não ocorrerá apenas em casos específicos, referentes a pendências para conclusão do curso nos componentes curriculares: Monografia I, Monografia II e/ou Atividade complementar. Nestes casos será concedido no máximo um semestre para a conclusão, quando haverá a migração automática.

Havendo a migração para o novo PPC, as disciplinas realizadas no PPC de 2014 serão aproveitadas de acordo com a tabela de equivalência de componentes curriculares dos projetos pedagógicos, disponível no Quadro 8.

Quadro 8 – Matriz de Transição Curricular

Disciplina PPC-2007	Disciplina 2014	Disciplina 2024
Introdução à Economia 80h	Introdução à Economia 80h	Introdução à Economia 60h
Matemática I 80h	Matemática I 80h	Matemática I 80h
Evolução das Ideias Econômicas 80h	História do Pensamento Econômico 80h	História do Pensamento Econômico 60h
Instituição Direito Público e Privado 40h	Optativa	Optativa
Política e Planejamento Econômico (Optativa) 80h	Planejamento e Política Econômica 40h	Optativa
Comunicação Empresarial 80h	Comunicação Empresarial 40h	Não aproveitável
Metodologia do Trabalho Científico 40h	Metodologia do Trabalho Científico 40h	Metodologia do Trabalho Científico 80h
Formação Econômica do Brasil 80h	Formação Econômica do Brasil 80h	Formação Econômica do Brasil 60h
Teoria Microeconômica I 80h	Microeconomia I 80h	Microeconomia I 80h
Matemática II 80h	Matemática II 80h	Matemática II 80h
Filosofia 80h	Filosofia 80h	Filosofia 40h
Tecnologia da Informação 80h	Optativa 80h	Não aproveitável

Teoria Microeconômica II 80h	Microeconomia II 80h	Microeconomia II 80h
Estatística Econômica e Introdução à Econometria 80h	Estatística Econômica e Introdução à Economia 80h	Estatística Econômica e introdução a Econometria 60h
Ciências Políticas 80h	Economia Política 80h	Economia Política 60h
Teoria Macroeconômica I 80h	Macroeconomia I 80h	Macroeconomia I 80h
Psicologia das Relações Humanas 80h	Optativa 80h	Não aproveitável
Contabilidade Social 80h	Contabilidade Social 80h	Contabilidade Social 60h
Matemática Financeira 80h	Matemática Financeira 80h	Economia Financeira 60h
Econometria I 80h	Econometria I 80h	Econometria I 80h
Economia Brasileira Contemporânea 80h	Economia Brasileira Contemporânea 80h	Economia Brasileira Contemporânea 80h
Teoria Macroeconômica II 80h	Macroeconomia II 80h	Macroeconomia II 80h
Análise Econômica de Investimento e Risco 80h	Análise Econômica de Investimento e Risco 80h	Optativa
Economia Monetária 80h	Economia Monetária 80h	Economia Monetária 60h
Econometria II 80h	Econometria II 80h	Econometria II 80h
Desenvolvimento Socio Econômico 80h	Desenvolvimento Econômico 80h	Desenvolvimento Econômico 60h
Economia Amazônica 80h	Economia da Amazônia 80h	Economia da Amazônia 80h
Análise Contábil e Financeira 80h	Análise das Demonstrações Financeiras 80h	Introdução à Contabilidade e Demonstrações Financeiras 60h
Elaboração e Análise de Projetos 80h	Elaboração e Análise de Projetos 80h	Elaboração e Análise de Projetos 80h
Economia Internacional 80h	Economia Internacional 80h	Economia Internacional 60h
Orçamento Público 80h	Orçamento Público 80h	Orçamento Público 60h
Economia do Meio Ambiente 80h	Economia do Meio Ambiente 80h	Economia do Meio Ambiente 60h
Desenvolvimento Regional 80h	Economia Regional e Urbana 80h	Optativa
Técnica de Pesquisa em Economia 80h	Técnica de Pesquisa em Economia 80h	Técnica de Pesquisa em Economia 80h
Economia Industrial 80h	Economia Industrial 80h	Economia Industrial 80h
Mercado de Capitais 80h	Mercado de Capitais 80h	Mercado de Capitais 60h
Sociologia do Desenvolvimento 80h	Ciências Sociais 80h	Sociologia 40h
Economia do Setor Público e Políticas de Des. Regional 80h	Economia do Setor Público 80h	Economia do Setor Público 60h
Monografia 80h	Monografia II 80h	Monografia II 100h
Cenários Econômicos e do Agronegócio (Optativa)	Optativa	Optativa
Economia e Planejamento de Negócios (Optativa)	Optativa	Optativa
Economia Regional (Optativa)	Economia Regional e Urbana	Optativa
Política e Planejamento Econômico (Optativa)	Planejamento e Política Econômica	Optativa
Sustentabilidade Socio-Ambiental do Des. (Optativa)	Optativa	Optativa
Tópicos Especiais em Economia (Optativa) ²	Tópicos Especiais em Economia	Optativa
Economia Clássica (Optativa)	Optativa	Optativa
Economia Política (Optativa) 80h	Economia Política 80h	Economia Política 60h

Elaboração e Análise de Projetos II (Optativa)	Optativa	Optativa
Análise de Custos (Optativa)	Optativa	Optativa
Processo Decisório (Optativa)	Optativa	Optativa
Administração de Produção (Optativa)	Optativa	Optativa
Mercadologia (Optativa)	Optativa	Optativa
Finanças das Empresas (Opt.)	Optativa	Optativa
Organização Industrial (Opt.) 80h	Economia Industrial 80h	Economia Industrial 80h
Economia de Empresas (Opt.)	Optativa	Optativa
Formação Econômica de Rondônia (Opt.)	Optativa	Optativa
Programação Orçamentária (Opt.)	Optativa	Optativa
Economia e Regionalização (Opt.)	Optativa	Optativa
Economia e Ecologia (Opt.)	Optativa	Optativa
Economia dos Recursos Naturais (Opt.)	Optativa	Optativa
Microeconomia do Meio Ambiente	Optativa	Optativa
Economia Agrícola (Opt.)	Optativa	Optativa
Agricultura e Desenvolvimento (Opt.)	Optativa	Optativa
Economia Regional e Urbana (Opt.)	Optativa	Optativa
Economia de Energia e Transporte (Opt.)	Optativa	Optativa
Economia do Terceiro Setor (Opt.)	Optativa	Optativa

Fonte: Elaboração do NDE/Economia 2022.

Casos omissos serão encaminhados e deliberados pelo Conselho de Departamento.

2.2.14 Ementário dos Componentes Curriculares Obrigatórios por período

EMENTAS DO PRIMEIRO PERÍODO.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: MATEMÁTICA I	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 01	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Gráficos das funções do 1º Grau, 2º Grau, Polinomial, Exponencial e Logarítmica. Função Recíproca. Outros tipos de gráfico. Noções intuitivas de limites usando gráficos. Derivadas: conceito intuitivo via gráficos, fórmula, tabelas de derivadas, aplicações, retas tangentes, derivadas de ordem superior. Teoria dos máximos e mínimos. Traçado de gráficos com uso de derivadas. Integral: conceito intuitivo via gráficos, tabelas de integral, aplicações. Técnicas de integração. Intersecção de curvas. Noções elementares de cônicas: gráfico de circunferência, elipse, parábola, hipérbole. Derivadas Implícitas. Retas tangentes. Aplicações em Economia.		
2 OBJETIVOS		
2.1 Geral:		
Ilustrar a importância da Matemática e do Raciocínio Lógico na vida do Economista. Fornecer a base e os conceitos Matemáticos, de Raciocínio Lógico e suas aplicações em Economia que permanecerão ao longo de toda a vida profissional do acadêmico.		
2.2 Específicos:		
Elaboração de gráficos e tabelas, função de primeiro e segundo grau, limite, integral, derivadas e logarítmica. Aplicações à economia.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1. Introdução a disciplina 2. Gráficos e Tabelas 3. Função Constante: Gráfico, Limites, Derivada e Integral. 4. Função do 1º Grau: Gráfico, Limites, Derivada e Integral. 5. Função do 2º Grau: Gráfico, Limites, Derivada e Integral, Reta tangente. 6. Função Exponencial: Gráfico, Limites, Derivada e Integral, Reta tangente 7. Cônicas: Circunferência. Elipse. Parábola. Hipérbole, Derivação Implícita. 8. Função Logarítmica: Gráfico, Limites, Derivada e Integral. 9. Função Recíproca: Gráfico, Limites, Derivada e Integral. 10. Traçado de gráficos usando derivadas: Teoria do Máximo e Mínimo. 11. Aplicações à Economia e Complementos.		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA SILVA, S. M. ; SILVA, E. M.; SILVA, E. M. Matemática para os Cursos de Economia, Administração, Ciências Contábeis. 5ª Edição. v.1. São Paulo: Atlas, 1999. CHIANG, A. C.; WAINWRIGHT. Matemática para Economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 4ª Edição. TAN, S. T. Matemática Aplicada à Administração e Economia. 2ª Edição. São Paulo: Thomson, 2007.		

COMPLEMENTAR

YAMANE, T. Matemática para Economistas. V. 1. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1972.

BINGHAM, R. C. A Economia em Linguagem Matemática. Zahar Editores, 1975.

WEBER, J. E. Matemática para Economia e Administração. São Paulo: Harbra, 1977, 3ª Edição

MORRETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. Métodos Quantitativos para Economistas e Administradores Cálculo – Funções de uma variável. V.1. Rio de Janeiro: LTC, 1978. 2ª Edição.

GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. Cálculo e suas Aplicações. São Paulo: Hemus, 1981.

ARCHIBALD, G. C.; LIPSEY, R. G. Tratamento Matemático da Economia. Zahar Editores, 1978. 3ª Edição.

LEITHOLD, L. Matemática Aplicada à Economia e Administração. São Paulo: Harbra, 1988.

VERAS, L. L. Matemática Aplicada à Economia. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 1995. -

Dinwiddy, C. Elementos de Matemática para Economistas. São Paulo: Atlas, 1972.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ECONOMIA
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 01	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum
1 EMENTA	
A economia como ciência: evolução, objeto, método e limites. Problemas econômicos cruciais: recursos, escassez, escolha, custo de oportunidade. Economia positiva e normativa. Agentes do sistema econômico: concepções clássica e neoclássica. Estrutura e funcionamento do sistema econômico capitalista: os agentes econômicos, a mercadoria, o dinheiro, o capital e o mercado. Noções de microeconomia: teoria do consumidor: preferências e restrição orçamentária. Teoria da firma: custos e lucro. Determinação de preços em concorrência perfeita: oferta e demanda. Noções de macroeconomia: os agregados econômicos e sua importância para o entendimento do funcionamento do mercado. Bens públicos e externalidades; o papel dos governos na correção das falhas de mercado. Relações econômicas internacionais. Desenvolvimento e crescimento econômico.	
2 OBJETIVO	
Apresentar aos acadêmicos os conceitos básicos e necessários para a compreensão da ciência econômica.	
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver a habilidade de pensar como um economista;• Reconhecer as variáveis econômicas fundamentais em microeconomia e macroeconomia (problemas econômicos);• Refletir sobre os conhecimentos básicos de crescimento e desenvolvimento econômico.	

4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dez princípios de economia 2. Pensando como um economista 3. Interdependência e ganhos comerciais 4. As forças do mercado da oferta e da demanda 5. Elasticidade e suas aplicações 6. Oferta, demanda e política de governo 7. Comércio Internacional 8. Externalidades Capítulo 9. Bens públicos e recursos comuns 10. Os custos de produção 11. Medindo a renda nacional 12. Medindo o custo de vida 13. Produção e crescimento
5 REFERÊNCIAS
<p>BÁSICA</p> <p>MANKIWI, N. G. Introdução à economia. Tradução da 6. ed. Norte-americana – São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p> <p>VASCONCELLOS, M. A. S. Economia micro e macro. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>ROSSETTI, J. P. Introdução à economia. 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. Fundamentos da economia. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>SAMUELSON, Paul. Introdução a análise econômica. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1994.</p> <p>SOUZA, Nali de Jesus de. (coord.). Economia básica. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>BENEVIDES PINHO, Diva; TONETO JÚNIOR, Rudinei; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Introdução à economia. São Paulo: Editora Saraiva. 2011.</p>

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 01	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
As grandes etapas da evolução econômica. Crise do feudalismo e transição para o capitalismo. A formação dos mercados nacionais e do mercado mundial. A Revolução Industrial e a consolidação do modo de Produção Capitalista. Transformações monopolistas das economias capitalistas (final do século XIX até 1ª Guerra Mundial). O sistema capitalista mundial e sua divisão em países e dominados. Evolução do capitalismo monopolista: da 1ª Guerra Mundial		

e Revolução Russa até crise dos anos 30; da 2ª Guerra Mundial até o presente. Emergência do sistema mundial socialista. A evolução das grandes potências do capitalismo. Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. A transnacionalização do processo de produção capitalista e os países da periferia.

2 OBJETIVO

2.1 Geral:

Analisar o processo histórico que condicionou a formação do modo de produção capitalista, como consequência da transição do sistema feudal. Nessa perspectiva, ressaltar os principais supostos das sucessivas etapas do desenvolvimento das sociedades capitalista no mundo.

2.2 Específicos:

Conhecer as características da sociedade feudal, impacto da transição ao modo de produção capitalista, características do modo de produção capitalista, mercado, ampliação do mercado, conflitos e ordem mundial.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A sociedade feudal

1.1 A estrutura social

1.2 A economia feudal

1.3 Transição para o sistema capitalista

2. Como se consolida o modo da produção capitalista

2.1 O nascente capitalismo industrial

2.2 A divisão social do trabalho e as transformações tecnológicas

2.3 A ampliação do mercado, e o evento da mundialização do capital

3 Os grandes conflitos e os desafios de uma nova ordem mundial

3.1 A 1ª Grande Guerra Mundial e os seus rebatimentos na socioeconomia do planeta

3.2 A 2ª Guerra Mundial, e a hegemonia americana no contexto da bipolaridade mundial

3.3 A transnacionalização do capital e a evolução das grandes potências

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. São Paulo: LTC, 2012.

HOBBSBAWN, Eric John Ernest. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. 6. ed. – São Paulo: Editora Forense Universitária, 2011.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI. 22. ed. - Rio de Janeiro, Guanabara, 2011.

COMPLEMENTAR

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (Livro Segundo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (Livro Primeiro). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SWEEZY, Paul Marlor. Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista. Coleção “Os Economistas”. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SWEEZY, Paul Marlor; DOBB, Maurice; et al. A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate. 5. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: FILOSOFIA	
CRÉDITOS: 2	CARGA HORÁRIA: 40 h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 1º	ESPECIFICIDADE: Obrigatória	PRÉ-REQUISITO: Nenhum
1 EMENTA		
Mitologia. Pensamento Pré-Socrático. Filosofia Antiga. Filosofia Medieval. Filosofia Moderna. Filosofia Contemporânea. Filosofia Política. Ética. Estética. Filosofia da Ciência.		
2 OBJETIVOS		
Geral: Apresentar uma síntese da história do pensamento filosófico.		
Específicos: Apresentar os conhecimentos fundamentais de cada período histórico da história da Filosofia e seus respectivos autores. Apresentar os conhecimentos fundamentais de relevantes assuntos específicos da Filosofia e seus respectivos autores. Desenvolver no aluno a capacidade de distinguir conhecimento de opinião nos assuntos filosóficos.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Conhecimentos fundamentais e respectivos autores de cada um dos temas a seguir. Mitologia. Pensamento Pré-Socrático. Filosofia Antiga. Filosofia Medieval. Filosofia Moderna. Filosofia Contemporânea. Filosofia Política. Ética. Estética. Filosofia da Ciência.		
4 REFERÊNCIAS		
Básica: BUCKINGHAM, W.; e outros. O livro da filosofia. São Paulo: Globo, 2011.		
Complementares: CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1997.		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: SOCIOLOGIA	
CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 40 h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 1º	ESPECIFICIDADE: Obrigatória	PRÉ-REQUISITO: Nenhum
1 EMENTA		
Fundamentos da Sociologia. Cultura e Identidade. Instituições Sociais. Trabalho e Consumo. Desigualdades Sociais. A Vida Moderna. O Mundo Globalizado. Família e Intimidades.		
2 OBJETIVOS		
Geral: Apresentar uma síntese fundamental do conhecimento sociológico.		
Específicos: Apresentar ao aluno os conhecimentos fundamentais dos principais temas sociológicos e seus respectivos autores. Desenvolver no aluno a capacidade de distinguir conhecimento de opinião nos assuntos sociológicos.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Fundamentos da Sociologia: conforme Augusto Comte, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber. Cultura e Identidade: conforme Herbert Marcuse, Erich Fromm, Jean Baudrillard. Instituições Sociais: conforme Robert K. Merton, Michel Foucault, Jürgen Habermas. Trabalho e Consumo: conforme Max Weber, Daniel Bell, Daniel Miller. Desigualdades Sociais: conforme Pierre Bourdieu, Richard Sennett. A Vida Moderna: conforme Henri Lefebvre, Robert D. Putnam. O Mundo Globalizado: conforme Zygmunt Bauman, Roland Robertson, Manuel Castells. Família e Intimidades: conforme Talcott Parsons, Michel Foucault, Judith Butler.		
4 REFERÊNCIAS		
Básica: THORPE, C.; e outros. O livro da sociologia. São Paulo: GloboLivros, 2016.		
Complementar: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2006.		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 01	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. Pesquisa Científica e Metodologia. Métodos Científicos e sua classificação. Formulação de problema, hipóteses, objetivos e justificativa da pesquisa. Tipologia, métodos e técnicas de pesquisa. Procedimentos de coleta e análise de dados. Projeto de Pesquisa. Resultados da Pesquisa Científica (relatórios, artigo, monografia, dissertação, tese). Comunicação da produção científica. Ética em pesquisa.		
2 OBJETIVO GERAL		
Apresentar aos acadêmicos os fundamentos da construção do conhecimento científico a partir da prática da pesquisa científica, o que diferencia o conhecimento científico das outras formas de conhecimento.		
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
<ul style="list-style-type: none"> – Compreender o que é conhecimento e as várias formas de conhecimento, – Apresentar os principais métodos e principais técnicas de pesquisa; – Possibilitar aos alunos a compreensão das partes que compõem um projeto de pesquisa; – Construir um template de um projeto de pesquisa; e – Discutir temas emergentes na área de Ciências Econômicas. 		
4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>1. Conhecimento Científico e Outros Tipos de Conhecimento</p> <p>1.1 Conhecimento popular e suas características</p> <p>1.2 Conhecimento religioso e suas características</p> <p>1.3 Conhecimento filosófico e suas características</p> <p>1.4 Conhecimento científico e suas características</p> <p>1.5 Evolução da ciência e do conhecimento científico</p> <p>1.6 Formas de se obter o conhecimento</p> <p>1.7 O método científico</p> <p>2. Pesquisa Científica</p> <p>2.1 Conceito</p> <p>2.2 A pesquisa como intenção de elaborar conhecimento</p> <p>2.3 A pesquisa como atividade básica da ciência</p> <p>2.4 Finalidade da pesquisa</p> <p>2.5 Tipos de pesquisa</p> <p>3. Metodologia</p> <p>3.1 Etapas metodológicas</p> <p>3.2 Classificação dos métodos científicos</p> <p>3.3 Classificação quanto à natureza da pesquisa: pesquisa básica e pesquisa aplicada</p> <p>3.4 Exemplos de pesquisa básica e pesquisa aplicada</p> <p>3.5 Classificação quanto à forma de abordagem do problema: pesquisa qualitativa e quantitativa</p> <p>3.6 Exemplos de pesquisa qualitativa e quantitativa</p>		

4. Classificação dos Métodos Científicos

- 4.1 Classificação quanto à natureza da pesquisa: pesquisa básica e aplicada
- 4.2 Classificação quanto à abordagem do problema: quantitativa, qualitativa e métodos mistos
- 4.3 Classificação quanto aos objetivos ou fins da pesquisa: exploratória, descritiva, explicativa
- 4.4 Exemplos de pesquisa exploratória
- 4.5 Exemplos de pesquisa descritiva
- 4.6 Exemplos de pesquisa explicativa
- 4.7 Classificação quanto aos procedimentos técnicos
- 4.8 Pesquisa bibliográfica e exemplos de pesquisa bibliográfica
- 4.9 Pesquisa documental e exemplos de pesquisa documental
- 4.10 Pesquisa experimental e exemplos de pesquisa experimental
- 4.11 Pesquisa ex-post-facto e exemplos de pesquisa ex-post-facto
- 4.12 Pesquisa tipo levantamento e exemplo de levantamento
- 4.13 Pesquisa tipo estudo de campo e exemplo de estudo de campo
- 4.14 Pesquisa tipo estudo de caso e exemplo de estudo de caso
- 4.15 Outros tipos de pesquisa

5. Projeto de Pesquisa

- 5.1 Introdução: contextualização; formulação e delimitação do problema; formulação dos objetivos; hipóteses ou suposições; justificativa
- 5.2 Referencial Teórico; Revisão da Literatura; Estado da Arte
- 5.3 Metodologia: modelo de análise e unidade de análise
- 5.4 Delineamento da pesquisa: como declarar a classificação da pesquisa e suas características
- 5.5 População e amostra
- 5.6 Instrumentos de coleta de dados
- 5.7 Dados primários e dados secundários
- 5.8 Organização dos dados
- 5.9 Modelos de análise dos dados

6. Resultados da Pesquisa Científica

- 6.1 Análise dos resultados
- 6.2 Discussão
- 6.3 Redação do Relatório da Pesquisa
- 6.4 Artigos Científicos
- 6.5 Monografia
- 6.6 Dissertação
- 6.7 Tese

5 REFERÊNCIAS

BÁSICA

- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. – São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografia**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. – São Paulo: Editora Cortez, 2016.

COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR10520**: informação e documentação – apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **NBR14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

EMENTAS DO SEGUNDO PERÍODO.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: MATEMÁTICA II	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 02	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Cálculo de várias variáveis: funções de várias variáveis, noções de reta no espaço, noções de plano no espaço, noções de superfícies quadráticas no espaço, noções de curva de nível, derivadas parciais, máximos e mínimos de funções de várias variáveis, multiplicadores de lagrange, integrais duplas. Matrizes e Vetores: adição, multiplicação por escalar, produto escalar, transposta, multiplicação de matrizes. Sistemas de Equações Lineares: classificação, eliminação gaussiana, posto, inversão de matrizes. Noções de Espaços Vetoriais. Noções de Ortogonalidade. Determinantes. Noções de Autovalores e Autovetores. Tópicos de Equações Diferenciais e a Diferenças Lineares. Aplicações em Economia.		
2 OBJETIVO		
2.1 Geral:		
Ilustrar a importância da Matemática e do Raciocínio Lógico na vida do Economista. Fornecer a base e os conceitos Matemáticos, de Raciocínio Lógico e suas aplicações em Economia que permanecerão ao longo de toda a vida profissional do acadêmico.		
2.2 Específicos:		
Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares. Espaços Vetoriais, Transformações Lineares, Tridimensionais, Geometria Analítica Sólida. Cálculo Diferencial.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1 Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares. Espaços Vetoriais, Transformações Lineares:		
1,1 introdução, 1.2 operações, 1.3 transpostas, 1.4 matrizes particionadas, 1.5 determinante, 1.6 inversa, 1.7 sistemas lineares.		
2. Vetores no Plano:		
2.1 introdução, 2.2 adição 2.3 subtração 2.4 multiplicação por escalar 2.5 produto escalar, comprimentos e ângulos.		
3 Sistemas de Coordenadas Tridimensional, Vetores no Espaço, Geometria Analítica Sólida:		
3.1 Introdução, 3.2 vetores tridimensionais, 3.3 produto escalar, 3.4 produto vetorial, 3.5 Produto misto, 3.6 identidades vetoriais,		

3.6 retas e planos no espaço,

3.7 curvas tridimensionais.

4 Cálculo Diferencial de Funções de Várias Variáveis:

4.1 Introdução,

4.2 derivadas parciais,

4.3 diferencial total,

4.4 regra da cadeia,

4.5 derivadas parciais de ordem superior,

4.6 máximos e mínimos condicionados ou não, aplicações em economia.

5. Integrais Duplas e Triplas: introdução, cálculos.

6. Aplicações da Álgebra Matricial:

6.1 processos de Markov,

6.2 análise de Insumo/Produto.

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

FONSECA, M. A. R. Álgebra Linear Aplicada a finanças, economia e econometria. Editora Manole, 2003.

CHIANG, A. C.; WAINWRIGHT. Matemática para Economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 4ª Edição.

TAN, S. T. Matemática Aplicada à Administração e Economia. 2ª Edição. São Paulo: Thomson, 2007.

COMPLEMENTAR

YAMANE, T. Matemática para Economistas. V. 1. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1972.

BINGHAM, R. C. A Economia em Linguagem Matemática. Zahar Editores, 1975.

WEBER, J. E. Matemática para Economia e Administração. São Paulo: Harbra, 1977, 3ª Edição

MORRETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. Métodos Quantitativos para Economistas e Administradores Cálculo – Funções de uma variável. V.1. Rio de Janeiro: LTC, 1978. 2ª Edição.

GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. Cálculo e suas Aplicações. São Paulo: Hemus, 1981.

ARCHIBALD, G. C.; LIPSEY, R. G. Tratamento Matemático da Economia. Zahar Editores, 1978. 3ª Edição.

LEITHOLD, L. Matemática Aplicada à Economia e Administração. São Paulo: Harbra, 1988.

VERAS, L. L. Matemática Aplicada à Economia. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 1995. - Dinwiddy, C. Elementos de Matemática para Economistas. São Paulo: Atlas, 1972.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A CONTABILIDADE E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 02	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Aspectos gerais internos e externos da empresa; Demonstrações Financeiras: Balanço Patrimonial; Demonstrações do Resultado do Exercício; Fluxo de Caixa. Fontes de dados para Análise das Demonstrações; Usuários das Demonstrações Contábeis; Análise das Demonstrações Financeiras: Análise Horizontal; Análise Vertical; Análise através dos Índices Econômicos e Financeiros: Estrutura de Capital; Liquidez e Solvência; Atividade ou Rotatividade; Rentabilidade; Ciclo Operacional e Ciclo Financeiro; Índices de Mercado. Elaboração de relatório.		
2 OBJETIVO		
2.1 Geral:		
Habilitar o aluno na análise das demonstrações econômicas e financeiras da empresa, ilustrando como o produto da contabilidade fornece um conjunto de informações ao processo de tomada de decisão estruturada nas organizações.		
2.2 Específicos:		
Natureza jurídica da empresa, Decisões, Balanço Patrimonial, Demonstrações contábeis, análise das demonstrações contábeis, Liquidez e Endividamento, Relatório.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade I - Aspectos gerais internos e externos da empresa		
1.1 Conceito, função econômica e social, natureza jurídica.		
1.2 Decisões financeiras e objetivos da empresa.		
1.3 Objetivos e critérios da análise de balanço		
1.4 Fontes de financiamento das atividades da empresa e custo do capital.		
Unidade 2 – Demonstrações Contábeis		
2.1 Balanço Patrimonial		
2.1.1 Estrutura do Balanço Patrimonial		
2.2 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		
2.3 Demonstração do Resultado do Exercício		
2.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Unidade III – Análise das Demonstrações Contábeis		
3.1 Fontes de Dados para Análises		
3.2 Usuários das Demonstrações Contábeis		
3.3 Análise Vertical ou de Estrutura		
3.4 Análise Horizontal ou de Evolução		
3.5 Análise Através dos Índices		
3.5.1 Índices de Estrutura de Capital ou Endividamento		
3.5.2 Índices de Liquidez e Solvência		
3.5.3 Índices de Atividade ou Rotatividade		
3.5.4 Índices de Rentabilidade		
3.6 Índices de Mercado		
Unidade IV – O Papel Contemporâneo da Informação Contábil e a Análise das Demonstrações Financeiras		
4.1 Assimetria Informacional		

4.2 Teoria da Agência
4.3 Governança Corporativa
Unidade V – Elaboração de relatório
5 Análise de balanço trimestral e/ou anual de empresa listadas na Bolsa de Valores.
4 REFERÊNCIAS
BÁSICA
ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
IUDÍCIBUS, S. Análise de Balanços: análise de liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. São Paulo: Atlas, 2006.
MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
COMPLEMENTAR
ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 3ª. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008
EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
IUDÍCIBUS, S. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2006. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.
MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade empresarial. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
SILVA, J. P. Análise financeira de empresas. São Paulo: Atlas, 2006.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: CONTABILIDADE SOCIAL
CRÉDITOS: 3	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 2	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Estudo de Conceitos básicos de contabilidade social. Análise das Contas nacionais do Brasil tanto em termos gerais, como em termos desagregados. Noções gerais do balanço de pagamento.	
2 OBJETIVO	
Geral: Apresentar os conceitos básicos da contabilidade nacional Específico: A abordagem da disciplina permitirá preparar o aluno no conhecimento da construção e interpretação dos indicadores agregados macroeconômicos que caracterizam o desempenho da economia nacional e seu papel no cenário internacional.	
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à contabilidade social 2. Macroeconomia e Contas Nacionais 3. Fluxo Circular da Renda 4. Componentes do Sistema de Contabilidade Nacional 5. Agregados Macroeconômicos 6. Identidades Contábeis 	

7. Identidades Contábeis
8. Comparações Internacionais: Paridade de Poder de Compra
9. Séries a preço constante e corrente
10. A contabilidade do balanço de pagamentos
11. Balanço de pagamento do Brasil

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, L. R. O. (Orgs.). Contabilidade social – a nova referência das Contas Nacionais do Brasil. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora. 2013.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B.; A nova contabilidade social – uma introdução à macroeconomia. 4. ed. – São Paulo Saraiva: 2013.

RAMOS, R.L. O.; et al. Contabilidade social. 2. ed. – Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BERNI, D. A.; et al. Mesoconomia - lições de contabilidade social. 1ª ed.

Porto Alegre: Bookman Companhia ED. 2011.

COMPLEMENTAR

FIGUEIREDO, F. O. Introdução à contabilidade social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

FILELLINI, A. de. Contabilidade social. São Paulo: Ed. Atlas, 1994. IBGE. Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

WILLIAMSON, S. D. **Macroeconomics**, Addison-Wesley, 4th edition 2010.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 02	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Mercantilismo, Fisiocratas, a escola clássica e seus expoentes, o liberalismo, socialistas utópicos, a economia marxista, o marginalismo, a economia Keynesiana, Desenvolvimentos teóricos pós-Keynes e o estado da arte atual.		
2 OBJETIVOS		
2.1 Geral:		
Tomar conhecimento das ideias e dos conceitos, bem como da evolução das principais escolas do pensamento econômico para fornecer aos alunos fundamentação teórica nos seus argumentos, de forma a poder participar ativamente dos debates econômicos e estar a par do estado da arte na economia atual.		
2.2 Específicos:		
Conhecer o pensamento das diferentes escolas: Mercantilismo, Fisiocratas, Clássicos, Liberalismo, Socialismo e Neoclássicos.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1. Visão da disciplina e métodos utilizados		

2. Mercantilismo
3. Os principais pensadores
4. Políticas mercantilistas
5. Quesnay e os fisiocratas
6. Protestantismo e a ética individualista
7. O surgimento do pensamento liberal
8. Precusores da escola clássica
9. A escola clássica
10. O liberalismo econômico
11. As ideias de Adam Smith
12. As ideias de David Ricardo
13. As ideias de Malthus
14. Bentham, Say e Mills
15. O socialismo utópico
16. A crítica econômica de Marx
17. As ideias marxistas
18. A decadência do pensamento marxista
19. Avaliação -As ideias de Mises
20. O marginalismo
21. O valor para os neoclássicos
22. Os clássicos e os neoclássicos
23. O pensamento de Marshall e dos expoentes neoclássicos
24. Concorrência e imperfeições do mercado
25. A grande depressão e os anos 30
26. O Pensamento Keynesiano
27. Desenvolvimentos e desvios a partir de Keynes
28. Ideias vigentes na atualidade

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira de. História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo, Atlas, 2008.

BRUE, Stanley L. História do Pensamento Econômico. São Paulo, Thomson Learning, 2005.

FEIJÓ, Ricardo. História do Pensamento Econômico. São Paulo, Atlas, 2007. 5.

HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas, São Paulo, Atlas, 1979.

HUNT, EK, História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

COMPLEMENTAR

HEILBRONER, R.L. A História do Pensamento Econômico (Os Economistas). SP:Abril Cultural, 1996.

KEYNES, J. M. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Editora Atlas, São Paulo, 1973.

KRUGMAN, P. A Crise Econômica é uma crise para a Economia? Disponível em www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/k/krugman2.doc. Acesso em 20/07/12.

KRUGMAN,P. Podemos estar perto de reviver a crise de 1930. 31/07/12.

MARX, KARL O Capital, Livro Primeiro, cap. 1 (Os Clássicos da Economia), pg. 97 a 148, 1997.

NAPOLEONI, C. O Pensamento Econômico do Século XX. Paz e Terra, RJ, 1979.

SCHUMPETER, J. A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Ed. Abril Cultural, SP (Os Economistas). Introdução e capítulos 1 e 2, 1982.

SCHUMPETER, J. A. A Instabilidade do Capitalismo (Os Clássicos da Economia), pg. 59 a 97, 1997. SMITH, ADAM. A Riqueza das Nações: um estudo sobre sua natureza e suas causas. São Paulo, Abril Cultural, (Os Economistas), 1996.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA A ECONOMIA	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 02	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Introdução à estatística e obtenção de dados. Estatística Descritiva: métodos tabulares e gráficos. Estatística Descritiva: Análise Exploratória de Dados. Noções de Probabilidade. Distribuição Discreta de Probabilidade: Binomial e Poisson. Distribuição Contínua de Probabilidade: Uniforme e curva normal. Distribuições amostrais e amostragem. Estimação. Teste de Hipótese: uso da Curva Normal (Z), Chi-Quadrado (χ^2), <i>t-student</i> (t). Inferências: uso da Curva Normal (Z), Chi-Quadrado (χ^2), <i>t-student</i> (t). Qualidade de ajuste (aderência). Noções de Análise de Variância. Noções de correlação e regressão. Noções de séries temporais. Noções de números-índices.		
2 OBJETIVOS		
Geral: Ilustrar a importância da Estatística e Econometria na vida do Economista. Fornecer a base, termos e os conceitos Estatísticos e Econométricos e suas aplicações em Economia que permanecerão ao longo de toda a vida profissional do acadêmico, e a utilização dos dados estatísticos para futuras análises econômicas. Específico: Capacitar os alunos a utilizarem ferramentas estatísticas, bem como da aplicação de probabilidade e inferência em problema econômicos. Compressão e interpretação de dados estatístico sobre a economia brasileira.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à estatística e obtenção de dados: dados qualitativos, dados quantitativos, níveis nominal, ordinal, discreto e contínuo. Noções de amostragem. 2. Estatística Descritiva: métodos tabulares e gráficos. Estatística Descritiva: Análise Exploratória de Dados: medidas de centro, variação, distribuição de dados, outliers, séries temporais, boxplot. 3. Noções de Probabilidade. 4. Distribuição Discreta de Probabilidade: Binomial e Poisson. 5. Distribuição Contínua de Probabilidade: Uniforme e curva normal. 6. Distribuições amostrais e amostragem. 7. Estimação. 8. Teste de Hipótese: uso da Curva Normal (Z), Chi-Quadrado (χ^2), <i>t-student</i> (t). Inferências: uso da Curva Normal (Z), Chi-Quadrado (χ^2), <i>t-student</i> (t). 9. Qualidade de ajuste (aderência). Noções de Análise de Variância. 10. Noções de correlação e regressão. 11. Noções de séries temporais. 		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA TRIOLA, M. F. Introdução à estatística: atualização da tecnologia. 11 ed. Rio de Janeiro, LTC,		

2013.

COMPLEMENTAR

TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica. Editora Atlas, 1985, 2ª Edição. (TO)

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. Editora Saraiva, 2006. 5ª Edição.

MILONE, G. Estatística Geral e Aplicada. Editora Thomson, 2004.

SILVA, et al. Estatística para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. v. 1.

Editora Atlas, 1996. 2ª Edição. (Silva 1)

SILVA, et al. Estatística para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. v. 2.

Editora Atlas, 1995. (Silva 2).

EMENTAS DO TERCEIRO PERÍODO.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 03	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
As bases da economia colonial: a dependência colonial (os ciclos); a dependência neocolonial. Agricultura de exportação (os ciclos crônicos agrícolas) e início da industrialização. Transição da economia de base rural para a economia urbana-industrial.	
2 OBJETIVOS	
2.1 Gerais:	
<ul style="list-style-type: none">• Apresentar uma retrospectiva geral da Formação Econômica do Brasil, destacando os acontecimentos mais importantes e suas repercussões.• Oferecer aos acadêmicos do curso de Economia um conjunto de informações teóricas e históricas que lhes propicie uma reflexão crítica sobre a realidade socioeconômica do Brasil dos ciclos extrativistas até o seu desenvolvimento urbano-industrial.	
2.2 Específicos:	
Proporcionar uma leitura criteriosa sobre os aspectos econômicos, oferecendo subsídios aos acadêmicos para análise das mudanças ocorridas no período estudado em termos do sistema de produção e seus reflexos econômico-sociais e econômico-políticos.	
<ul style="list-style-type: none">• Destacar interfaces entre a disciplina de Formação Econômica do Brasil com as outras disciplinas do curso de Economia no processo do entendimento das questões do Desenvolvimento Econômico-Social.	
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
PARTE 1 – Formação econômica do Brasil colonial	
<ul style="list-style-type: none">• A ocupação portuguesa na colônia• O surgimento da empresa colonial agrícola• Economia canavieira: elemento-chave no sucesso da empresa colonial agrícola• Características da colonização portuguesa no Brasil	
PARTE 2 – Atividades econômicas de subsistência e mineração auxiliam o povoamento do interior	
<ul style="list-style-type: none">• A Pecuária e o Povoamento no Nordeste• A busca por metais preciosos: os bandeirantes ampliaram os domínios portugueses na América• Incorporação do Rio Grande do Sul — Estabelecimento da Pecuária• A ocupação do Sudeste• A ocupação do vale amazônico• Sul: as missões jesuíticas• A retaguarda da expansão agrícola: o grande sertão da pecuária	
PARTE 3 – A crise da economia colonial no Brasil	
<ul style="list-style-type: none">• O sentido da crise• As mudanças na metrópole e suas consequências para o Brasil• O acirramento dos conflitos de interesses e o processo de independência• A dependência colonial• A dependência neocolonial	

PARTE 4 – Economia cafeeira escravista

- O início da cafeicultura para exportação no Brasil
- Bases e características da produção de café
- O declínio da produção de café no Vale do Paraíba

PARTE 5 – Economia cafeeira com trabalho livre

- O café no oeste paulista
- O sistema de parceria na cafeicultura
- Sistema de parceria: a escravidão disfarçada e seus limites
- O sistema de colonato na cafeicultura

PARTE 6 – Políticas de sustentação da renda da cafeicultura na República Velha

- 1889/1898: desvalorização cambial e sustentação da renda da cafeicultura
- O “Saneamento Monetário”
- A nova forma de valorização do café – O Convênio de Taubaté

PARTE 7 – Origens dos desequilíbrios regionais no Brasil

- Os desequilíbrios regionais são uma marca da economia brasileira
- Nordeste: do auge açucareiro à estagnação
 - • Pecuária
 - • Algodão: uma alternativa para a cana-de-açúcar
 - • Nordeste: do auge açucareiro à estagnação
- A região das minas: a ilusão do ouro
- O Sul: latifúndio e indústria regional
- Amazônia: o “ciclo” da borracha
- São Paulo: do café à industrialização
- A cultura do café e o surgimento de cidades

PARTE 8 - A Revolução de 1930: marco político entre o modelo primário exportador e a industrialização substitutiva de importações.

- Origens da indústria no Brasil
- Completando o ciclo da industrialização substitutiva de importações no Brasil: o Plano de Metas.

PARTE 9 - Brasil, 1930 a 1964: impactos da industrialização na urbanização e transformações sociais, políticas e econômicas.

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme. Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). São Paulo: Atlas, 2009.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32 Edição – São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2005.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; JÚNIOR, R. T. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

PRADO JÚNIOR. Caio. História Econômica do Brasil. 43. ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

COMPLEMENTAR

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 48a edição. São Paulo: Global Editora, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, João Cardoso de. O capitalismo tardio. 8. ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. Sargos: a revolução estratégica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed., 20. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
 SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil. 6. ed. – São Paulo: Editora Alfa-Ômega Ltda, 1985.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
 NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 03	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Teoria do valor; valor do trabalho, distribuição e preço; mercadoria, capital e acumulação (Karl Marx). Implicações da Macroeconomia Keynesiana para a Economia Política.		
2 OBJETIVOS		
2.1 Geral:		
Com esta disciplina se pretende encaminhar o estudante a uma visão global e histórica da Economia Política, ao longo do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, dentro de uma abordagem crítica, que contribua para a compreensão das relações existentes entre a Economia e as demais ciências e para a utilização do instrumental teórico metodológico da Economia Política nas suas atividades cotidianas.		
2.2 Específicos:		
Produção capitalista, papel do capital, trocas, mais-valia, dinheiro.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1 - O processo de Produção do Capital		
1.2 - O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias.		
1.3 - A forma de valor ou valor de troca.		
1.4 - O conjunto da forma simples de valor.		
2 - O processo de troca		
3 - O dinheiro ou a circulação de mercadoria		
3.1 - Medidas dos valores.		
3.2 - Meio de circulação.		
3.3 - Dinheiro.		
4 - A transformação do Dinheiro em Capital		
4.1 - A fórmula geral do Capital.		
4.2 - Contradições da fórmula geral.		
4.3 - Compras e vendas da força de trabalho.		
5 - A produção de mais-valia absoluta		
5.1 - O processo de trabalho e o processo de valorização.		
5.2 - O processo de valorização.		
6 - Capital constante e capital variável		
4 REFERÊNCIAS		

BÁSICA

LESSA, Carlos. O conceito de política econômica. Ciência e/ou ideologia? Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (Livro Segundo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (Livro Primeiro). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

COMPLEMENTAR

ANTUNES, R. A dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels. São Paulo: 3 Expressão Popular, 2004.

BICALHO, L. de C. Resumo literal de O capital de Karl Marx. Condensação dos livros 1, 2 e 3. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

DILLARD, D. A teoria econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária. 3. ed. – São Paulo: Pioneira, 1976. S.A

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ECONOMETRIA I	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 03	PRÉ-REQUISITO(S): Estatística Econômica e Introdução a Econometria	
1 EMENTA		
<p>Conceitos básicos de análise de regressão. Modelo clássico de regressão linear. Mínimos quadrados ordinários – MQO. Precisão da estimação. Intervalo de confiança. Análise de variância ANOVA. Extensões do modelo de regressão. Regressão que passa pela origem. Variáveis padronizadas. Modelos logarítmicos. Modelos recíprocos. Variáveis instrumentais e especificação de modelo. Regressão múltipla. Estimação dos coeficientes. Máxima verossimilhança. Variáveis binárias. Previsões com modelos econométricos.</p>		
2 OBJETIVO		
<p>Geral: Iniciar o estudante no estudo da Econometria, capacitando-o a entender e a utilizar ferramentas metodológicas associadas a essa área do conhecimento para estudar fenômenos econômicos. Dessa forma, a disciplina permite que o estudante seja apto a compreender quais são os métodos econométricos mais usuais na literatura para a formulação, estimação e testes de modelos econômicos, possibilitando que o aluno analise as relações econômicas e as implicações dela decorrentes sobre a sociedade como um todo.</p> <p>Específico: Capacitar os alunos no uso de ferramentas econométricas necessárias para a análise de modelos econômicos a partir de evidências empíricas. Além disso, proporcionar ao aluno capacidade de análise sobre a estimação de modelos ou a leitura de trabalhos que utilizem esses métodos centrado-se no modelo clássico de regressão linear (simples e múltiplo) e no relaxamento de suas hipóteses básicas.</p>		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – Modelos de Regressão Linear

1.1 Introdução

1.2 A Natureza da Análise de Regressão

1.3 Análise de Regressão com Duas Variáveis: Algumas Ideias Básicas

1.4 Modelo de Regressão de Duas Variáveis: O Problema da Estimação

1.5 Modelo Normal de Regressão Linear Clássico (MNRLC)

1.6 A Regressão de Duas Variáveis: Estimação de Intervalo e Teste de Hipóteses

Unidade II – Extensões do Modelos de Regressão Linear

2.1 A Regressão que Passa pela Origem

2.2 Escalas e Unidades de Medidas

2.3 Regressão com Variáveis Padronizadas

2.4 Formas Funcionais dos Modelos de Regressão

2.5 O Modelo Log-Linear

2.6 Modelos Semilogarítmicos: Log-Lin e Lin-Log

2.7 Modelos Recíprocos

2.8 A Escolha da Forma Funcional

2.9 Análise de Regressão Múltipla: O Problema da Estimação

2.10 Análise de Regressão Múltipla: O Problema da Inferência

2.11 Modelos de Regressão com Variáveis Binárias

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 5. ed. - São Paulo: Pearson Makron Books, 2011.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira, 2002.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria - uma abordagem moderna**. 4. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.

COMPLEMENTAR

HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. **Análise de regressão**. uma introdução à econometria. 3 ed. – São Paulo: Hucitec, 1998.

MORETTIN, Pedro A. **Econometria financeira** – um curso em séries temporais financeiras. 2. ed. - São Paulo: Edgard Blucher, 2011.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **Econometria** – modelos e previsões. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: MACROECONOMIA I	
CRÉDITOS: 4	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 3	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Origem da teoria macroeconômica. Keynes e os clássicos. Mercado de bens. Mercados financeiros. Curvas IS-LM. Curvas IS-LM ampliada.		
2 OBJETIVO		
Geral: Apresentar modelos e temas de discussões da Macroeconomia moderna. Específico: A abordagem utilizada tentará aproximar os alunos de teorias e técnicas mais modernas usadas na Macroeconomia atualmente, mas dentro de uma perspectiva mais simples, acessível a alunos de graduação.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Keynes e os clássicos: considerações acerca das variáveis investimento, emprego e renda. 2. Mercado de bens: PIB, Demanda, Consumo, Investimento, gastos do governo, Determinação do Produto de equilíbrio. 3. Mercados financeiros: Demanda, taxa de juros, banco central. 4. Mercados de bens e mercados financeiros: IS-LM. 5. Mercado de trabalho: Oferta e demanda por trabalho. 6. Mercados Financeiros II: a curva IS-LM ampliada. 		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 7ª Edição. Pearson, 2017.		
DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. Macroeconomia . 8ª ed. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 2003.		
FROEN, R. Macroeconomia: Teoria e Aplicações . 5a Edição. Editora Saraiva, 2007.		
MANKIW, N. G. Macroeconomia , 7a Edição, Editora LTC, 2010.		
COMPLEMENTAR		
DOEPKE, M. LEHNERT, A e SELLGREN, A. Macroeconomics . Disponível em: http://faculty.wcas.northwestern.edu/mdo738/textbook/main.pdf		
LOPES, L. M. VASCONCELLOS, M A S. Manual de Macroeconomia Básico e Intermediário . São Paulo: Atlas, 2000		
MIGLIOLI, J. Acumulação de Capital e demanda efetiva . São Paulo: T. a Queiroz, 1995		
WILLIAMSON, S. D. Macroeconomics , Addison-Wesley, 4th edition 2010.		
WILLIAMSON, S. D. Notes on Macroeconomic Theory , University of Iowa, 1999.		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: MICROECONOMIA I	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 03	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Estudo das unidades econômicas elementares que compõem o sistema econômico, sob regime de mercado, oferta e demanda, equilíbrio, fatores determinantes da oferta e da demanda, desequilíbrios e alterações de preço, renda e preço de outros bens Elasticidades. Comportamento do consumidor, Teoria da utilidade e Teoria ordinal, curva de demanda individual e de mercado. Equação de Slutsky.		
2 OBJETIVOS		
Geral: A disciplina de Teoria Microeconômica I tem por objetivo explicar o funcionamento e/ou comportamento dos diferentes componentes do sistema econômico, em regime de mercado.		
Específicos: Explicar o funcionamento do mercado, Leis da oferta e da demanda, Curva da demanda, Componentes da curva da demanda, Elasticidades e significados, estática comparativa, comportamento do consumidor e a construção da curva da demanda individual e de mercado.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1. O Papel e Funcionamento dos Mercados.		
1.1 Análise de Mercado		
1.2 Análise da oferta de mercado		
1.3 Análise da demanda de mercado.		
1.4 Equilíbrio de mercado		
1.5 Elasticidades.		
1.6 Estática comparativa.		
1.7 Eficiência de Pareto.		
2 Análise do Comportamento do Consumidor.		
2.1 Teoria da utilidade.		
2.2 Teoria ordinal.		
2.3 Curva de demanda individual.		
2.4 Curva de demanda de mercado.		
2.5 Excedente do consumidor		
3. Análise da Curva da Demanda		
3.1 Equação de Slutsky		
3.2 Lei da demanda.		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA		
BESANKO, David e BRAEUTIGAM, Ronald R. Microeconomia: Uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004.		
CUNHA, Fleury Cardoso Da. Microeconomia. Teoria, questões e exercícios. São Paulo: Makron Books, 2000		
FERGUSON, C.E. (1983) Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense (5ta Edição).		
PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: MAKRONBOOKS, 1999, 4ta. Edição.		
VARIAN, H. (1997). Microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.		
WESSELS, Walter. Microeconomia. Teoria e Aplicações. São Paulo: Saraiva, 2002.		

COMPLEMENTAR

BILAS, RICHARD Teoria Microeconômica: uma Análise Gráfica. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.

GARÓFALO, G. DE L./ CARVALHO, L. C. P. Teoria Microeconomia – São Paulo, Editora Atlas, 1995 (3ªed.)

LISBOA, Marcos de Barros & MENESES-FILHO, Naércio Aquino. Microeconomia e sociedade no. Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

VASCONCELOS, M.A.S./ OLIVEIRA, R.G. Microeconomia – São Paulo, Editora Atlas, 1996

EMENTAS DO QUARTO PERÍODO.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 04	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
A economia exportadora cafeeira. Política de substituição de importações. Anos 30 e seus reflexos: a política econômica do governo provisório. Defesa do café e manutenção do nível de renda. A política econômica na era Vargas. Estrangulamento externo e substituição de importações no pós-guerra. Plano de metas. Milagre brasileiro. Crise dos anos oitenta. Abertura comercial. Plano Real. Assistencialismo estatal. PAC		
2 OBJETIVO		
2.1 Geral:		
Proporcionar ao aluno um estudo analítico da dinâmica da economia brasileira, de tal sorte a habilitá-lo a uma interpretação da nossa realidade econômica, no que tange aos seus principais processos de transição e transformação.		
2.2 Específicos:		
Compreender a trajetória da economia brasileira desde a transição de uma economia agrária exportadora para uma economia industrial. Plano de Metas, Governos Militares, Crise dos 80's, Brasil no novo cenário mundial.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1. Da substituição de importação à industrialização brasileira		
1.1 A transição para uma economia industrial		
1.2 O Plano de Metas e a industrialização brasileira: objetivos e instrumentos. 1.3 As transformações estruturais e a política de substituição de importações.		
2. As Reformas no contexto da crise dos anos 60\70		
2.1 O PAEG: as reformas estruturais e o combate inflacionário.		
2.2 A crise do petróleo e seus efeitos na economia brasileira: inflação e dívida externa.		
3. A crise dos anos 80		
3.1 Impactos do choque dos juros e do segundo choque do petróleo.		
3.2 Crise de crescimento e dinâmica hiperinflacionária.		
3.3 Os planos es estabilização.		
4. A economia brasileira na perspectiva de uma ordem global		
4.1 Os ajustes internos, face os desafios externos.		
4.2 Abertura comercial e a reestruturação do sistema produtivo.		
4.3 Uma nova perspectiva de atuação do Estado na economia.		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA		
BAER, Werner. A economia brasileira. 3. ed. – São Paulo: Nobel, 2009.		
GIAMBIAGI, F. et al. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		
GREMAUD, Amauri P. TONETO JR. Rudinei; VASCONCELLOS, M. A. S. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. – São Paulo: Editora Atlas, 2007.		
COMPLEMENTAR		
ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 20. ed. – São Paulo: Editora Campus, 1992		

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

BOCCHI, João Ildebrando; LACERDA, A. C. de (org.). Economia Brasileira. 4. ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco E. P. A economia brasileira em marcha forçada. 4. ed. – São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
 NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: ECONOMIA FINANCEIRA	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 04	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
<p>Juros simples e compostos. Fórmula montante e capital. Fatores do valor futuro; valor atual. Cálculo de taxa, número de períodos e cálculos de juros - taxa nominal, preferencial e real. sistemas de amortização de financiamentos. Equivalência financeiras. Métodos de depreciação. Descontos de fluxo de caixa. Análise de alternativas de investimentos, critérios econômicos de decisão.</p>		
2 OBJETIVO		
<p>Geral: Oferecer aos alunos o conhecimento dos fundamentos teóricos e da aplicação do cálculo econômicos e financeiros como requisito para a solução dos problemas e tomada de decisão sobre a alocação de recursos em empreendimentos públicos e privados.</p> <p>Específico: Proporcionar aos discentes o instrumental para análise do ambiente econômico e a tomada de decisão com base em aspectos financeiros.</p>		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>1 Conceitos Fundamentais</p> <p>1.1 Introdução</p> <p>1.2 Fluxo de Caixa</p> <p>1.3 Processo e regimes de capitalização</p> <p>1.4 Juros e Taxas</p> <p>1.5 Distinção entre capitalização composta e capitalização simples.</p> <p>2 Modelos de Capitalização Simples</p> <p>2.1 Abordagem geral</p> <p>2.2 Juros simples</p> <p>2.3 Homogeneização entre a taxa e o prazo de capitalização</p> <p>2.4 Montante ou capital acumulado</p>		

2.5 Operações de descontos simples

2.6 Recíproca Bancária

3 Modelos de Capitalização Composta

3.1 Montante ou capital acumulado

3.1 Valor atual ou valor presente na capitalização composta

3.3 Equivalência entre taxas e juros

3.4 Taxa efetiva e taxa nominal

3.4 Operações de desconto composto

4 Inflação, Índice de Preços e Correção Monetária

4.1 Abordagem geral

4.2 Sistemática da correção monetária

4.3 Homogeneização de fluxos monetários utilizando índices de preços

4.4 Equivalências Financeiras

5 Rendas Certas ou Séries Financeiras

5.1 Introdução

5.2 Montante de rendas certas temporárias imediatas de termos constantes

5.3 Valor atual das rendas certas temporárias de tempos constantes

5.4 Fórmulas empíricas para determinação das taxas de juros

5.5 Resumo dos fatores financeiros

5.6 Rendas certas de termos variáveis

6 Sistema de amortização de Financiamento

6.1 Sistema de amortização constante (SAC)

6.2 Sistema francês de amortização e Tabela Price (SFA e TP)

6.3 Sistema americano de amortização (SAA)

6.4 Sistema de amortização variáveis (SAV)

6.5 Considerações finais dos sistemas de amortizações

7 Taxa média de juros das operações - carteira

8 Métodos de Depreciação

8.1 Método linear

8.2 Método da soma dos dígitos ou método de Cole

8.3 Método exponencial ou método da taxa fixa de depreciação

8.4 Método da produção ou método das horas trabalhadas

8.5 Método do declínio em dobro

8.6 Método do fundo de amortização

8.7 Método das anuidades

8.8 Comparação entre os métodos analisados

9 Fluxo de caixa e Avaliação de alternativas de investimento

9.1 Descontos de fluxo de caixa

9.2 Critério do valor atual ou Valor Presente Líquido (VPL)

9.3 Taxa Interna de Retorno (TIR)

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. 11^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MULLER, A. N.; ANTONIK, L. R. **Matemática financeira. Instrumentos financeiros para a tomada de decisão em administração, economia e contabilidade**. 2^a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RESPO, A. A. **Matemática financeira fácil**. 14^a. ed. - São Paulo: Saraiva, 2010.

SAMANEZ, C. P. **Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos**. 5^a. Ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

COMPLEMENTAR

PUCCINI, E. C. **Matemática Financeira e Análise de Investimentos**. Florianópolis, UFSC, (Brasília), CAPES, UAB, 2011.

LAPPONI, J. C. **Matemática Financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PUCCINI, A. L. **Matemática Financeira: Objetiva e Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SAMANEZ, C. P. **Matemática financeira: aplicações e análise de investimentos**. 4^a Ed. Makron Books do Brasil Editora Ltda., 2007.

VERAS, L. L. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA SOBRINHO, J. D. **Matemática Financeira: Edição Compacta**. São Paulo: Atlas, 2000.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: ECONOMETRIA II
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 04	PRÉ-REQUISITO(S): Econometria I
1 EMENTA	
Modelo de regressão linear: álgebra linear; relaxando as premissas do modelo. Clássico de regressão linear. Multicolineariedade. Heterocedasticidade. Autocorrelação. Testes de estacionariedade. Transformando a série temporal não estacionária. Modelo Autoregressivo Integrado de Média Móveis – ARIMA. Estimacão e previsão com modelos ARIMA. Modelos Vetor Autoregressivo – VAR. Teste de casualidade econometria. Cointegração. Vetor de Correção de Erros – VEC. Modelos de regressão com dados em painel. Regressão de resposta qualitativa.	
2 OBJETIVO	
Ao final, espera-se que o aluno entenda como utilizar os modelos econométricos,	

principalmente das séries temporais em problemas de previsão e estimação em economia e finanças, adensando-se um ampliado conhecimento teórico envolvendo probabilidades e processos estocásticos.

Específico: Fornecer aos alunos o instrumental para a aplicação de métodos estatísticos à modelagem e previsão de variáveis econômicas, possibilitando a formação de capacidade de elaboração e análise de modelos com séries temporais, dados em painel e de escolha qualitativa.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Violação dos pressupostos básicos.

1.1 Autocorrelação serial dos resíduos.

1.2 Heterocedasticidade;

2. Séries temporais.

2.1 Processos estocásticos estacionários.

2.2 Testes da raiz unitária.

2.3 Processo autorregressivo integrado de médias móveis (ARIMA)

2.4 Estimação e previsão com VAR

2.5 Causalidade de Granger.

2.6 Teste de cointegração

2.7 Cointegração e mecanismo de correção de erro (MCE)

3. Modelos de regressão com dados em painel

3.1 O estimador de efeito fixo dentro do grupo

3.2 O modelo de efeitos aleatórios

4. Regressão de resposta qualitativa

4.1 Modelos logit e probit

4.2 O modelo tobit

4 REFERÊNCIAS

Básica

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 5. ed. - São Paulo: Pearson Makron Books, 2011.

BUENO, R. de Losso da S. **Econometria de séries temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria - uma abordagem moderna**. 4. ed. - São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Complementar

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira, 2002.

HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. **Análise de regressão**. Uma introdução à econometria. 3 ed. - São Paulo: Hucitec, 1998.

MORETTIN, Pedro A. **Econometria financeira** - um curso em séries temporais financeiras. 2. ed. - São Paulo: Edgard Blucher, 2011.

NEVES, Cesar das; ROSSI, José W. **Econometria e Séries Temporais** - com aplicações e dados da economia brasileira. São Paulo: Editora LTC, 2014.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **Econometria** - modelos e previsões. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: MACROECONOMIA II	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 04	PRÉ-REQUISITO(S): Macroeconomia I	
1 EMENTA		
Desemprego e a curva de Philips. Curva IS-LM e Curva de Philips. Teoria do Crescimento Econômico. Poupança, Acumulação de capital e produto. Poupança, Acumulação de capital e produto. Progresso tecnológico e crescimento.		
2 OBJETIVO		
Geral: Apresentar modelos e temas de crescimento econômico, inflação e desemprego.		
Específico: Apresentar as teorias acerca da Curva Philips e teoria do crescimento.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desemprego e a curva de Philips. Análise do comportamento da inflação e do desemprego. 2. Curva IS-LM e Curva de Philips: do curto para médio prazo. 3. Teoria do Crescimento Econômico: função agregada. 4. Poupança, Acumulação de capital e produto: Comportamento no longo prazo. 5. Progresso tecnológico e crescimento: tecnologia como propulsor do crescimento. 6. Progresso Tecnológico ao longo do tempo. 		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 7ª Edição. Pearson, 2017.		
DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. Macroeconomia . 8ª ed. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 2003.		
FROEN, R. Macroeconomia: Teoria e Aplicações . 5a Edição. Editora Saraiva, 2007.		
MANKIW, N. G. Macroeconomia , 7a Edição, Editora LTC, 2010.		
COMPLEMENTAR		
DOEPKE, M. LEHNERT, A e SELLGREN, A. Macroeconomics . Disponível em: http://faculty.wcas.northwestern.edu/mdo738/textbook/main.pdf		
LOPES, L. M. VASCONCELLOS, M A S. Manual de Macroeconomia Básico e Intermediário . São Paulo: Atlas, 2000		
MIGLIOLI, J. Acumulação de Capital e demanda efetiva . São Paulo:T. a Queiroz, 1995		
WILLIAMSON, S. D. Macroeconomics , Addison-Wesley, 4th edition 2010.		
WILLIAMSON, S. D. Notes on Macroeconomic Theory , University of Iowa, 1999.		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: MICROECONOMIA II	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 04	PRÉ-REQUISITO(S): Microeconomia I	
1 EMENTA		
Estudo da produção, funções de produção, fatores de produção, lei dos rendimentos decrescente, curva de oferta individual e de mercado, lei da oferta, funções de custo e teoria dos custos de produção.		
2 OBJETIVOS		
Geral: A disciplina de Teoria Microeconômica II tem por objetivo explicar o funcionamento e/ou comportamento dos diferentes componentes do sistema econômico, em regime de mercado.		
Específicos: O mercado e curva de oferta, Teoria da produção, Funções de produção. Comportamento do produtor, Custos de produção, funções de custos, Minimização de custos.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1. Teoria da produção.		
1.1 Funções de Produção de curto e longo prazo.		
1.2 Produção Total, Produto Médio e Produto Marginal.		
1.3 Lei dos rendimentos marginais decrescentes.		
1.4 Retornos de escalas.		
1.5 Curva de oferta de mercado e lei da oferta.		
1.6 Excedente do produtor.		
1.7 Progresso técnico.		
2 Teoria dos Custos de Produção.		
2.1 Função de custo de curto prazo e de longo prazo.		
2.2 Problema da minimização.		
2.3 Setores com custos crescentes, decrescentes e constantes.		
2.4 Economias de escala.		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA		
BESANKO, David e BRAEUTIGAM, Ronald R. Microeconomia: Uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004.		
CUNHA, Fleury Cardoso Da. Microeconomia. Teoria, questões e exercícios. São Paulo: Makron Books, 2000		
FERGUSON, C.E. (1983) Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense (5ta Edição).		
PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: MAKRONBOOKS, 1999, 4ta. Edição.		
VARIAN, H. (1997). Microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.		
WESSELS, Walter. Microeconomia. Teoria e Aplicações. São Paulo: Saraiva, 2002.		
COMPLEMENTAR		
BILAS, RICHARD Teoria Microeconômica: uma Análise Gráfica. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.		
GARÓFALO, G. DE L./ CARVALHO, L. C. P. Teoria Microeconomia – São Paulo, Editora Atlas, 1995 (3ªed.)		

LISBOA, Marcos de Barros & MENESES-FILHO, Naércio Aquino. Microeconomia e sociedade no. Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.
VASCONCELOS, M.A.S./ OLIVEIRA, R.G. Microeconomia – São Paulo, Editora Atlas, 1996

EMENTAS DO QUINTO PERÍODO.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ECONOMIA DA AMAZÔNIA	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 40h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 05	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
A economia subsidiária e primária exportadora. A agricultura diversificada e o desenvolvimento regional. A estrutura dos setores econômicos. O processo de colonização da Amazônia. A Evolução da economia extrativista para a economia exportadora. A Globalização e a questão amazônica. Os grandes projetos na Amazônia. A política de desenvolvimento regional na Amazônia. Projetos alternativos de desenvolvimento: agricultura familiar e usos alternativos dos ecossistemas.		
2 OBJETIVOS		
2.1 Geral:		
Proporcionar ao aluno uma ampla base de conhecimentos sobre a formação econômica, política, social e ambiental da Amazônia.		
2.2 Específicos:		
Compreender a trajetória da Amazônia do período da colonização ao contemporâneo; Problemática histórica da Amazônia e suas populações, papel e importância das questões ambientais, influência dos olhares nacional e internacional para a Amazônia, desenvolvimento e grandes projetos amazônicos, críticas.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1. Revisão sobre Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Regional 2. A economia subsidiária e primária exportadora. 3. A Evolução da economia extrativista para a economia exportadora. 4. A agricultura diversificada. 5. Os grandes projetos na Amazônia. 6. A política de desenvolvimento regional na Amazônia. 7. A estrutura dos setores econômicos. 10. A Globalização e a questão amazônica. 11 Projetos alternativos de desenvolvimento: agricultura familiar e usos alternativos dos ecossistemas.		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA BANCO MUNDIAL. Projeto Úmidas – um enfoque participativo para o desenvolvimento sustentável: o caso do estado de Rondônia. Brasília: Banco Mundial, 1999. BECKER, B. K; MIRANDA, M. H. P.; MACHADO, L. O. Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990. PEREIRA, S. M. Região amazônica: estrutura e dinâmica na economia de Rondônia (1970-2003). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada (PPEP), Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp: Campinas, 2007. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (org.). Programa Calha Norte (Ministério da Defesa). Subsídios para uma estratégia de desenvolvimento da Amazônia Setentrional. Brasília: Instituto Superior de Administração e Economia, Isae, da Fundação Getúlio Vargas, FGV, 2001.		

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Ana Luiza Osorio de. A colonização sustentável da Amazônia. IPEA, 1992.
ROMEIRO, A e REYDON, B. Desenvolvimento da agricultura familiar e reabilitação das terras alteradas na Amazônia. Campinas: UNICAMP. 1998.
SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1980.
SCHINEIDER, R. R.; et al. Amazônia sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural. Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazon, 2000.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO324	DISCIPLINA: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 05	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Técnicas de elaboração de projeto; Estudo de Mercado; Tamanho do projeto; Análise sobre localização; Engenharia do projeto; Aspectos jurídicos e administrativos do projeto; Organização, investimento, custos, receitas, financiamento; Cronograma de execução e cronograma financeiro; Estruturação de projeto; Técnicas de análise e avaliação de projeto; Critérios de avaliação social e privado; Investimento em situação de risco e incerteza: Processos de valorização social; Métodos de análise de projetos e indicadores de avaliação de projetos.	
2 OBJETIVO	
Geral: Proporcionar aos discentes os conhecimentos básicos sobre os procedimentos técnicos para a elaboração e avaliação de projetos, levando-se em conta aspectos econômicos, sociais e ambientais. Específicos: Orientação para a elaboração de um projeto de investimento, cujo as diferentes áreas de atuação evidenciaram aos discentes as dificuldades presentes em cada segmento de negócios.	
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1 INTRODUÇÃO 1.1 Definição e tipos de projetos 1.2 A estrutura e as etapas de um projeto 1.3 Noções sobre empreendedorismo 1.4 Elementos da matemática financeira aplicada a projetos 2 O ESTUDO DO MERCADO E DE SUA ESTRUTURA 2.1 Definição e finalidade do estudo	

- 2.2 As etapas de um estudo de mercado
- 2.3 Análise da demanda
- 2.4 Métodos de projeção da demanda
- 2.5 Análise da concorrência, estrutura de mercado e vantagens competitivas
- 2.6 Considerações sobre os impactos no mercado caso haja a implementação do projeto

3 ENGENHARIA, TAMANHO E LOCALIZAÇÃO DE PROJETOS

- 3.1 Aspectos básicos da engenharia de projetos
- 3.2 Aspectos determinantes do tamanho do projeto
- 3.3 Escolha do tamanho ótimo em termos de projeto
- 3.3 As forças locacionais: custo de transferências, disponibilidade e custo dos insumos.
- 3.4 O método dos orçamentos comparados
- 3.5 Outros fatores relacionados à localização e o impacto ambiental.

5 O ORÇAMENTO DE RECEITAS E CUSTOS

- 5.1 Os custos de produção e sua classificação
- 5.2 A programação da produção e a estimativa das receitas
- 5.3 Projeção de resultados e do fluxo de caixa
- 5.4 O nivelamento econômico e análise de sensibilidade

6 AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE PROJETOS

- 6.1 Considerações gerais sobre avaliação
- 6.2 Convenções e hipóteses adotadas
- 6.3 Critérios quantitativos de análise
- 6.4 Comparação dos critérios de análise propostos
- 6.5 A avaliação sob o critério privado e social de projeto

7 FINANCIAMENTO DO PROJETO

- 7.1 Fontes de recursos para financiamento
- 7.2 Capital próprio "versus" crédito de financiamento
- 7.3 Tabela de fontes e usos de recursos
- 7.4 Custo efetivo de empréstimo e a seleção entre opções de financiamento

8 ANÁLISE DE INVESTIMENTO EM SITUAÇÃO DE RISCO E INCERTEZA

- 8.1 A Natureza dos riscos e incertezas
- 8.2 Medidas preliminares para diminuição do risco dos projetos
- 8.3 Métodos quantitativos para avaliação de risco
- 8.4 Análise de sensibilidade

9 ELABORAÇÃO DE UM PROJETO

- 9.1 Elaboração de um projeto típico.

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

BUARQUE, C. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

CASAROTTO FILHO, N. **Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócios**. São Paulo: Atlas, 2009.

CLEMENTE, A. **Projetos Empresariais e Públicos**. São Paulo, Atlas, 2008.

WOILER, S; MATHIAS, W. F. **Projetos – planejamento, elaboração de análise**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

COMPLEMENTAR

CARVALHO, J. V. **Análise econômica de investimentos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

CONTADOR, C. R. **Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades**. São Paulo: Atlas, 2014.

FREZATTI, F. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

KASSAI, S. **Retorno sobre o investimento: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial**. São Paulo: Atlas, 2000.

KOPITKE, B. H.; CASAROTTO FILHO, N. **Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial**. 11ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LAPPONI, J. C. **Projetos de investimento na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SIMONSEN, M. H.; FLANZER, H. **Elaboração e análise de projetos**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1974.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ECONOMIA INSTITUCIONAL
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h
SEMESTRE: 05	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Economia Institucional. Instituições e Desenvolvimento Econômico. Nova Economia Institucional. Teoria da Agência. Economia dos Custos de Transação. Assimetrias de Informação. Seleção Adversa. Risco Moral. Teoria da Sinalização. Economia Evolucionária. Teoria da Escolha Pública. Estruturas de Governança.	
2 OBJETIVO GERAL	
Geral: A disciplina tem por objetivo apresentar as bases da Economia Institucional e da Nova Economia Institucional, destacando a importância das instituições para o desenvolvimento econômico das nações.	
Específico:	

- Discutir como as mudanças no ambiente institucional e organizacional afeta o desenvolvimento econômico de determinados setores da economia e da economia como um todo;
- Apresentar aos alunos a Teoria da Agência, o desenvolvimento histórico da teoria e seus constructos;
- Compreender os conceitos de relação de agência, conflitos de agência e custos de agência;
- Estudar o problema da Assimetria Informacional na relação agente-principal;
- Abordar o problema da seleção adversa, do risco moral e a Teoria dos Custos de Transação;
- Discutir a teoria da sinalização e como os sinais ou signos podem reduzir a assimetria informacional e os conflitos de agência
- Compreender como os estudos sobre estruturas de governança no campo empírico podem contribuir para minimizar os problemas relacionados aos agentes econômicos entre outros problemas recorrentes nos ambientes institucional e organizacional

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 Economia Institucional

- 1.1 Instituições: conceito e importância (regras, normas, direitos de propriedade)
- 1.2 Escola Institucionalista – Veblen
- 1.3 Escola Institucionalista – Commons
- 1.4 O Institucionalismo em Mitchell
- 1.5 O Institucionalismo em Berle, Galbraith e outros autores
- 1.6 Economia Evolucionária

2 Nova Economia Institucional

- 2.1 A Teoria da Firma – Ronald Coase
- 2.2 A Nova Economia Institucional em Douglas North
- 2.3 Economia da Informação
- 2.4 Arrow e a Economia das Organizações
- 2.5 Simon: redefinindo o agente econômico
- 2.6 Alchian e Demsetz: a economia dos direitos de propriedade
- 2.7 Williamson, Klein entre outros: dimensionalizando as transações
- 2.8 Douglass North e a importância das Instituições para o Desenvolvimento
- 2.9 Instituições, Ambiente Institucional e Mudanças Institucionais

3 Teoria da Agência

- 3.1 Formação, Desenvolvimento e Evolução do Sistema Capitalista e do Mundo Corporativo
- 3.2 Expansão das Empresas
 - 3.2.1 Diluição do Capital
 - 3.2.2 Ruptura entre Propriedade e Gestão
- 3.3 Relação de Agência: Principal x Agente
- 3.4 Conflitos de Agência
- 3.5 Custos de Agência
- 3.6 Noções de Governança Corporativa
- 3.7 Teoria da Agência na Relação Estado e sociedade

4 Assimetria Informacional

- 4.1 Informação Oculta e Ação Oculta
- 4.2 Seleção Adversa

- 4.3 Risco Moral
- 4.4 Teoria da Sinalização
- 4.5 Assimetria Informacional na Relação Estado e sociedade

5 Economia dos Custos de Transação

- 5.1 O que são custos de transação
- 5.2 Pressupostos Comportamentais dos Agentes
 - 5.2.1 Racionalidade Limitada dos Agentes
 - 5.2.2 Oportunismo
- 5.3 Características das Transações
 - 5.3.1 Especificidades dos Ativos
 - 5.3.2 Incerteza
 - 5.3.3 Frequência
- 5.4 Estruturas de Governança
 - 5.4.1 Mercado
 - 5.4.2 Hierarquia
 - 5.4.3 Formas Híbridas
 - 5.4.4 Outras Estruturas de Governança

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Competitividade**: mercado, Estado e organizações. São Paulo: Editora Singular, 1997

NORTH, D.C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

WILLIAMSON, Oliver E. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

COMPLEMENTAR

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305–360, jul. 1976.

MACHO-STADLER, Inés; PÉREZ-CASTRILLO, David. **Introducción a la economía de la información**. 3. ed. – Barcelona: Editorial Ariel Economía, 2009.

WILLIAMSON, Oliver E. Transaction cost economics and organization theory. **Institutional and Corporate Change**, 2 (2), 1993, p. 107-156.

ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marco Fava. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: MACROECONOMIA III	
CRÉDITOS: 4	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 5	PRÉ-REQUISITO(S): Macroeconomia II	
1 EMENTA		
Expectativas. Abertura do mercado de bens e dos mercados financeiros. Produto, taxa de juros e taxa de câmbio. Regimes de taxas de câmbio. Resumo da política monetária e fiscal. Restrição orçamentária do governo.		
2 OBJETIVO		
Geral: Apresentar modelos e discussões avançadas da Macroeconomia moderna. Específico: Apresentar teorias acerca da influência das expectativas nas variáveis macroeconômicas. Demonstrar o modelo IS-LM para a economia aberta. Analisar o comportamento das variáveis macroeconômicas aplicadas em política pública.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Expectativas: consumo, investimento, mercados financeiros, produto e política econômica. 2. Abertura do mercado de bens e dos mercados financeiros: O mercado de bens numa economia aberta. 3. Produto, taxa de juros e taxa de câmbio. 4. Regimes de taxas de câmbio. 5. Resumo da política monetária e fiscal. 6. Restrição orçamentária do governo: quatro temas em política fiscal. 		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 7ª Edição. Pearson, 2017.		
DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. Macroeconomia . 8ª ed. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 2003.		
FROEN, R. Macroeconomia: Teoria e Aplicações . 5ª Edição. Editora Saraiva, 2007.		
MANKIW, N. G. Macroeconomia , 7ª Edição, Editora LTC, 2010.		
COMPLEMENTAR		
DOEPKE, M. LEHNERT, A e SELLGREN, A. Macroeconomics . Disponível em: http://faculty.wcas.northwestern.edu/mdo738/textbook/main.pdf		
LOPES, L. M. VASCONCELLOS, M A S. Manual de Macroeconomia Básico e Intermediário . São Paulo: Atlas, 2000		
MIGLIOLI, J. Acumulação de Capital e demanda efetiva . São Paulo: T. a Queiroz, 1995		
WILLIAMSON, S. D. Macroeconomics , Addison-Wesley, 4th edition 2010.		
WILLIAMSON, S. D. Notes on Macroeconomic Theory , University of Iowa, 1999.		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: MICROECONOMIA III	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 05	PRÉ-REQUISITO(S): Microeconomia II	
1 EMENTA		
Estudo da Teoria da firma (concorrência perfeita e monopólio, oligopólios...), Teoria dos jogos e comportamento Estratégico. Teoria do equilíbrio geral. Externalidades. Externalidades e Bens Públicos. Revisão dos principais tópicos.		
2 OBJETIVOS		
<p>Geral: A disciplina de Teoria Microeconômica III tem por objetivo explicar o funcionamento e/ou comportamento dos diferentes componentes do sistema econômico, em regime de mercado.</p> <p>Específicos: Teoria da firma em mercados competitivos e não competitivos, Teoria dos jogos e o comportamento Estratégico. Teoria do equilíbrio geral. Externalidades. Externalidades e Bens Públicos.</p>		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>1. Teoria Da Firma 1.1 Firma Em Concorrência Perfeita. 1.2 O Monopólio.</p> <p>2 Competição Imperfeita. 2.1 Oligopólios. 2.2 Concorrência Monopolística.</p> <p>3. Comportamento Estratégico. 3.1 Teoria Dos Jogos. 3.2 Aplicações Da Teoria Dos Jogos.</p> <p>4. Teoria do Equilíbrio Geral. 4.1 Mercados E Lei De Walrás. 4.2 Eficiência Produtiva. 4.3 Ganhos Do Livre Comércio. 4.4 Externalidades</p>		
4 REFERÊNCIAS		
<p>BÁSICA BESANKO, David e BRAEUTIGAM, Ronald R. Microeconomia: Uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004. CUNHA, Fleury Cardoso Da. Microeconomia. Teoria, questões e exercícios. São Paulo: Makron Books, 2000 FERGUSON, C.E. (1983) Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense (5ta Edição). PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: MAKRONBOOKS, 1999, 4ta. Edição. VARIAN, H. (1997). Microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. WESSELS, Walter. Microeconomia. Teoria e Aplicações. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>COMPLEMENTAR BILAS, RICHARD Teoria Microeconômica: uma Análise Gráfica. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.</p>		

GARÓFALO, G. DE L./ CARVALHO, L. C. P. Teoria Microeconomia – São Paulo, Editora Atlas, 1995 (3ªed.)
LISBOA, Marcos de Barros & MENESES-FILHO, Naércio Aquino. Microeconomia e sociedade no. Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.
VASCONCELOS, M.A.S./ OLIVEIRA, R.G. Microeconomia – São Paulo, Editora Atlas, 1996

EMENTAS DO SEXTO PERÍODO.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ECONOMIA INTERNACIONAL	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 06	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
A Economia Internacional; Bases do comércio internacional; A Formação do Estado-Nação Liberalismo e Protecionismo; Tipos de Barreiras; Abordagens sobre o comércio internacional; o Brasil e o setor externo; Sistema de Comércio Exterior; Estrutura do comércio internacional; Noções de Exportação e Importação; Incoterms; Nova Ordem Mundial, Bretton Woods, Banco Mundial, FMI e GATT; Globalismo e regionalismo; Noções de teoria de Integração; Blocos econômicos; regulação; OMC e conflitos de interesse; Financeirização e volatilidade. As incertezas da conjuntura mundial no século XXI.		
2 OBJETIVOS		
2.1 Geral:		
O objetivo desta disciplina é prover os alunos de formação para compreender as teorias e políticas que envolvem os assuntos referentes à Economia Internacional, sobretudo assuntos como política comercial, política cambial, macroeconomia aberta e finanças internacionais.		
2.2 Específicos:		
Compreender as origens do comércio internacional; as diferentes estruturas do comércio, formas de proteção aos mercados, exportação, importação, organismos reguladores, globalização, regionalização, integração, acordos.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1 Origens do comércio internacional; as diferentes estruturas dos países como base do comércio 2 A formação do Estado-Nação e do mundo moderno; o surgimento do capitalismo e sua evolução 3 A concepção liberal e as formas de proteção dos mercados 4 Tipos de Barreiras; barreiras tarifárias e não tarifárias; zona primária e admissão temporária 5 O sistema de comércio exterior brasileiro; participantes; papel da RF, BC e MDIC 6 Secretária de Comércio Exterior e SISCOMEX 7 Organismos de apoio ao comércio exterior 8 Noções de exportação e importação e Incoterms 9 Os instrumentos de Política comercial 10 Bretton Woods: GATT, BIRD e FMI 11 A crise do Petróleo e as mudanças na ordem mundial 12 Vetores de mudança da ordem mundial 13 A globalização e seus problemas 14 O Regionalismo 15 Noções de Teoria da Integração 16 Rodada do Uruguai e formação da OMC 17 Financeirização e volatilidade		
4 REFERÊNCIAS		

BÁSICA

- BERTIN, Gilles. Empresas Multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
CUNHA, Silvio Rodrigues Persivo. A Batalha das Agendas: Mercosul & Alca. Porto Velho, Sebrae, 2000.
KENEN, Peter B. Economia Internacional- Teoria e Política- Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002.
KINDLEBERG, G. Economia Internacional. São Paulo, Mestre Jú, 1984.
RANGEL, Ronaldo. O Capitalismo e a Nova Ordem-Um Ensaio de Interpretação. Rio de Janeiro, Cândido Mendes, 1992.
SALVATORE, Dominick. Economia Internacional. Rio, Editora LTC, 2003.

COMPLEMENTAR

- BERNARD, Ives. Economia Internacional. Forense Universitária, 2000. CAVES, Richard E. Economia Internacional- Comércio e Transações. São Paulo, Saraiva, 2002.
GONÇALVES, Reinaldo. A Nova Economia Internacional. Rio, Campus, 2001.
GOWAN, Peter. A Roleta Global Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1991.
KRUGMAN, Paul. Economia Internacional- Teoria e Política. São Paulo, Makron Books, 2000.
MAIA, Jayme Mariz de. Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo, Atlas, 2000.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 06	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Objetivos e instrumentos do governo na sociedade capitalista. Funções do Estado: função alocativa; função distributiva; função estabilizadora. Economia do bem-estar e equidade. Teoria da despesa pública. Teoria da tributação. Empresas estatais e privatizações. Aplicações ao caso brasileiro.	
2 OBJETIVO	
Geral: Abordar temas básicos de economia do setor público integrando os aspectos teóricos, analíticos e instrumentais de política econômica que cobrem a intervenção pública no âmbito econômico e social. Busca-se examinar a racionalidade da participação do Estado na economia. A partir da abordagem teórica do funcionamento dos mercados competitivos e suas falhas, processos de escolha coletiva e decisão política são examinados.	
Específico: <ul style="list-style-type: none">• Capacitar o aluno no entendimento da base teórica da economia do setor público.• Aplicar a teoria em análises de mercado e tomadas de decisões.• Discutir a participação do Estado na economia.	

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 A racionalidade econômica para a existência de governo
 - 1.1 A eficiência dos mercados competitivos
 - 1.2 Falhas de mercado
 - 1.3 Redistribuição e bens "meritocráticos"
- 2 Funções do Estado
 - 2.1 Função alocativa
 - 2.2 Função distributiva
 - 2.3 Função estabilizadora
3. Economia do bem-estar eficiência versus equidade
 - 3.1 *Trade-offs* entre eficiência e distribuição
 - 3.2 Eficiência de *pareto*
 - 3.3 Escolha social
- 4 Teoria da despesa pública
 - 4.1 Bens públicos
 - 4.2 Escolha pública
 - 4.3 Produção pública e burocracia
 - 4.4 Externalidades
- 5 Teoria da tributação
 - 5.1 Incidência
 - 5.2 Tributação e eficiência econômica
 - 5.3 Tributação ótima e elementos de teoria da reforma tributária
 - 5.4 Tributação sobre o valor agregado e neutralidade alocativa
- 6 Empresas estatais e privatizações
- 7 Aplicações ao caso brasileiro
 - 7.1 Déficit e dívida pública
 - 7.2 Programas de gastos públicos no Brasil
 - 7.2.1 Seguridade social
 - 7.2.2 Previdência pública, previdência privada e falhas de mercado
 - 7.2.3 Segura de saúde e mercados de informações assimétricas
 - 7.3 Federalismo fiscal
 - 7.4 Sistema tributário brasileiro
 - 7.4.1 Comparação dos sistemas tributário brasileiro com os sistemas da OCDE e do MERCOSUL.

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

GIAMBIAGI, Fábio e Ana Cláudia Além. **Finanças públicas**. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2016.

MATIAS PEREIRA, José. **Finanças Públicas**. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público** - uma abordagem introdutória. 6. ed. – São Paulo: LTC, 2016.

COMPLEMENTAR

FILELLINI, Alfredo. **Economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1994.

MATIAS PEREIRA, José. **Finanças Públicas**: a política orçamentária no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 5. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: ECONOMIA MONETÁRIA
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 06	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Moeda: conceitos de moeda, base monetária e meios de pagamentos. - Mercados Financeiros e Política Monetária: Sistema Monetário e Política Monetária; Intermediação Financeira; Sistema Financeiro Nacional; Instrumentos de Política Monetária. - Mercados Financeiros: Mercado Formal e Mercados Informais; Evolução histórica e estrutura atual e Política de Crédito no Brasil; Instituições multilaterais, reserva cambial e relações econômicas internacionais.	
2 OBJETIVO	
Geral: Apresentar os fundamentos teórico-metodológicos das macroanálises, definindo seus principais conceitos e variáveis que estruturam os modelos macroeconômicos do ponto de vista da economia monetária moderna, a partir dos conceitos básicos do sistema monetário e da política monetária.	
Específico: Explicitar as aplicações e implicações de política econômica monetária. Capacitar o aluno para tomada de decisão nas questões monetárias, de modo a dotá-lo de instrumental prático concernente à Teoria Econômica.	
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1 A moeda e o sistema monetário

- 1.1 Uma introdução à história da moeda: origem e o conceito de moeda
- 1.2 Funções da Moeda e padrões monetários
- 1.3 O Sistema Monetário -Banco Central e bancos comerciais – e o Sistema Financeiro
- 1.4 Os agregados monetários: base monetária e meios de pagamento
- 1.5 Representação estilizada dos agregados monetários
- 1.6 Criação e destruição de base monetária e meios de pagamentos

2 A oferta monetária

- 2.1 A oferta nominal de moeda e o Sistema Monetário
- 2.2 O modelo do multiplicador monetário da economia
- 2.3 O multiplicador bancário
- 2.4 A questão da determinação da oferta monetária de uma economia: exogeneidade X endogeneidade

3 A demanda por moeda – Teorias monetárias

- 3.1 Teorias Clássica e Neoclássica
- 3.2 A economia monetária de Keynes e os modelos neoclássicos keynesianos
- 3.3 Teoria Monetarista e Novo Clássica
- 3.4 Tendências e abordagens contemporâneas

4 Política monetária

- 4.1 Inflação e desemprego
- 4.2 Novo Consenso Macroeconômico e o Regime de Metas de Inflação
- 4.3 Regras monetárias ótimas
- 4.4 Instrumentos de Política Monetária
- 4.5 Formação da Taxa de Juros no curto prazo
- 4.6 Mecanismos de transmissão da política monetária

5 Inflação brasileira

- 5.1 Inflação Brasileira.
- 5.2 Indicadores de Inflação.
- 5.3 Inflação e conflito distributivo.
- 5.4 Os choques heterodoxos.

6 Mercados financeiros e crédito

- 6.1 Relações financeiras e mercados financeiros
- 6.2 Regulação e supervisão financeiras
- 6.3 Crédito e risco
- 6.4 Tópicos avançados

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro** - produtos e serviços. 21. ed. - São Paulo: Qualimark, 2017.

CARVALHO, F. J. C. et all. **Economia monetária e financeira. 3ª Ed.** Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2015.

MAURI, J. C. Economia montária. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Gilson; PACHECO, Marcelo. **Mercado financeiro**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2006.

ROSSETTI, José Paschoal e LOPES, João do Carmo. **Economia monetária**. 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

CARVALHO, Fernando J. C. et al. **Economia monetária e financeira**. São Paulo: Elsevier Editora, 2007.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista**. São Paulo: Makrons Books, 1999.

GALBRAITH, J. Kenneth. **A moeda** – de onde veio para onde vai. São Paulo: Pioneira, 1997.

HILLBRECHT, Ronald. **Economia monetária**. São Paulo: Atlas, 2000.

HOWELLS, Peter; BAIN, Keith. **Economia monetária** – moedas e bancos Rio de Janeiro: LTC, 2001.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. **Dinheiro no Brasil**. Rio de Janeiro: Leo Cristhiano Editora, 1987.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: ECONOMIA INDUSTRIAL
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 06	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Fornecer ao acadêmico uma visão abrangente da evolução e dinâmica dos mercados mediante a formação de indústrias ou a arquitetura de organizações industriais resultantes do processo competitivo capitalista. Aborda em particular: Conceitos básicos e nova visão dos elementos de concorrência. Concentração de mercado. Diversificação, Inovação, Diferenciação. Teoria dos Jogos visão da NEI. Visão institucional de empresa. Regulação e política industrial.	
2 OBJETIVOS	
Geral: Fornecer uma visão abrangente da evolução, dinâmica e funcionamento dos mercados.	
Específicos: Modelo ECD, Medidas de concentração, Diferenciação e inovação, teoria institucional, regulação e política industrial, política ambiental.	
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

Unidade 1: Conceitos básicos:

- 1.1 Nova visão dos elementos de concorrência.
- 1.2 Evolução conceitual.

Unidade II

- 2.1 Modelo ECD e concentração de mercado.
- 2.2 Fatores que alteram a concentração de mercado.

Unidade III:

- 3.1 Análise estratégica e coordenação oligopolista.
- 3.2 Teoria dos jogos

Unidade IV: Visão institucional de empresa.

- 4.1 Teoria institucional.
- 4.2 Redes.
- 4.3 Empresas transnacionais,

Unidade V: Regulação e política industrial.

- 5.1 Regulação econômica.
- 5.2 Política industrial.
- 5.3 Política ambiental.

4 REFERÊNCIAS**BÁSICA**

KUPFER, DAVID. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil./ David Kupfer & Lia Hasenclever. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERGUSON, C.E. (1983) Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense (5ta Edição) KON, Anita. Economia industrial. São Paulo: Nobel, 1994.

PORTER, Michael E. Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência. 7ª Edição, Rio de Janeiro: CAMPUS, 1986.

COMPLEMENTAR

ABDI/IPEA. Série cadernos da indústria ABDI/organizadores: Luiz Dias Bahia, Rogério Dias de Araújo. Brasília: ABDI/IPEA, 2007.

BACHA, E.; BOLLE, M. B. (Orgs.). O futuro da indústria no Brasil – desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

BEDÊ, Marco Aurélio. Subsídios para a identificação de clusters no Brasil: atividade da indústria. São Paulo: SEBRAE, 2002.

PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 7. ed. – São Paulo: Prentice Hall, 2010.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA	
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 06	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Projeto de Pesquisa. Bases do Conhecimento em Economia. Desafios e Práticas da Pesquisa em Economia. Etapas de uma Investigação Científica nas Ciências Econômicas. Objeto de Estudo. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Roteiro de um Projeto de Pesquisa. Análise e Interpretação dos Dados da Pesquisa. Elaboração do Relatório de Pesquisa.		
2 OBJETIVO GERAL		
<p>Geral: Capacitar os acadêmicos na elaboração de um projeto de pesquisa na área de conhecimento da economia, a partir de temas emergentes e de técnicas apropriadas elegidas pelo acadêmico ou pelo acadêmico e o professor da disciplina ou orientador da pesquisa.</p> <p>Específico:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Proposição de oficinas e atividades que possibilitem aos acadêmicos a identificação de temas da área de economia, a formulação de problema e estabelecimento de objetivos a área de conhecimento; – Habilitar os acadêmicos na leitura de produções científicas e acadêmicas a partir da utilização de ferramentas de avaliação dessas produções a partir de atributos objetivos que orientarão o trabalho dos acadêmicos; – Discussão de métodos e técnicas apropriadas para a investigação científica dos acadêmicos; – Apresentação de relatórios de pesquisa de temas similares às propostas dos acadêmicos. 		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>1. Resumo de Metodologia Científica</p> <p>1.1 Ciência e Conhecimento Científico</p> <p>1.2 A Pesquisa Científica</p> <p>1.3 Métodos e Técnicas de Pesquisa</p> <p>1.4 Projeto de Pesquisa</p> <p>1.5 Passo a passo para elaboração do projeto de pesquisa: do tema às referências - estrutura</p> <p>2. Processo de Pesquisa e suas Etapas</p> <p>2.1 Tipos, Esquema ou Níveis de Pesquisa</p> <p>2.2 Pesquisa Quantitativa, Qualitativa e Métodos-mistos</p> <p>2.3 Pesquisa Exploratória, Descritiva e Explicativa</p> <p>2.4 Pesquisa Bibliográfica, Teórica e Métodos Históricos</p> <p>2.5 Pesquisa Quase-Experimental e <i>Ex-post facto</i></p> <p>2.6 Estudo de Caso</p> <p>2.7 Levantamento e Estudo de Campo</p> <p>2.8 Pesquisa Documental, Análise de Conteúdo e Análise do Discurso</p> <p>2.9 Pesquisa Participante e Pesquisa-ação</p> <p>2.10 <i>Ground Theory</i></p> <p>2.11 Etnografia e Netnografia</p>		

3. Estratégia e Técnicas de Pesquisa

- 3.1 Instrumentos de Coleta de Dados
- 3.2 Questionários e Formulários (estruturado, não estruturado e semiestruturado)
- 3.3 Entrevista Simples e Profundidade
- 3.4 Grupos-focal como Técnica de Levantamento de Dados
- 3.5 Coleta de Dados Secundários (Base de Dados)
- 3.6 Observação Direta e Indireta
- 3.7 Estudos Bibliométricos e outros Estudos Epistemológicos
- 3.8 Outras Técnicas de Pesquisa
- 3.9 Escalas de Mensuração
- 3.10 Organização dos Dados
- 3.11 Tabulação dos Dados

4. Análise dos Dados

- 4.1 Variáveis e Tipos de Variáveis
- 4.2 Técnicas Quantitativas de Análise dos Dados
- 4.3 Técnicas Qualitativas de Análise dos Dados
- 4.4 Método Misto de Análise dos Dados

5. Projeto de Pesquisa

- 5.1 Características do Projeto
- 5.2 Elementos Pré-textuais
- 5.3 Tema: título e subtítulo
- 5.4 Formulação do Problema de Pesquisa
- 5.5 Objetivos da Pesquisa
- 5.6 Hipóteses, Suposições e Pressupostos
- 5.7 Referencial Teórico ou Estado da Arte
- 5.8 Procedimentos Metodológicos
- 5.9 Resultados e Discussões
- 5.10 Cronograma
- 5.11 Relatório da Pesquisa
- 5.12 Redação (citações e normas da ABNT)
- 5.13 Referências
- 5.14 Anexos e Apêndices

6. Prática da Pesquisa

- 6.1 Oficina para Levantamento de Temas e Aptidão dos Acadêmicos
- 6.2 Aplicação de Instrumento de Avaliação de Atributos da Qualidade, Atualidade e Cientificidade de Produção Científica
- 6.3 Aplicação de Atividade (Ferramenta) para Organizar a Pesquisa Científica
- 6.4 Oficina de Avaliação da Viabilidade da Pesquisa dos Acadêmicos
- 6.5 Seminários de Validação e Confiabilidade dos Instrumentos de Pesquisa

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

- BÉRNÍ, Duílio Ávila (organizador). Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografia. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. – São Paulo: Editora Cortez, 2016.

COMPLEMENTAR

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. – São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. – Porto Alegre: Penso, 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

EMENTAS DO SETIMO PERÍODO.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: MERCADO DE CAPITAIS	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 07	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Introdução e importância do mercado de capitais. Sistema Financeiro Nacional. Mercado de Capitais no Brasil: histórico, evolução, estrutura, conceitos e funcionamento. Mercado primário e secundário. Funcionamento da Bolsa de Valores no Brasil. Análise Fundamentalista. Análise técnica. Diversificação Retorno e risco; eficiência de mercado; análise e seleção de carteira. Teoria de portfólios. Estatísticas utilizadas na montagem de portfólios. Modelo CAPM. Mercado de Derivativos. Uso de derivativos: especulação e hedge; Descrição dos Instrumentos: contrato futuro.		
2 OBJETIVO		
Geral: Iniciar o estudante no estudo de mercado de capitais, capacitando-o a entender aplicações financeiras. Dessa forma, a disciplina permite que o estudante seja apto a compreender quais são os principais modelos de investimentos mais usuais no mercado financeiro, possibilitando que o aluno analise as relações de risco e retorno, seleção de portfólio e as implicações dela decorrentes sobre as instituições financeiras e operadores de mercado. Específico: Adquirir conhecimentos sobre as operações realizadas na bolsa de valores brasileira. Dominar análise estatística, técnica e fundamentalista aplicada a ações individuais e capacidade de montar um portfólio seguindo critérios técnicos.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade I – Conceituação de Mercado de Capitais 1. Introdução e importância do mercado de capitais. 2. Elementos e Características dos Mercados Financeiros. 3. Sistema Financeiro Nacional. 4. Estrutura do mercado de capitais. Unidade II – Modelo Aplicados ao Mercado. 1. Mercado Secundário (Negociação das Ações). 2. Funcionamento da Bolsa de Valores no Brasil. 3. Mercado de Derivativos. 4. Retorno e Risco. 5. Seleção de Carteiras - Teoria de Markowitz e Modelo CAPM. 6. Derivativos Financeiros.		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro - produtos e serviços . 19. ed. - São Paulo: Qualimark, 2013. BARCELLOS, Marta; AZEVEDO Simone. Histórias do mercado de capitais no Brasil . Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011. COMPLEMENTAR BOLSA DE VALORES. Como atuar no Mercado de Opções. Bovespa. 2000. MISHKIN, F. S. Moedas, Bancos e Mercados Financeiros. Rio de Janeiro: LTC, 5 ed. 2000. PRADO, Viviane Muller; PALMA, Juliana Bonascorsi de. (coord.). Estudos avançados de		

mercado de capitais: Conselho de Recurso do Sistema Financeiro Nacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
HULL, John. Fundamentos dos mercados futuros e de opções. 4. ed. São Paulo: BM&F, 2005.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: ORÇAMENTO PÚBLICO	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 07	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
<p>Visão global do funcionamento do setor público. Sistemática de orçamento do setor público e a experiência brasileira em matéria de orçamento. O processo orçamentário como instrumento de planejamento. Controle e administração financeira. Consolidação das contas do setor público. Orçamento plurianual de investimentos. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA). O ciclo orçamentário. A elaboração do orçamento. A execução orçamentária e financeira: fase da execução do orçamento: empenho, liquidação e pagamento. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo. Critérios de avaliação de programas governamentais.</p>		
2 OBJETIVO		
<p>Conhecer os princípios do orçamento público.</p>		
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
<ul style="list-style-type: none">• Aplicar instrumentos de planejamento do setor público estabelecidos na Constituição Federal de 1988.• Conhecer a legislação orçamentária, em especial a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei Federal 4.320/64.• Compreender o processo formado pela elaboração, discussão, votação, aprovação e execução do orçamento público.• Refletir sobre as tendências contemporâneas do planejamento governamental.		
4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>1 O orçamento no contexto do planejamento 1.1 A nova filosofia da ação governamental; 1.2 O orçamento como instrumento do planejamento; 1.3 Orçamentos públicos na federação brasileira. 1.4 A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF</p>		

2 Planejamento

- 2.1 Planejamento por objetivos;
- 2.2 Planejamento a curto, médio e longo prazo;
- 2.3 Planejamento global, setorial e institucional;

3 Receita

- 3.1 O financiamento da ação pública;
- 3.2 Métodos para a estimativa da receita;
- 3.3 Fontes da receita;

4 Execução orçamentária

- 4.1 Exercício financeiro;
- 4.2 Estágios da receita e da despesa;
- 4.3 Dívida ativa;
- 4.4 Restos a pagar;
- 4.5 Despesas de exercícios anteriores;
- 4.6 Dívida flutuante e dívida fundada;
- 4.7 Suprimento de fundos;
- 4.8 Fundos especiais.

5 Programação e execução financeira

- 5.1 Programação financeira;
- 5.2 Cronograma de desembolso;
- 5.3 Programação de desembolso;
- 5.4 Cota antecipada;
- 5.5 Sistema integrado de administração financeira.

6 Ajuste orçamentário

- 6.1 Créditos adicionais;
- 6.2 Excesso de arrecadação;
- 6.3 Outros recursos disponíveis.

7 Elaboração orçamentária

- 7.1 Elaboração das propostas setoriais;
- 7.2 Consolidação das propostas setoriais
- 7.3 Elaboração do projeto de lei orçamentária.

8 Aprovação do orçamento

- 8.1 Encaminhamento pelo poder executivo;
- 8.2 A tramitação do projeto de lei;
- 8.3 Sanção, promulgação e publicação.

9 Controle orçamentário

- 9.1 Controle interno e externo;
- 9.2 Sistema de acompanhamento físico-financeiro;
- 9.3 Auditoria orçamentária, financeira e de programas;
- 9.4 Tomadas e prestações de contas;
- 9.5 Apreciação e julgamento político das contas.

5 REFERÊNCIAS

BÁSICA

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 16. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, NURIA C. (ORG.). O PÚBLICO NÃO-ESTATAL NA REFORMA DO ESTADO. RIO DE JANEIRO: FGV, 1999.

REZENDE, Fernando (1996). Evolução da estrutura tributária: experiências recentes e tendências futuras. Rio de Janeiro, IPEA, *Planejamento e Políticas Públicas*, 13, jun. 1996, p.3-33.

COMPLEMENTAR

FREY, Klaus. **Análise de Políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira**. Mimeo. Florianópolis. LC, 1998.

CUNILL, Nuria. **A rearticulação das relações Estado-sociedade: em busca de novos significados**. In: Revista do Serviço Público. Brasília, v. 120, n.º 1, jan./abr, 1996.

JUND, Sérgio. **Direito financeiro e orçamento público**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CRÉDITOS: 3	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 7	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Abordagem de tópicos contemporâneos de teoria do desenvolvimento econômico e análise comparativa com outras abordagens sobre desenvolvimento.	
2 OBJETIVO	
Geral: Capacitar o aluno a identificar as características do crescimento econômico, e analisar criticamente o conceito. Específico: Apresenta as características e estratégias de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, através da análise das principais teorias das escolas econômicas. Compreender como avaliar e promover o desenvolvimento.	
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. O Crescimento Econômico: Conceito, Fatores, Estágios, Condições para o crescimento de uma economia, 2. Desenvolvimento Econômico: Histórico, Obstáculos ao desenvolvimento, Concepção sobre desenvolvimento, 3. Modelos e Desenvolvimento Econômico: modelo de Marx, A Lei de acumulação e o exercito de reservas, modelo de substituição de importações, modelo de subdesenvolvimento industrializado, Acumulação e desenvolvimento. 4. Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Schumpeter, Baran, Nurkse, Myrdal - Fundo	

marginalista

5. Economia Colonial: O modelo econômico primário exportador (1500 – 1930), Características das economias primário-exportadoras (capitalistas)

6. Desenvolvimento Econômico sobre o Enfoque Cepalino: A determinação dos termos de intercâmbio, a versão cíclica, A industrialização periférica, o processo de substituição de importações, o atraso estrutural.

7. Divisão Internacional do Trabalho: A nova divisão internacional do trabalho: o subdesenvolvimento industrial, etapas da divisão internacional do trabalho.

8. Desenvolvimento e Meio Ambiente

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

ACKLEY, Gardner. Teoria macroeconômica. 2ª edição, Livraria pioneira editora, 1978.

BARAN, Paul A. A economia política do desenvolvimento. (Coleção “Os Economistas” 1986

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo e Coutinho. O desenvolvimento do Capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. 3ª ed., Brasiliensi, 1984.

BETTELHEIM, Charles. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Zahar, Rio de Janeiro, 1973.

BRESSER, Luiz Carlos Bresser. Economia brasileira - uma introdução crítica. 2ª edição, Brasiliense, 1982.

BRESSER, Luiz Carlos. Desenvolvimento e Crise no Brasil, 10ª edição, Brasiliense, 1980.

BRUN, Argemiro J. . O desenvolvimento econômico brasileiro, 6ª edição, Vozes, 1985.

COLMAN, David & NIXSON, Frederick. Desenvolvimento econômico – uma Perspectiva Moderna. Campus da USP, 1981.

COUTINHO, Luciano G. Percalços e Problemas da economia mundial capitalista. 3ª edição, Brasiliensi, 1984.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico, 7ª edição, . Cia. Ed. Nacional, 1988.

FURTADO, Milton Braga. Síntese da economia brasileira. 5ª edição, Livros técnicos e científicos Ltda, 1988.

COMPLEMENTAR

LITIVACK, Branson, Macroeconomia, Harbra, 1978. Nacional, 1979.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 4ª edição, Vozes, 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 4ª edição, Brasiliense, 1982.

NUREKSE, Ragnar. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. 2ª ed., Zahar, 1973.

PEREIRA, Luiz Bresser. Subdesenvolvimento e desenvolvimento. 29ª ed., Zahar 1973.

ROSSETTI, José Pascoal. Política e programação econômica. 4ª edição, Atlas, 1981.

ROSTOW. W.W. Etapas do desenvolvimento econômico, 5ª edição, Zahar, 1974.

TAVARES, Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 8ª edição, Zahar, 1979.

SHAPIRO, Edward. Análise macroeconômica. 5ª edição, Atlas, 1981.

SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. 16ª edição, Forense, 1996

TAVARES, Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 8ª edição, Zahar, 1979.

WALLICA, Henry C. Desenvolvimento periférico. 2ª ed., Zahar, 1973.

WEBER, Max. História Geral de Economia. Ed. Mestre Jon, São Paulo, 1968.

ZAMORA, Francisco. Subdesenvolvimento e política global de desenvolvimento do livro Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, 2ª ed. Zahar, 1973.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 07	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
<p>Concepções de desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e análise econômica. Análise neoclássica e a Economia Ecológica: uma comparação. Técnicas de avaliação econômica de recursos naturais e ativos ambientais. As empresas e a sustentabilidade. Política ambiental. Meio ambiente e relações internacionais. Temas recentes sobre economia e meio ambiente: mudança climática, pegada ecológica, crédito de carbono, certificação ambiental, pagamento de serviços ambientais, etc.</p>		
2 OBJETIVO		
<p>Geral: Oferecer aos alunos o conhecimento dos fundamentos teóricos e aplicados da economia dos recursos naturais e do meio ambiente.</p> <p>Específico: Conhecer as correntes teóricas da economia do meio ambiente. Habilitar os alunos a solução de problemas e tomada de decisão sobre a alocação de recursos em empreendimentos públicos e privados.</p>		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>1 Abordagens de economia do meio ambiente: 1.1 Economia Ambiental (visão de sustentabilidade fraca) 1.2 Economia Ecológica (visão de sustentabilidade forte)</p> <p>2 Economia dos recursos naturais 2.1 Recursos renováveis 2.2 Recursos esgotáveis</p> <p>3 Economia da poluição 3.1 Níveis ótimos de poluição (poluição como externalidade) 3.2 Teorema de Coase 3.3 O imposto pigouviano</p> <p>4 Política ambiental e competitividade</p> <p>5 Concepções de desenvolvimento sustentável 5.1 Medidas de sustentabilidade 5.2 Contabilidade ambiental nacional</p> <p>6 Medindo os danos ambientais 6.1 Valor Econômico Total (VET)</p>		

7 Gestão Ambiental Privada, Certificações Voluntárias e Mercados Verdes

7.1 As empresas e a visão empresarial da sustentabilidade

7.2 Gestão ambiental nas empresas e tipos de certificação ambiental

7.3 Mercados “verdes” e certificações adotadas no Brasil

8 Desenvolvimento econômico e meio ambiente

8.1 Conservação e preservação

8.2 Irreversibilidade e sustentabilidade

8.3 Degradação ambiental em economias em desenvolvimento

8.4 O papel dos países desenvolvidos

9 Tópicos sobre economia do meio ambiente

9.1 Mudança climática

9.2 Pegada ecológica

9.3 Crédito de carbono

9.4 Certificação ambiental

9.5 Pagamento de serviços ambientais, etc.

5 REFERÊNCIAS

BÁSICA

MAY, P. H. (organizador). **Economia do meio ambiente**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

ROCHA, J. M. **Sustentabilidade em questão: economia, sociedade e meio ambiente**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

VASQUES, A. G. **Noções de economia do Meio Ambiente**. Curitiba: IFPR, 2012.

COMPLEMENTAR

MOTTA, R. S. **Economia Ambiental**. 1ª Ed. São Paulo: FGV, 2008.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FIELD, B. C.; FIELD, M. K. **Introdução à economia do meio ambiente**. 6ª Ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

AMAZONAS, M. C. **Economia ambiental neoclássica e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: IBAMA/CEBRAP, s/d., <http://wwsr.unijui.tche.br/ambienteinteiro/econo-amb.pdf>

CAVALCANTI, C. **Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e com a economia ambiental**. Estudos Avançados. n. 24 (68) 2010.

COSTA, S. S. T. **Introdução à Economia do meio ambiente**. **Análise**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 301-323. Ago-dez, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/276/225>.

LANNA, A. E. (1996). **Introdução à gestão ambiental e à análise econômica do ambiente**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/iph/1EcoAmb.pdf>.

MARGULIS, S. **Meio ambiente:** aspectos técnicos e econômicos. Brasília: IPEA, 1996.

ROCHA, J. M. **Sustentabilidade em questão:** economia, sociedade e meio ambiente. São Paulo: Editora Paco Editorial, 2011.

SERÔA DA MOTTA, R. Manual de Valoração Econômica de Recursos Ambientais. Brasília: MMA, 1998. Disponível em:
http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/manual_20serroa_20motta.pdf.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: MONOGRAFIA I
CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 80h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 08	PRÉ-REQUISITO(S): Metodologia do trabalho Científico; Tec. De Pesquisa em Economia e 75% da carga horária das disciplinas obrigatórias.
1 EMENTA	
Monografia I consiste na atividade de desenvolvimento parcial do Trabalho de Curso de Graduação, a ser elaborado pelo acadêmico, sob a orientação de um professor.	
2 OBJETIVO	
Geral: O objetivo da atividade é habilitar o acadêmico, a partir de orientações de professores do departamento, para a elaboração do seu Trabalho de Curso, seja estudo monográfico, seja artigo científico, seja para as demais formas de TC constantes no Regulamento de Trabalho de Curso do Departamento, apresentando relatório final da pesquisa ou da proposta do desenvolvimento das demais modalidades. Específico: <ul style="list-style-type: none">– Orientar os alunos na elaboração dos seus Trabalhos de Curso;– Avaliar os trabalhos e orientar os acadêmicos para melhorias de seus relatórios de pesquisa ou do desenvolvimento das demais atividades, devidamente avaliados;	
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Orientações periódicas para o desenvolvimento parcial do trabalho de conclusão de curso. Se estendendo dos elementos pré-textuais até o referencial teórico e revisão bibliográfica.	
4 REFERÊNCIAS	
BÁSICA BÉRNI, Duílio Ávila (organizador). Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002. GIL, Antonio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografia. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.	

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. – São Paulo: Editora Cortez, 2016.

COMPLEMENTAR

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. – São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. – Porto Alegre: Penso, 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. Edição Compacta. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

EMENTAS DO OITAVO PERÍODO.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: MONOGRAFIA II	
CRÉDITOS: 05	CARGA HORÁRIA: 100h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 08	PRÉ-REQUISITO(S): Metodologia do trabalho Científico; Tec. De Pesquisa em Economia e 75% da carga horária das disciplinas obrigatórias.	
1 EMENTA		
Monografia II consiste na atividade de desenvolvimento de um Trabalho de Curso (final) de Graduação, a ser elaborado pelo acadêmico, sob a orientação de um professor, submetido à aprovação formal de uma comissão (banca) de professores, designado pelo Departamento de Economia. Também pode ser a apresentação, em formato de monografia, de um artigo científico publicado ou comprovadamente aceito para publicação em evento ou periódico qualificado pela CAPES na área de economia ou outra modalidade elencada no Regulamento de Trabalho de Curso do Departamento de Economia, sendo de responsabilidade dos acadêmicos elaborarem um relatório relativo às demais modalidades.		
2 OBJETIVO		
Geral: O objetivo da atividade é habilitar o acadêmico, a partir de orientações de professores do departamento, para a elaboração do seu Trabalho de Curso, seja estudo monográfico, seja artigo científico, seja para as demais formas de TC constantes no Regulamento de Trabalho de Curso do Departamento, apresentando relatório final da pesquisa ou da proposta do desenvolvimento das demais modalidades.		
Específico: <ul style="list-style-type: none">– Orientar os alunos na elaboração dos seus Trabalhos de Curso;– Submeter os Trabalhos de Curso para o Departamento para designar banca de avaliação;– Organizar e participar das bancas de avaliação de Trabalhos de Curso;– Avaliar os trabalhos e orientar os acadêmicos para melhorias de seus relatórios de pesquisa ou do desenvolvimento das demais atividades, devidamente avaliados;– Orientar os acadêmicos para as fases de entrega final dos Trabalhos de Curso, incluindo os procedimentos de ficha catalográfica, forma de entrega do Trabalho de Curso em sua versão final e forma de depósito, necessário aos procedimentos de colação de grau.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
2. Orientações periódicas 3. Banca de Avaliação do TCC 4. Atendimento às Recomendações da Banca 5. Entrega Final do Trabalho de Conclusão de Curso		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA BÉRNI, Duílio Ávila (organizador). Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.		

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografia**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. – São Paulo: Editora Cortez, 2016.

COMPLEMENTAR

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. – São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. – Porto Alegre: Penso, 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. Edição Compacta. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

2.2.15 Ementário dos Componentes Curriculares Optativo

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: FUNÇÃO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
A análise das funções de produção permite compreender como se desenvolve a atividade produtiva, verificar os fatores de produção mais importantes são usados na produção. Isso tudo aplicado ao caso das atividades agrícolas.	
2 OBJETIVOS	
Geral: A disciplina de Funções de Produção Agrícola tem por objetivo explicar o uso de funções de produção na prática por mediação do caso da agricultura.	
Específicos: Teoria da produção, Funções de produção. Comportamento do produtor. Construção da função de produção agrícola.	
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Teoria da produção. 1.1 Funções de Produção de curto e longo prazo. 1.2 Produção Total, Produto Médio e Produto Marginal. 1.3 Função Cobb-Douglas. 1.3 Lei dos rendimentos marginais decrescentes. 1.4 Retornos de escalas. Aplicação das Funções de produção na agricultura. 2.1. Agricultura: características 2.2 Funções de produção: 2.3 Construção de uma função de produção.	
4 REFERÊNCIAS	
BÁSICA BESANKO, David e BRAEUTIGAM, Ronald R. Microeconomia: Uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004. DEBERTIN, David L. Agricultural Production Economics. (2012). Agricultural Economics Textbook Gallery. 1. Second Edition. University of Kentucky Department of Agricultural Economics, 2012. PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: MAKRONBOOKS, 1999, 4ta. Edição. VARIAN, H. (1997). Microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. WESSELS, Walter. Microeconomia. Teoria e Aplicações. São Paulo: Saraiva, 2002.	
COMPLEMENTAR BILAS, RICHARD Teoria Microeconômica: uma Análise Gráfica. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983. GARÓFALO, G. DE L./ CARVALHO, L. C. P. Teoria Microeconomia – São Paulo, Editora Atlas, 1995 (3ªed.)	

LISBOA, Marcos de Barros & MENESES-FILHO, Naécio Aquino. Microeconomia e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.
 VASCONCELOS, M.A.S./ OLIVEIRA, R.G. Microeconomia – São Paulo, Editora Atlas, 1996

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
 NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: MÉTODOS DE OTIMIZAÇÃO	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
A produção é realizada com recursos escassos, por isso devem ser utilizados de forma ótima. Os métodos de otimização auxiliam a decisão de quanto produzir de forma ótima. A otimização matemática é uma área da ciência computacional que busca responder à pergunta “O que é melhor?”		
2 OBJETIVOS		
Geral: Conhecer métodos de otimização da produção.		
Específicos: Programação matemática. Programação linear, Softwares de otimização. Aplicações.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à programação matemática. 2. Programação Linear. 3. Programação Inteira. 4. Softwares disponíveis. 5. Aplicações. 		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA		
PERIN, Clovis. Introdução à programação linear . Campinas, SP: IMECC, 2001. 169p. (Coleção IMECC - Textos Didáticos, 2)		
LIGA BIBLICA MUNDIAL, Ermes Medeiros da; GONÇALVES, Valter. Pesquisa operacional para os cursos de administração e engenharia programação linear: simulação . 4. Atlas, 2010. 186. ISBN: 9788522459636.		
HADLEY, Gernot. Programação linear . Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982. 460. (Ciência de Computação)		
COMPLEMENTAR		
FRITZSCHE, Hellmut. Programação não-linear: análise e métodos . São Paulo: Edgard Blucher, 1978. 170 p.		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: ECONOMIA SOLIDÁRIA
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Em momento em que há um aprofundamento das desigualdades sociais, fruto de uma economia extremamente competitiva se propõe a Economia Solidária com o intuito de implementar uma economia colaborativa e inclusiva.	
2 OBJETIVOS	
Geral: Conhecer a importância social da economia solidária.	
Específicos: Conceitos, modelos, tipos, políticas e aplicações da economia solidária	
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Conceituação, definições. 2. Cooperação 3. Autogestão. 4. Dimensão Econômica. 5. Solidariedade. 6. Aplicações: estudo de casos.	
4 REFERÊNCIAS	
BÁSICA FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo. Administração pública, gestão social e economia solidária avanços e desafios . 2011. 350. ISBN: 9788560249688. A ECONOMIA solidária no Brasil a autogestão como resposta ao desemprego. Casa do Psicólogo, 2000. ISBN: 8572441565. MAIA, José Evandro Bastos. A pequena produção e o agronegócio do leite em Rondônia uma proposta de economia solidária . 2005. 137fs. SINGER, Paul; MAUÉS, Flamarion. Introdução à Economia Solidária . 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 128. ISBN: 8586469513.	
COMPLEMENTAR ALBUQUERQUE, Hiran Barsanulfo de. Estudo da gestão de propriedades agroecológicas em cacão/RO a percepção dos agricultores sobre a economia solidária . O Autor, 2013. 32. BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 1995. JESUS, Cláudio Portilho de. Utopia Cabocla Amazonense Agricultura familiar em busca da economia solidária . Editora da ULBRA, 2000. 152. ISBN: 9788585692855.	

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: PREVENÇÃO DO SUICÍDIO	
CRÉDITOS: 1	CARGA HORÁRIA: 20 h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	ESPECIFICIDADE: Optativa	PRÉ-REQUISITO: Nenhum
1 EMENTA		
Fenômeno do suicídio. Causas do suicídio. Manifestações verbais de intenções suicidas. Manifestações comportamentais de intenções suicidas. Fatores de risco. Fatores protetivos. Ações preventivas. Locais de ajuda, atendimento e tratamento.		
2 OBJETIVOS		
Geral: Explicitar a questão do suicídio e de sua prevenção.		
Específicos: Descrever o fenômeno, as causas, as manifestações e os fatores de risco do suicídio. Descrever os fatores protetivos e as ações preventivas do suicídio. Apresentar locais de ajuda, atendimento e tratamento referentes ao suicídio.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Descrição do fenômeno do suicídio. Descrição das causas do suicídio. Descrição das manifestações verbais de intenções suicidas. Descrição das manifestações comportamentais de intenções suicidas. Descrição dos fatores de risco do suicídio. Descrição dos fatores protetivos do suicídio. Descrição das ações preventivas do suicídio. Apresentação dos locais de ajuda, atendimento e tratamento referentes ao suicídio.		
4 REFERÊNCIAS		
Básica: www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/suicidio-prevencao		
Complementares: www.cvv.org.br www.saudemental.ufms.br/prevencao/		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	
CRÉDITOS: 2	CARGA HORÁRIA: 40 h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	ESPECIFICIDADE: Optativa	PRÉ-REQUISITO: Nenhum
1 EMENTA		
Composição étnica do Brasil. História e cultura das diversas etnias (indígenas, européias, africanas, outras) formadoras do povo brasileiro. Relações étnico-raciais. Questões sociais decorrentes das relações étnico-raciais. Diversidade cultural, pertencimento social e desigualdades sociais.		
2 OBJETIVOS		
Geral: Apresentar o tema das relações étnico-raciais no Brasil e questões sociais decorrentes.		
Específicos: Apresentar uma síntese da história e cultura das diversas etnias formadoras do povo brasileiro. Tratar das relações étnico-raciais e das questões sociais decorrentes disso. Explicitar a questão da diversidade cultural, do pertencimento social e das desigualdades sociais.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Composição étnica do Brasil. História e cultura das diversas etnias (indígenas, européias, africanas, outras) formadoras do povo brasileiro. Relações étnico-raciais. Questões sociais decorrentes das relações étnico-raciais. Diversidade cultural, pertencimento social e desigualdades sociais.		
4 REFERÊNCIAS		
Básicas: MICHALISZYN, M.S. Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural. Curitiba: InterSaberes, 2014. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.		
Complementar: MULLER, T.M.P.; COELHO, W.N.B. (Organizadoras). Relações étnico-raciais e diversidade. Niterói: Editora da UFF, 2013.		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: TEORIA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	
CRÉDITOS: 3	CARGA HORÁRIA: 60 h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	ESPECIFICIDADE: Optativa	PRÉ-REQUISITO: Nenhum
1 EMENTA		
<p>Origem e evolução da ciência e tecnologia e do conhecimento científico e tecnológico. Fundamentos epistemológicos da ciência e tecnologia. Estrutura do trabalho científico e tecnológico e sua produção. O método científico e tecnológico. Lógica do conhecimento científico e tecnológico. Critérios de verdade da ciência e tecnologia e validação do conhecimento científico e tecnológico.</p>		
2 OBJETIVOS		
<p>Geral: Apresentar os conhecimentos fundamentais da teoria do conhecimento científico e tecnológico.</p> <p>Específicos: Apresentar ao aluno os conhecimentos fundamentais dos principais temas da teoria do conhecimento científico e tecnológico e seus respectivos autores. Desenvolver no aluno a capacidade de distinguir conhecimento de opinião nos assuntos do conhecimento científico e tecnológico.</p>		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>Conhecimentos fundamentais e respectivos autores de cada um dos temas a seguir. Origem e evolução da ciência e tecnologia e do conhecimento científico e tecnológico. Fundamentos epistemológicos da ciência e tecnologia. Estrutura do trabalho científico e tecnológico e sua produção. O método científico e tecnológico. Lógica do conhecimento científico e tecnológico. Critérios de verdade da ciência e tecnologia e validação do conhecimento científico e tecnológico.</p>		
4 REFERÊNCIAS		
<p>Referências Básicas: BACON, F. Novum organum. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Os Pensadores. DESCARTES, R. Discurso do método. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Os Pensadores. GALILEI, G. O ensaiador. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Os Pensadores. KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1987. POPPER, K. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 1989.</p> <p>Referências Complementares: PLATÃO. A República. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Os Pensadores. VARGAS, M. Metodologia da pesquisa tecnológica. Rio de Janeiro: Globo, 1985.</p>		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ANÁLISE TÉCNICA DE AÇÕES	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 08	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Linguagem básica de programação. Tipos de objetos. Pacotes. Biblioteca. Tipos de Arquivos. Leitura de Arquivos. Manipulação e visualização de dados financeiros e econômicos. Estimação de risco e retorno e gerenciamento de portfólio.		
2 OBJETIVO		
<p>Geral: Ensinar o uso da linguagem R aplicada ao mercado financeiro. A disciplina aborda, tipos de variáveis, estruturas de programação, utilização de bibliotecas que permitam a manipulação e análise de diferentes tipos de dados econômicos. Deste modo, o conhecimento de programa irá fazer com que o participante tenha uma bagagem computacional necessária não somente para uma carreira acadêmica em pesquisa científica, mas também para o trabalho em organizações privadas.</p> <p>Específico: Tornar o aluno capaz de usar análise técnica, ou seja, no estudo dos movimentos do mercado por meio de gráficos que possibilitam verificar a variação do preço de ativos da Bolsa de Valores, permitindo assim que sejam feitas previsões quanto as movimentações futuras de um ativo.</p>		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Noções Básica de R 2. Cotações de Ações 3. Representação Gráfica 4. Análise técnica de ações 5. Indicadores Técnicos 6. Gerenciamento de Risco 7. Gerenciamento de Portfólio 		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA		
<p>PERLIN, M. S. Processamento e Análise de Dados Financeiros e Econômicos com o R. Publicação Independente, 2022. Disponível em https://www.msperlin.com/padfeR/</p> <p>WICKHAM, H., & Grolemund, G. (2017). R for data science: import, tidy, transform, visualize, and model data. " O'Reilly Media, Inc.". Disponível em https://r4ds.had.co.nz</p> <p>BROOKS, Chris. Introductory econometrics for finance. Cambridge, Cambridge University Press, 2002</p>		
COMPLEMENTAR		
<p>ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro - produtos e serviços. 19. ed. - São Paulo: Qualimark, 2013.</p> <p>HULL, John. Fundamentos dos mercados futuros e de opções. 4. ed. São Paulo: BM&F, 2005.</p>		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ECONOMETRIA ESPACIAL
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 08	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Conceitos Introdução aos fenômenos da autocorrelação, transbordamento e heterogeneidade espaciais e seus efeitos sobre os dados socioeconômicos. Apresentação e aplicação das técnicas de Análise Exploratória de Dados Espaciais. Modelagem e Estimação dos modelos Econométrico-Espaciais, com e sem regimes espaciais, para dados de corte transversal (<i>cross-section</i>).	
2 OBJETIVO	
Geral: O objetivo deste curso é apresentar aos alunos e capacitá-los para o uso de técnicas introdutórias de análise e estatística espacial e econometria espacial, sobretudo os modelos em <i>cross-section</i> .	
Específico: Capacitar os discentes a utilizar as técnicas de AEDE, para verificar se há fenômenos espaciais associados ao processo analisado. Fornecer ao aluno ferramentas para coleta, análise e representação de dados geográficos (mapas).	
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Estatística espacial 1.1 Autocorrelação Espacial Global e Local; 1.2. Diagrama de dispersão de Moran, Mapas de Clusters e de Significância; 1.3. Box Map, Mapas percentílicos e quantílicos; 1.4. Identificação de Regimes Espaciais	
2. Modelando, testando e estimando a Dependência Espacial 2.1. Modelando, testando e estimando a Dependência Espacial 2.2. Modelos de Defasagem Espacial, Erro Espacial, e Transbordamentos Espaciais; 2.3. Identificando a Autocorrelação Espacial 2.4 Teste de I de Moran	
3. Aplicações 3.1 Reprodução de estudos científicos	
4 REFERÊNCIAS	

BÁSICA

ALMEIDA, E. **Econometria Espacial Aplicada**. 1a ed. Alínea, 2012.

GOLGHER, A. B. **Introdução à Econometria Espacial**. 1a ed. Paco Editorial. 2015

CARVALHO YWATA, A. e ALBUQUERQUE, P. H. Tópicos em Econometria Espacial para dados Cross-Section. Capítulo 11 do livro: "Economia Regional e Urbana: Teorias e métodos com ênfase no Brasil". Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011

COMPLEMENTAR

LESAGE, J. e PACE, R. K. Introduction to Spatial Econometrics. 1ª ed. Chapman and Hall/CRC, 2009.

ANSELIN, L.; REY, S. J. Modern Spatial Econometrics in Practice: A Guide to Geoda, Geodaspace and Pysal. Geoda Press LLC. 2014.

ARBIA, G. A Primer for Spatial Econometrics: With Applications in R. Palgrave Macmillan UK. 2014

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: REGULAÇÃO ECONÔMICA E DEFESA DA CONCORRÊNCIA	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 5º ao 8º	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
Observação:	Disciplina Optativa	
1 EMENTA		
Teorias da Regulação Econômica. Objetivos da Regulação. Experiências Regulatórias no Mundo. Teoria da Escolha Pública. O Papel do Estado ao Longo do Século XX, no Brasil e no Mundo. Ação Regulatória do Estado. Regulação da Concorrência. O Papel das Agências Reguladoras no Brasil. Políticas Públicas de Regulação da Concorrência. Legislação da Concorrência no Brasil e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais. Principais Casos Julgados pelo SBDC.		
2 OBJETIVO GERAL		
Compreender a aplicação dos conceitos econômicos, em especial da microeconomia e da economia industrial, a partir de estudos da regulação econômica e da defesa da concorrência.		
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
<ul style="list-style-type: none"> – Identificar os fatores que levam à intervenção do Estado na atividade econômica; – Conhecer os principais modelos de regulação econômica; – Promover o debate acerca da aplicabilidade dos instrumentos de regulação econômica; – Compreender a política de defesa da concorrência e, mais especificamente, a política de defesa da concorrência no Brasil; – Conhecer a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e a aplicabilidade da legislação de defesa da concorrência no Brasil; – Estudar processos administrativos julgados pelo CADE relativos a atos de concentração e condutas anticoncorrenciais. 		
4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1 FUNDAMENTOS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA		

- 1.1 Eficiência de mercado e bem-estar econômico
- 1.2 Falhas de mercado
- 1.3 Papel do Estado na economia
- 1.4 Definição e papel da regulação econômica
- 1.5 Atividade estatal na economia a partir da Constituição Federal de 1988
- 1.6 A livre iniciativa, o livre mercado e a defesa da concorrência

2 TEORIAS DA REGULAÇÃO ECONÔMICA

- 2.1 Teoria do interesse público
- 2.2 Teoria da captura
- 2.3 Teoria econômica da regulação (ET)
 - 2.3.1 Perspectiva histórica da Teoria Econômica da Regulação
 - 2.3.2 Sumário das conclusões da ET
 - 2.3.3 O efeito da ET no mundo acadêmico
 - 2.3.4 Mudanças regulatórias na teoria e na prática
 - 2.3.5 Teoria da Escolha Pública

3 DEFESA DA CONCORRÊNCIA

- 3.1 A importância da concorrência
- 3.2 Problemas relacionados a mercados concentrados
- 3.3 Mercado relevante (geográfico e do produto)
- 3.4 Posição dominante
- 3.5 Poder de mercado
- 3.6 Abuso de poder de mercado
- 3.7 Concentração de mercado: horizontal e vertical
- 3.8 Agente econômico
- 3.9 Atos de concentração
- 3.10 Conduta anticoncorrencial
 - 3.10.1 Cartel
 - 3.10.2 Preços predatório
 - 3.10.3 Fixação de preços de revenda
 - 3.10.4 Restrições territoriais e de base de clientes
 - 3.10.5 Acordos de exclusividade
 - 3.10.6 Venda casada
 - 3.10.7 Discriminação de preços
 - 3.10.8 Recusa de negociação
 - 3.10.9 Outros casos relativos à condutas anticompetitivas

4 DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO BRASIL

- 4.1 Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
- 4.2 Lei nº 12.529/2011
- 4.3 Nova estrutura da defesa da concorrência no Brasil
 - 4.3.1 Departamento de Estudos Econômicos (DEE)
 - 4.3.2 Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE)
 - 4.3.3 Superintendência-Geral
 - 4.3.4 Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
- 4.4 Papel do CADE
 - 4.4.1 Preventivo
 - 4.4.2 Repressivo
 - 4.4.3 Educativo

4.5 Julgamento de casos pelo CADE

4.6 Contribuições da Economia para Julgamento dos Casos no Brasil

4.6.1 Elasticidades

4.6.2 Eficiências

4.6.3 Economias de escala e de escopo

4.6.4 Barreiras à entrada

5 SEMINÁRIOS

5.1 Análise da regulação econômica em setores específicos no Brasil

5.2 Estudo sobre as parcerias público e privada

5.3 Análise de casos julgados pelo CADE: atos de concentração

5.4 Análise de Casos Julgados pelo CADE: Condutas Anticoncorrenciais

5.5 Estudo sobre a Lei n. 13.874/2019, Declaração de Direitos de Liberdade Econômica

5 REFERÊNCIAS

BÁSICA

MATTOS, Paulo (coord.). **Regulação econômica e democracia: o debate norte-americano**. São Paulo: Núcleo Direito e Democracia/CEBRAP, Editora 34, 2004.

MATTOS, César (coord.). **A revolução do antitruste no Brasil 2: a teoria econômica aplicada a casos concretos**. São Paulo: Singular, 2008.

PEREIRA, Edgar Antônio; LAGROTERIA, Eleni; LEAL, João Paulo Garcia. **Concorrência e regulação** – estudos e pareceres econômicos. São Paulo: Editora Singular, 2004.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Regulação da atividade econômica**. 2. ed. - São Paulo: Malheiros, 2008.

COMPLEMENTAR

BENJÓ, Isaac. **Fundamentos da economia da regulação**. Rio de Janeiro: Editora Thex, 1999.

CADE. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Guia Prático do CADE: a defesa da concorrência no Brasil**. 3. ed. – São Paulo: CIEE, 2007.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: GOVERNANÇA CORPORATIVA	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 5º ao 8º	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
Observação:	Disciplina Optativa	
1 EMENTA		
<p>Marcos da Governança Corporativa. Fundamentos de Governança Corporativa. Teoria da Agência. Assimetria Informacional. Mecanismos Internos e Externos de Governança Corporativa. Governança Corporativa no Brasil e no Mundo. Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal. Estrutura de Governança Corporativa. Princípios de Governança Corporativa. Governança Corporativa nos mais diversos tipos de organização. Governança Corporativa e Sustentabilidade. Códigos de Governança Corporativa no Brasil e no Mundo. Manuais e Códigos de Boas Práticas de Governança Corporativa. Estudo de Casos: práticas de governança corporativa; e escândalos financeiros no Brasil e no mundo.</p>		
2 OBJETIVO GERAL		
Apresentar aos alunos os antecedentes, os conceitos, os fundamentos técnicos dos mecanismos de governança corporativa e sua importância para o desempenho das organizações.		
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
<ul style="list-style-type: none"> – Apresentar os fatores que levaram à necessidade de implementação dos mecanismos de governança no meio corporativo; – – Compreender como os mecanismos internos e externos de governança corporativa podem ser aplicados em diversos tipos de organização, desde companhias abertas até empresas familiares de capital fechado; – Apresentar os objetivos da firma, os objetivos dos proprietários e objetivos dos gestores/controladores; 		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1 ANTECEDENTES DA GOVERNANÇA CORPORATIVA		
<p>1.1 Processo de expansão e o poder das corporações</p> <p>1.2 O processo de dispersão do capital</p> <p>1.3 Separação entre propriedade e gestão</p> <p>1.4 Teoria da Agência</p> <p>1.3.1 Relação de agência</p> <p>1.3.2 Assimetrias de informação na relação de agência</p> <p>1.3.3 Conflitos de agência</p> <p>1.3.4 Custos de agência</p> <p>1.4 O desenvolvimento da governança corporativa</p>		
2 FUNDAMENTOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA		
<p>2.1 O objetivo das corporações: uma questão fundamental</p> <p>2.2 Uma síntese das concepções de governança corporativa</p> <p>2.3 Os conceitos de governança corporativa</p> <p>2.4 Princípios de governança corporativa</p> <p>2.5 Valores da governança corporativa</p> <p>2.6 Os 8 Ps da governança corporativa</p>		

3 OS MARCOS CONSTRUTIVOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

- 3.1 Os 4 Marcos Históricos
- 3.2 O pioneirismo de Robert Monks
- 3.3 O relatório Cadbury
- 3.4 Os princípios da OCDE
- 3.5 A Lei Sarbanes-Oxley
- 3.6 Difusão mundial dos códigos de governança
- 3.7 Adoção dos princípios de governança corporativa

4 MODELOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

- 4.1 Modelo anglo-saxão
- 4.2 Modelo alemão
- 4.3 Modelo do Japão e da Ásia emergente
- 4.4 Modelo latino-europeu
- 4.5 Modelo latino-americano

5 MECANISMOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

- 5.1 Conselho de administração
- 5.2 Conselho fiscal
- 5.3 Sistema de Remuneração
- 5.4 Estrutura de propriedade
- 5.5 Auditoria interna e externa
- 5.6 Mercado de aquisição hostil
- 5.7 Mercado de trabalho competitivo
- 5.8 Agentes do mercado financeiro

6 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

- 6.1 Breve visão do ambiente corporativo no Brasil
- 6.2 Ambiente externo da governança corporativa no Brasil
- 6.3 Ambiente interno da governança corporativa no Brasil
- 6.4 Síntese do modelo de governança corporativa no Brasil
- 6.5 Código das melhores práticas de governança corporativa do IBGC
- 6.6 Recomendações da CVM sobre governança corporativa
- 6.7 Regulamento do novo mercado da [B]³
- 6.8 Manual de governança dos investimentos da PETROS

7 ESTUDO DE CASOS

- 7.1 Caso Enron
- 7.2 Caso Petrobrás
- 7.3 Caso Americanas
- 7.4 CPFL Energia
- 7.5 Embraer
- 7.6 Natura
- 7.7 Outros casos (escândalos e boas práticas) debatidos em seminários

5 REFERÊNCIAS

BÁSICA

MACHO-STADLER, Inés; PÉREZ-CASTRILLO, David. **Introducción a la economía de la**

información. 3. ed. – Barcelona: Editorial Ariel Economía, 2009.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

SILVEIRA, Alexandre de Miceli da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática.** 3. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

SLOMSKI, Valmor; et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública.** São Paulo: Atlas, 2008.

COMPLEMENTAR

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa.** 6. ed. – São Paulo: IBGC, 2023.

EISENHARDT, Kathleen M. Agency theory: na assessment and review. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 1, p. 57-74, jan. 1989.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305–360, jul. 1976.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 2º	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
Observação:	Disciplina Optativa	
1 EMENTA		
Apresentar os principais métodos quantitativos econométricos para estimação de impactos econômicos de programas sociais. Estudar aplicações empíricas e modelagens envolvendo microeconometria em áreas de políticas sociais.		
2 OBJETIVO GERAL		
Habilitar o aluno na conceituação, formalização, coleta de dados, aplicação e interpretação dos resultados.		
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Proporcionar ao aluno um olhar crítico/matemático/analítico acerca dos métodos econométricos de mensuração de correlação e causalidade; Aprender ferramentas econométricas para desenvolvimento de trabalhos em economia aplicada.		
4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – Modelos de Resultados potenciais e efeitos de tratamento

- 1.1 Conceitos básicos
- 1.2 Coleta de microdados
- 1.3 Problema de viés
- 1.4 Problemas diversos de estimação

Unidade 2 – Aleatorização

- 2.1 Conceitos básicos
- 2.2 Para que serve?
- 2.3 Modelos de Aplicação
- 2.4 Interpretação dos resultados

Unidade III – Seleção sobre observáveis

- 3.1 Conceitos básicos
- 3.2 Modelos aplicados de regressão linear
- 3.3 Regressão simples e múltipla
- 3.4 Modelos aplicados de regressão não linear
- 3.5 Logit e Probit
- 3.6 Aplicações

Unidade IV – Seleção sobre não observáveis

- 4.1 Conceitos básicos
- 4.2 Diferenças em Diferenças
- 4.3 Controle sintético
- 4.4 Propensity Score Matching

5 REFERÊNCIAS

BÁSICA

OLIVEIRA, M. M. Econometria. Lisboa: Escolar Editora, 2011. PEREDA, P. C.; ALVES, D. Econometria Aplicada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à Econometria: uma abordagem moderna. 3º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

COMPLEMENTAR

GREENE, W. Econometric analysis. 7º ed. Edition. Boston: Pearson Education, 2012.

JOHNSTON, J.; DINARDO, J. M. Econometric Methods. 4a. Edition. New York McGrawHill International Editions, 1997.

WOOLDRIDGE, J. M. Econometric analysis of cross section and panel data. 2º ed. MIT, 2010

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: MACROECONOMIA COMPUTACIONAL	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 2º	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
Observação:	Disciplina Optativa	
1 EMENTA		
Introdução aos Pacotes de Python. Análise de dados de séries temporais. Introdução à análise Macroeconômica. Modelos Estáticos e Dinâmicos		
2 OBJETIVO GERAL		
Apresentar métodos computacionais como ferramenta do desenvolvimento macroeconômico.		
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Métodos computacionais, modelos macroeconômicos modernos, Python, Modelos Estáticos.		
5 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>1. Introdução ao Python</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixar e instalar; • Instalar o Jupiter e/ou Visual Studio Code; • Comandos Iniciais. <p>2. Bibliotecas Python</p> <ul style="list-style-type: none"> • NumPy; • Matplotlib; • SciPy; • Numba; • Pandas. <p>3. Introdução à análise de séries temporais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decomposição de séries temporais; • Estimção do Hiato Produto; • Box–Jenkins em Python. <p>4. Introdução à análise macroeconômica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimção da NAIRU; • Projeção da Inflação e da taxa de juros; • Senhoriagem; • Análise dos ciclos econômicos. <p>5. Modelos Estáticos e Dinâmicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mercado de Trabalho; • Modelo IS-LM; • Modelo de Solow; • Modelos dinâmicos (Ciclos Reais e Novo Keynesiano) 		
5 REFERÊNCIAS		
BÁSICA		
Thomas J. Sargent and John Stachurski's Python lectures (lectures plus other computing resources: http://lectures.quantecon.org/py/index.html).		

MÜLLER, Andreas C.; GUIDO, Sarah. Introduction to machine learning with Python: a guide for data scientists. " O'Reilly Media, Inc.", 2016.

MATTHES, Eric. Python crash course: A hands-on, project-based introduction to programming. No starch press, 2019.

COMPLEMENTAR

CARLIN, W. e SOSKICE, D. (2006). Macroeconomics: Imperfections, Institutions and Policies, Oxford University Press.

DOEPKE, M. LEHNERT, A e SELLGREN, A. Macroeconomics. Disponível em: <http://faculty.wcas.northwestern.edu/mdo738/textbook/main.pdf> Acesso em 01/04/2022.

LOPES, L. M. VASCONCELLOS, M A S. Manual de Macroeconomia Básico e Intermediário. São Paulo: Atlas, 2000

SIMONSEN, M.H. e CYSNE, R.P. Macroeconomia. 2a. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico S.A
WILLIAMSON, S. D. Macroeconomics, Addison-Wesley, 4th edition 2010

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM MACROECONOMIA
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 2º	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
Observação:	Disciplina Optativa
1 EMENTA	
Modelos macroeconômicos dinâmicos. Desemprego. Debates recentes para a política monetária. Desigualdade e Macroeconomia	
2 OBJETIVO GERAL	
apresenta os principais conceitos da macroeconomia quantitativa moderna.	
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
Entender os modelos macroeconômicos dinâmicos, Teorias do desemprego, a política monetária, desigualdade e as Políticas Macroeconômicas.	
6 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Modelos macroeconômicos dinâmicos <ul style="list-style-type: none">• Otimização Dinâmica;• Programação Dinâmica;• Modelos em tempo Discreto e Contínuo.	
2. Desemprego	

- Teorias do desemprego;
- Modelo job search;
- Modelo Diamond-Mortensen-Pissarides;
- Salário eficiência.

3. Debates recentes para a política monetária

- A armadilha da liquidez (zero lower bound);
- Reservas e o balanço do banco central;
- Quantitative easing;
- Credit easing.

4. Desigualdade e Macroeconomia

- Desigualdade em Macro: Uma breve história;
- A desigualdade e as Políticas Macroeconômicas;
- Modelos HANK;
- Extensões

5 REFERÊNCIAS

BÁSICA

CAMPANTE, Filipe; STURZENEGGER, Federico; VELASCO, Andrés. Advanced macroeconomics: an easy guide. LSE Press, 2021.

GALÍ, Jordi. Monetary policy, inflation, and the business cycle: an introduction to the new Keynesian framework and its applications. Princeton University Press, 2015

LJUNGQVIST, LARS AND THOMAS J. SARGENT (2012), Recursive Macroeconomic Theory, 3rd edition, MIT Press. Chapters 3, 4, 16, and 17.

PISSARIDES, Christopher A. Equilibrium unemployment theory. MIT press, 2000.

COMPLEMENTAR

AIYAGARI, S. RAO (1994), “Uninsured Idiosyncratic Risk and Aggregate Saving,” Quarterly Journal of Economics, 109, 659-684.

AKERLOF, G. A. & YELLEN, J. L. (1986). Efficiency wage models of the labor market. Cambridge University Press.

BENTOLILA, S. & BERTOLA, G. (1990). Firing costs and labour demand: How bad is Euroclerosis? The Review of Economic Studies, 57(3), 381–402

CAHUC, P., CARCILLO, S., & ZYLBERBERG, A. (2014). Labor economics. MIT Press.

HARRIS, J. R. & TODARO, M. P. (1970). Migration, unemployment and development: A two-sector analysis. The American Economic Review, 60(1), 126–142

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ECONOMIA DO CRIME	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhum-Optativa	
1 EMENTA		
Conceituar os aspectos teóricos e práticos do estudo da economia do Crime. Analisar e construir aplicações empíricas e modelagens envolvendo microeconometria na área de criminalidade e violência.		
2 OBJETIVOS		
2.1 Geral:		
Habilitar o aluno na conceituação, formalização, coleta de dados, aplicação e interpretação dos resultados acerca da criminalidade no Brasil e no Mundo.		
2.2 Específicos:		
Proporcionar ao aluno um olhar quantitativo/analítico acerca dos métodos econométricos de mensuração de correlação e causalidade; Aprender ferramentas econométricas para aplicação de trabalhos empíricos dentro da área de criminalidade.		
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade I – Economia do Crime como modelo Econômico		
1.1 Conceitos básicos		
1.2 Coleta de microdados		
1.3 Carência de estudos na área		
Unidade 2 – Dinâmicas e Indicadores Criminais		
2.1 Conceitos básicos		
2.2 Para que serve?		
2.3 Modelos de Aplicação		
2.4 Interpretação dos resultados		
Unidade III – Problemas de coleta e confiança nos dados		
4.1 Conceitos básicos		
4.2 Homicídios		
4.3 Crimes contra patrimônio		
4.4 Crimes contra a pessoa		
Unidade IV – Coleta de dados criminais e aplicação prática		
3.1 Conceitos básicos		
3.2 Bases de dados criminais no Brasil		
3.3 Regressão simples e múltipla		
3.4 Modelos aplicados de regressão não linear		
3.5 Modelos de escolha binária		
4 REFERÊNCIAS		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BECKER, Gary S. Crime and Punishment: An Economic Approach. Journal of Political Economy, vol. 76, no. 2, 1968.		
GLAESER, E. L. An Overview of Crime and Punishment. Harvard University and NBER. March 10, p31, 1999.		
HAGAN, J., PETERSEN, R. D. (1995) Crime and inequality. Stanford University Press, 1995.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAJNZYLBER, P., LEDERMAN, D., LOYAZA, N. Determinants of Crimes Rates in Latin America and the World – An Empirical Assessment Washington: The World Bank, v.1 p44, 1998.

FAJNZYLBER, P., LEDERMAN, D., LOYAZA, N. Crime and victimization: an economic perspective. Revista Economia, v.1 p.219-278, 2000.

WOOLDRIDGE, J. M. Econometric analysis. 2º ed.MIT, 2010.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS NA CADEIA DE VALOR
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Cadeia de valores, competitividade e geração de valor para a empresa. Mapeamento e técnica analíticas gerais do ambiente. Comportamento estratégico em meios industriais genéricos; e Decisões estratégicas.	
2 OBJETIVO	
Geral: Estudo do ambiente competitivo e ações estratégicas nas cardeais de produção.	
Específicos: Exposição de metodologia geral para análise da empresa e seu posicionamento estratégico perante a indústria e demais agentes que compõem a cadeia de valores – fornecedores, compradores, potenciais entrantes e produtos substitutos.	
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1 Cadeia de valores, competitividade, estratégias empresariais e geração de valor para a empresa	
2 Mapeamento e técnica analíticas gerais do ambiente competitivo	
2.1 Análise estrutural da indústria e estratégias competitivas genéricas;	
2.2 Metodologia para análise da concorrência;	
2.3 Sinais de mercado e movimentos competitivos;	
2.4 Apresentação de método de mapeamento de grupos estratégicos da indústria e a diferenças de desempenho;	
2.5 Definição de metodologia para prever evolução da indústria.	
3 Comportamento estratégico em meios industriais genéricos	

- 3.1 Definição de diferentes meios de indústria, de acordo com concentração de mercado, maturidade e exposição à concorrência internacional;
- 3.2 Caracterização de tipos de indústria: fragmentada, emergente, transição, declínio e globais.
- 3.3 Análise e proposta de metodologia para formulação de estratégia nos diferentes meios industriais.

4 Decisões estratégicas

- 4.1 Integração vertical, expansão de capacidade e entrada em novos negócios;
- 4.2 Identificação de maneiras de utilizar a metodologia proposta na análise estratégica aplicada à empresa e aos concorrentes.

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

BARNEY, J; HESTERLY, W. **Administração Estratégica e Vantagem competitiva**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

GHEMAWAT, Pankaj. **A estratégia e o cenário dos negócios**: texto e casos. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MINTZBERG, H. et al. **O processo da estratégia**: conceitos, contextos e casos selecionados. Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

PORTER, Michael. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio: Elsevier, 1986.

COMPLEMENTAR

FLEURY A.; FLEURY, M. T. L. **Estratégias empresariais e formação de competências**. Atlas. São Paulo; 2004.

GHOSHAL, S.; TANURE B. **Estratégia e gestão empresarial**: construindo empresas brasileiras de sucesso, estudos de casos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

OLIVEIRA, D.P.R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologias e práticas. 12.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SILVA, Christian Luz de. **Competitividade na cadeia de valor** – um modelo econômico para a tomada de decisão. Curitiba: Juruá, 2004.

PORTER, M. **Estratégia Competitiva**. Rio de Janeiro. Campus. 1986.

WRIGHT, P; KROLL, M; PARNELL, J. **Administração Estratégica**: Conceitos; São Paulo: Atlas, 2000.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: ECONOMIA DE EMPRESAS
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
<p>Conceito, função econômica e social, natureza jurídica; Análise de custos; Análise das receitas; Otimização da margem bruta de contribuição; Política de formação de preços na empresa; Crescimento e análise dos indicadores de posição econômica da empresa; Fusões, aquisições alavancadas, falência e recuperação de empresas; Desempenho econômico e o valor de mercado da empresa (<i>Valuation</i>); e Elaboração de relatório de empresa listada na B3.</p>	
2 OBJETIVO	
<p>O curso de Economia de Empresas visa fornecer ao aluno uma compreensão do ambiente econômico das empresas voltados aos seus aspectos interno e suas implicações para a tomada de decisões. Sendo avaliado a posição econômica da empresa e o seu desempenho para a determinação do valor de mercado da empresa.</p>	
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1 Introdução	
1.1 Conceito, função econômica e social, natureza jurídica	
1.2 Modelo econômico descritivo	
1.3 Margem bruta de contribuição	
2 Resultados da empresa.	
2.1 Análise de custos	
2.2 Análise das receitas	
2.3 Otimização da margem bruta de contribuição	
3 Política de formação de preços na empresa	
3.1 Política de preços baseadas no custo	
3.2 Política de preços baseado na estrutura de mercado	
3.3 Política de preços baseado em objetivos	
4 Crescimento e análise dos indicadores de posição econômica da empresa	
4.1 Fluxo de caixa	
4.2 Estrutura de capital da empresa	
4.3 Alavancagem operacional	
4.4 Ponto de equilíbrio e margem de segurança	
5 Fusões, aquisições alavancadas, alienações e falência de empresas	
6 Desempenho econômico e o valor de mercado da empresa (Valuation)	
6.1 Índices de valor de mercado, Desempenho econômico e valor	
6.2 Análise de ações e o valor criado ao acionista	

7 Elaboração de relatório

7.1 Análise de balanço trimestral e anual de empresa listadas na Bolsa de Valores.

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUNSTEIN, Israel. **Economia de empresas: gestão econômica de negócios**. São Paulo: Atlas, 2005.

McGUIGAN, James R.; MOYER, r. Charles; HARRIS, Frederick H. de B. **Economia de empresas: Aplicações, estratégia e táticas**. 3ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2016

COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Harbra, 2004.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços: análise de liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira**. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBERT, P. S. RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. Editora Prentice-Hall, São Paulo, 2006.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO:	DISCIPLINA: MERCADO DE DERIVATIVOS: NEGOCIAÇÃO E PRECIFICAÇÃO
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Avaliação da mecânica operacional dos mercados a termo, swaps, futuro e opções, aplicado sobre o mercado de derivativos agropecuários e financeiros. Contratos futuros. Determinação da base de contratos futuros. Opções e relações de paridade. Valor justo de opções. Estratégias de operações nos diferentes mercados e gerenciamento de risco.	
2 OBJETIVO	
Proporcionar aos discentes o conhecimento aplicado sobre o mercado de derivativos. Possibilitando o entendimento do processo de formação de preços e estratégias para <i>Hedgers</i> , Especuladores e Arbitradores.	
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1 Fundamentos da análise técnica	
2. Introdução ao mercado de derivativos.	
1.1 Conceito, histórico e organização do mercado de derivativos	
1.2 Mercado a termo, futuro e de opções	
1.3 Justificativa para o uso de derivativos (risco financeiro, mercado, liquidez, operacional e crédito)	
1.4 Tipos de operadores: <i>Hedgers</i> , Especuladores e Arbitradores	
1.5 Noções sobre: Corretoras, ambiente operacional, gráficos e indicadores de análise.	
2 Mercado a termo e Swaps: Operações e aplicações	
3 Mercado futuro: Operações e aplicações	
3.1 Características, agentes participantes e fundamentos econômicos do mercado futuro	
3.2 Precificação das opções: relação entre preço futuro e preço à vista (<i>spot</i>).	
3.3 Mecanismos básicos de garantia de liquidação	
3.4 Abertura e fechamento de posição futura	
3.5 Estratégias de investimento em mercados futuros	
3.6 Proteção e alavancagem no mercado futuro	
3.7 Mercado futuro de produtos agropecuários	
3.8 Mercado futuro de ações	
3.9 Mercado futuro de ativos financeiros (índice, juros e moedas)	
4 Mercado de opções: Operações e aplicações	
4.1 Conceitos e aplicações das opções	
4.2 Fundamentos econômicos e utilização do mercado de opções	
4.3 Contratos de opções agropecuários e mercado acionário	

- 4.4 Modelo de precificação de opções: Black e Scholes
- 4.5 Medidas de sensibilidade das opções
- 4.6 Operações com opções, estratégias e operações estruturadas
- 4.7 Rolagem de opções.
- 4.8 Delta *hedge* e proteção de carteira de investimentos

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

- BESSADA, O. **O mercado de derivativos financeiros**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HULL, J. C. **Fundamentos do mercado futuro e de opções**. São Paulo: Bolsa de mercadorias & futuros, 2005.
- MICELI, W. **Derivativos de agronegócios: Gestão de risco de mercado**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2008.

COMPLEMENTAR

- ARAÚJO, G.; BESSADA, O. B. C. **Derivativos no Brasil** Conceitos, Operações e Estratégias; SP: Record, 2005.
- HULL, J. C. **Opções, Futuros e outros derivativos**. São Paulo: Bookman, 2016.
- MOLERO, L.; MELLO, E. **Derivativos: Negociação e precificação**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2018.
- PFÜTZENREUTER, E. **Investimento no mercado de opções**. São Paulo: Novatec Editora, 2021.
- SCHWAGER, J. D.; ETXKORN, M. **A complete guide to the futures market: fundamental analysis, technical analysis, trading, spreads and options**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2017.
- SCHOUGHANA, F. **Introdução aos mercados futuros e opções agropecuários**. São Paulo: Bolsa de mercadorias & futuros, 1997.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: COMPLEMENTOS DE MATEMÁTICA	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 8º	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Livre.		
2 OBJETIVOS		
Geral: A disciplina de Complementos de Matemática possui como objetivo expandir ferramentas, métodos e técnicas da matemática aplicada a área de economia, como por exemplo: álgebra linear, pesquisa operacional, equações diferenciais, teoria dos jogos ou qualquer outro assunto da matemática que o docente queira ministrar.		
Específicos: De acordo com a ementa e objetivo geral definido pelo docente.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Livre		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA Livre.		
COMPLEMENTAR Livre.		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: COMPLEMENTOS DE ESTATÍSTICA	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE: 8º	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Livre.		
2 OBJETIVOS		
Geral: A disciplina de Complementos de Estatística possui como objetivo expandir ferramentas, métodos e técnicas da estatística aplicada a área de economia, como por exemplo: estatística não paramétrica, análise multivariada ou qualquer outro assunto da estatística que o docente queira ministrar.		
Específicos: De acordo com a ementa e objetivo geral definido pelo docente.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Livre		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA Livre.		
COMPLEMENTAR Livre.		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS -LIBRAS	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Noções básicas de libras com vista a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos envolvendo vocabulário, configuração de mãos, organização espaço-temporal dos sinais no âmbito escolar no ensino de língua e literaturas da língua portuguesa		
2 OBJETIVOS		
Geral: Conhecer a linguagem brasileira de sinais -LIBRAS		
Específicos: -Expandir o conhecimento da linguagem brasileira de sinais -LIBRAS para o curso de economia. -Permitir a inclusão em sala de aula e no curso de alunos com deficiência auditiva, surdez e mudez.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Alfabeto datilológico; saudações; pronomes; advérbios; números e quantidade; relações de parentesco; valores monetários; noções de tempo; calendário; meios de comunicação; tipos de verbos; animais; objetos; classificadores; meios de transportes; alimentos; profissões, material escolar, adjetivos.		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA BRASIL.MEC.SEESP. Saberes e práticas da inclusão. 2006 CARVALHO, R.E. Educação inclusiva: com todos os pingos nos "is". Porto Alegre: Medicação, 2004. QUADROS, R.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ARTMED, 2004		

COMPLEMENTAR

FÁVERO, O. et al. Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

LIMA, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
Concepções teóricas sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura. A questão da propriedade da terra. Relação entre grandes e pequenas empresas. A modernização. A questão agrária. Síntese das Teorias do Desenvolvimento Agrícola. A questão da terra em Rondônia. Estudos das principais cadeias produtivas da agricultura de Rondônia.		
2 OBJETIVOS		
Geral: Compreender o papel da agricultura no desenvolvimento econômico do estado de Rondônia.		
Específicos: -Conhecer o importante papel da agricultura para a sociedade. -Conhecer as diversas teorias de desenvolvimento econômico. -Conhecer o caso de Rondônia.		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Participação da agricultura no PIB do país, Uso da terra no Brasil e Rondônia, questões de propriedade da terra em Rondônia, Teorias do desenvolvimento econômico, Teorias do desenvolvimento agrário, Principais cadeias produtivas do Estado de Rondônia.

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Unicamp, 1998.

BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata (Org). Desenvolvimento capitalista no Brasil. Campinas: Unicamp, 1998.

DELGADO, Costa Guilherme. A modernização da agricultura. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). História econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: Hucitec, 1997.

MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro et al. Agribusiness europeu. São Paulo: Pioneira, 1994.

SILVA, José Graziano da. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1980.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1999.

COMPLEMENTAR

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos territórios rurais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? Estudos Avançados. São Paulo: USP, vol. 24, n. 68, 2010.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FINANCEIRA	
CRÉDITOS: 03	CARGA HORÁRIA: 60h	MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma	
1 EMENTA		
O conceito de finanças pessoais; Vida Financeira; Comportamento financeiro; Orçamento e Planejamento Financeiro pessoal e familiar; Compras; Crédito; Dívidas; Futuro: investimentos e aposentadoria.		
2 OBJETIVOS		
Geral: Proporcionar ao aluno embasamento para administrar suas finanças.		
Específicos: - Demonstrar a importância dos controles pessoais; - Demonstrar a importância do orçamento doméstico; e - Aprofundar o estudo de investimentos no mercado financeiro		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Finanças pessoais e a Economia; A importância da Educação Financeira, Orçamento: fontes de receitas e de despesas; saldo disponível; dicas para organizar o orçamento; Planejamento estratégico pessoal; Modelos de planilhas de controle do orçamento pessoal ou familiar; Investimentos bancários.		
4 REFERÊNCIAS		
BÁSICA FRANKENBERG, L. Guia prático para cuidar do seu orçamento: viva melhor sem dívidas. Rio de Janeiro: Campus, 2002. LUQUET, M. Guia valor econômico de finanças pessoais. 2. ed.; rev. e amp. São Paulo: Globo, 2007. 168 p. HALFELD, M. Investimentos: como administrar melhor o seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2001.		

VOCÊ tem mais dinheiro do que imagina: um guia para suas finanças pessoais. São Paulo: Saraiva, 2006.

COMPLEMENTAR

CERBASI, G.; BARBOSA, C. Mais tempo mais dinheiro: estratégias para uma vida equilibrada. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2009.

CERBASI, G.P. Investimentos inteligentes: guia de estudo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2009.

CERBASI, G.P. Investimentos inteligentes: para conquistar e multiplicar o seu primeiro milhão. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CÓDIGO: ECO	DISCIPLINA: ANÁLISE DE DADOS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS
CRÉDITOS: 3	CARGA HORÁRIA: 60h MODALIDADE: Presencial
SEMESTRE:	PRÉ-REQUISITO(S): Nenhuma
1 EMENTA	
Análise de dados em R e em Python. Operações e análises de dados: leitura e escrita, tratamento, manipulação, transformações, visualizações de dados (temporais, espaciais e espaço-temporais). Noções básicas de versionamento de controle e melhores práticas de programação.	
2 OBJETIVO	
Geral: O foco do curso é o desenvolvimento da habilidade de programação para solução de problemas diversos relacionados ao manejo de dados com fins de pesquisa. Note-se que não é um curso de metodologia de pesquisa ou estatística. Específico: No final do curso alunos serão capazes de desenvolver um script que baixar os dados, organizá-los, calcular medidas relevantes, construir tabelas, gráficos, mapas, etc.	
3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Introdução ao curso 2. Abrindo e manipulando bancos de dados 3. Organização e limpeza de dados 4. Calculando estatísticas resumidas 5. Construindo tabelas 6. Visualização de dados e a gramática de gráficos 7. Juntando bancos de dados 8. Mapas e análises espaciais 9. Testes estatísticos e modelos de regressão	

10. Produzindo relatórios reproduzíveis com Git e Latex

11. Funções e repetição

12. Mineração de Textos

4 REFERÊNCIAS

BÁSICA

CHEN, Daniel Y. Análise de dados com Python e Pandas. Novatec Editora, 2018.

FAWCETT, T.; PROVOST, F. Data Science para Negócios: O que você precisa saber sobre mineração de dados e pensamento analítico de dados; Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018

HARRISON, Matt. Machine Learning–Guia de referência rápida: trabalhando com dados estruturados em Python. Novatec Editora, 2019.

MCKINNEY, Wes. Python para análise de dados: Tratamento de dados com Pandas, NumPy e IPython. Novatec Editora, 2018.

COMPLEMENTAR

FAVERO, L.P.; BELFIORE, P.; SILVA, F.L.; CHAN, B.L. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009. 544 p.

FIELD, A.; MILES, J.; FIELD, Z. Discovering statistics using R. London: Sage, 2012. 940 p.

2.3 Metodologia

2.3.1 Metodologias de Ensino

A concepção deste Projeto Pedagógico tem dentre seus pilares básicos a ideia de uma avaliação permanente voltada para sua constante adequação aos diferentes momentos que demarcam a formação acadêmica. Neste sentido, a avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular, sendo uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo.

A metodologia de ensino aplicada deve decorrer de uma união entre o conteúdo previsto pelas ementas das disciplinas, mas considerando as possíveis dificuldades que os estudantes podem apresentar em dado momento, com o professor buscando melhorar a relação dialógica que conforma a troca de experiências em sala de aula. Assim, a aplicação das aulas a partir deste PPC deve considerar tanto o modelo mais tradicional de sala de aula, a partir de leitura de textos e discussão, quanto o uso da prática, incluindo aqui visitas de campo, ou a possibilidade de utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Do ponto de vista de um modelo mais ligado a uma prática didática mais clássica, com leitura de textos e intercâmbio de conhecimentos em sala de aula, deve-se estimular o debate da realidade socioeconômica, demonstrando a importância do que é estudado para a formação do estudante com elementos que possam ser visualizados em seu cotidiano. Neste sentido, considera-se também para a formulação das ementas a possibilidade de utilização de referências bibliográficas de fácil acesso, seja na biblioteca ou a partir de referências eletrônicas.

2.4 Recursos Didáticos e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs

Os esforços da universidade não têm sido escassos no propósito de propiciar internet para todos os usuários dos campi. Havendo acesso à Rede mundial de computadores interligados (Internet) foi possível estabelecer o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas – **SIGAA**, tanto para o gerenciamento das atividades acadêmicas pelos professores (diários, controle de frequência, plano de aula, notas e materiais de apoio) e pelos acadêmicos (disciplinas, matrícula, grade de disciplina, créditos vencidos).

O SIGAA está sendo implementado e aprimorado para atender às necessidades dos mais diversos cursos da instituição. Dentre as facilidades que irá oferecer será o inventário dos programas e projetos de extensão que os acadêmicos poderão desenvolver e cumprir com a carga horária obrigatória de atividades de extensão (ACEX).

Com a implantação do estado emergencial pela pandemia da COVID-19 e a imposição de um regime de ensino remoto, foi possível adotar outros sistemas de ensino como o Google Sala de Aula (*Classroom*), plataforma criada pelo Google para gerenciar o ensino e a aprendizagem de forma remota. Com isto, algumas das disciplinas do curso poderão ser ministradas de forma remota, desde que o conjunto de disciplinas nessa modalidade não ultrapassem 40% da carga total do curso, segundo a Portaria 2117 do MEC, de 6 de dezembro de 2019⁵.

Em termos práticos o laboratório de informática que o curso utiliza permite a utilização de software para cálculos estatísticos, econométricos e financeiros.

⁵ Essa portaria, segundo o Art. 10, fica revogada a Portaria MEC nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que já outorgava a possibilidades de implementar até 20% de EAD nos cursos.

2.5 Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem

2.5.1 Metodologias de Avaliação Discente

A avaliação discente proposta neste PPC segue o estabelecido pela RESOLUÇÃO Nº 338/CONSEA/UNIR, de 14 de julho de 2021. O conteúdo da avaliação deve fazer parte de um planejamento prévio e contínuo das disciplinas com a garantia do acompanhamento do professor, principalmente quanto à devolução do material avaliado e deverá ter natureza diagnóstica e formativa. Todos os planos de ensino ficarão publicados no sitio eletrônico do departamento (www.dace.unir.br).

A avaliação dos alunos nas respectivas disciplinas, deve considerar não apenas as provas escritas, mas, outros quesitos tais como, participação do aluno em sala de aula, frequência, participação do aluno em atividades complementares, como eventos, minicursos, visitas técnicas, bem como outras atividades a serem sugeridas pelo professor da disciplina.

Os artigos 4, 5, 6 e 7 da 388/2021 estabelecem que deverá ser registrada nota final entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez) pontos, em números inteiros ou em fração decimal de uma casa, como resultado do cálculo de todas as avaliações, conforme descrito no plano de ensino. O discente deverá obter nota final igual ou superior a 6,0 (seis) para ser considerado aprovado e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento). O discente terá direito a requerer a revisão de qualquer avaliação a qual foi submetido no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contando-se os dias letivos, a partir de sua devolução.

Em relação às provas escritas, entende-se que seu conteúdo e forma deve levar em consideração o que está sendo cobrado em nível nacional, a exemplo do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), bem como o exame da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC).

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE é considerado componente curricular obrigatório dos cursos de graduação do país. Este exame visa aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, assim como as habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O ENADE está estruturado em duas partes, uma de Formação Geral (FG), composta de 10 questões, e outra de Componentes Específicos (CE), composta de 30 questões, sendo 27 de múltipla escolha e 3 discursivas.

O exame é aplicado aos estudantes concluintes do curso e se constitui em “uma oportunidade ímpar para que os estudantes analisem em que medida, ao longo de sua graduação, foi possível incorporar as habilidades, competências e conhecimentos previstos nas Diretrizes Curriculares do seu curso”. (INEP, 2015) Manual do Estudante.

Além das avaliações tradicionais descritas acima serão realizados simulados referentes aos conteúdos das disciplinas oferecidas em cada semestre e de forma acumulativa. Essa atividade será considerada complementar e deverá ser regulamentada posteriormente.

Para verificar a adequação do Projeto Pedagógico do curso às reais necessidades dos discentes, dos docentes, da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo, das Resoluções pertinentes e da efetividade de sua aplicabilidade, este Projeto Pedagógico deverá ser avaliado de forma contínua pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Econômicas e os instrumentos de avaliação interna propostos pela CPAV/UNIR, propondo alterações sempre que necessário. Essas propostas deverão ser discutidas e aprovadas pelos membros do colegiado do curso, a PROGRAD e o conselho universitário.

O NDE/Economia deverá, a partir de informações produzidas pela CPAV (Relatório de Autoavaliação institucional, Relatório de Autoavaliação de Curso), Relatórios de avaliação externa *in loco* (Realizada periodicamente pelos avaliadores conforme ciclos avaliativos previstos INEP/MEC) e Nota do ENADE, produzir “Plano de Ação” para implementar melhorias no curso.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO

3.1. Gestão administrativa e acadêmica do curso

A estrutura de gestão acadêmica do curso se compõe de diferentes elementos de coordenação, eles:

- a) Chefe do departamento: Professor João Batista da Luz de Souza, Doutor em Economia, possuindo formação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Ingressou no curso de Ciências Econômica da Fundação Universidade Federal de Rondônia por concurso público em 2022. Foi eleito como chefe do Departamento de Economia em 2022, com mandato para o período de 24 de julho de 2022 a 23 de julho de 2024, sendo nomeado pela Portaria nº 450/2022/GR/UNIR, de 12 de julho de 2022, publicada no Boletim de Serviços nº 82, de 13 de julho de 2022, p. 7.
- b) Vice Chefe do departamento: Professor Idone Bringhenti, Doutor em Engenharia Civil, possuindo ainda graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Ingressou na Fundação Universidade Federal de Rondônia por concurso público em 2006. Foi eleito para a vice-chefia do Departamento de Economia em 2022, com mandato para o período de 24 de julho de 2022 a 23 de julho de 2024, sendo nomeado pela Portaria nº 450/2022/GR/UNIR, de 12 de julho de 2022, publicada no Boletim de Serviços nº 82, de 13 de julho de 2022, p. 7.
- c) Contudo, para as decisões a serem tomadas no curso tem-se o Conselho de Departamento (CONDEP), formado por todos os professores e um representante discente. O departamento, atualmente, não dispõe de técnico administrativo no auxílio desta função.
- d) Para a coordenação das atividades acadêmicas o departamento dispõe do Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pelas questões didáticas pedagógicas do curso. Este núcleo é formado por professores eleitos pelo CONDEP.

3.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Segundo portaria 27/NUCSA/UNIR de 16/05/2019, publicada no Boletim de Serviço nº04 17/05/19, o NDE do curso de Ciências Econômicas desta IFES está formado pelos professores listados no quadro a seguir.

Quadro 9 - Professores que compõem o NDE/Curso Ciências Econômicas.

Professor	Titulação	Regime
Manuel Antônio Valdés Borrero (presidente)	DR	DE
Jonas Cardoso (membro)	DR	DE
Walberti Saith (membro)	DR	DE
Otacílio Moreira de Carvalho (membro)	DR	DE
João Batista da Luz de Souza (membro e chefe do departamento)	DR	DE

Fonte: Portaria 27/NUCSA/UNIR de 16/05/19, publicada no Boletim de Serviço nº04 17/05/19.

A composição do NDE/Economia está de acordo com as exigências institucionais, tendo em sua formação 100% dos seus membros com Dedicção Exclusiva e 100% com título de doutorado, quando as normas institucionais exigem mais de 20%.

Cabe ressaltar que alguns dos membros do NDE já participavam desde o ano de 2015, entre eles: o prof. Manuel Antonio Valdés Borrero, Jonas Cardoso e Otacílio Moreira de Carvalho Costa. Desde então, o NDE tem participado na reformulação do PPC do curso, na avaliação do desempenho do curso em conjunto com a CPAV, elaboração de plano de medidas para corrigir deficiências apontadas pelo MEC, a inserção das atividades extensão no currículo do curso, entre outras ações importantes.

O NDE/Economia possui regimento interno coletivo, de conjunto, para todos os cursos desta IFES. O referido regimento se encontra sustentado pela Resolução 531/2023/CONSEA, de 19 de maio de 2023. Veja-se o apêndice VI deste documento.

3.3 Gestão do curso e os processos de avaliação externa e interna.

3.3.1 Avaliação externa do curso

A avaliação externa do curso é realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP tendo como base verificar o nível de qualidade do nível superior do país. Esta avaliação é feita de forma periódica conforme os processos da INEP/MEC.

Esta avaliação externa segue o roteiro do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Nesse quesito, o curso foi avaliado em março de 2015 e obteve conceito de 3. Além disso, na busca de melhorar o desempenho dos cursos oferecidos pela Universidade Federal de Rondônia nas avaliações externas a Pró-reitoria de Graduação tem atuado no sentido de instruir os Núcleos Docentes Estruturantes e as comissões destinadas à criação de cursos novos quanto à elaboração dos seus Projetos Pedagógicos de Curso, os quais devem seguir o Caderno de Orientações para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação Comentado Orientações PPC.

Assim, o referido instrumento de orientação para a elaboração de PPCs foi constituído levando em consideração os critérios de avaliação presentes nos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa.

3.3.2 Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE)

A Avaliação do Desempenho de Estudante é realizada através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, que é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação do país tendo por objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do seu respectivo curso (Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004).

O Enade é um instrumento que compõe os processos de avaliação externa, orientados pelo MEC e é utilizado no cálculo do Conceito Preliminar do Curso (CPC). A avaliação de desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos de graduação deve seguir o ciclo avaliativo e as normas do INEP/MEC, em que a obrigação de inscrever os alunos no ENADE é do Chefe de Departamento (Coordenador - Portaria nº 255/2015/GR/UNIR,

de 20 de março de 2015. Sendo que, a participação do estudante habilitado ao Enade é condição indispensável ao registro da regularidade no histórico escolar, assim como à expedição do diploma pela IES.

É importante salientar que o estudante selecionado que não comparecer ao Exame estará em situação irregular junto ao Enade e por consequência junto ao Curso Superior que estará cursando.

O estudante cujo ingresso ou conclusão no curso não coincidir com os anos de aplicação do Enade respectivo, observado o calendário trienal terá no histórico escolar a menção, "estudante não habilitado ao Enade em razão do calendário do ciclo avaliativo". Dado que o Enade é utilizado no cálculo do Conceito Preliminar do Curso (CPC) é importante que o curso realize uma preparação dos acadêmicos para a Enade. Desta forma, para obter um melhor desempenho o departamento de economia busca fazer um curso preparatório para o Enade.

3.3.3 Autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional tem como objetivo fazer uma análise interna afim de identificar as causas dos seus problemas, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo e fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais.

Na UNIR a autoavaliação institucional (Avaliação da Instituição e Avaliação do curso) é realizada pela Comissão Própria de Avaliação - CPAv, conforme a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. A composição da CPAv está regulamentada na UNIR por meio da Resolução nº 018/CONSUN, de 30 de janeiro de 2014 e da Resolução nº 021/CONSUN, de 03 de novembro de 2014.

A CPAv é regida pelo regimento interno, aprovado pela Resolução nº 21/CONSUN, de 03 de novembro de 2014. Essa comissão atua de maneira independente em relação aos demais órgãos da UNIR, é composta sempre por 2 docentes, 2 funcionários técnico-administrativos, 2 discentes e 2 membros da sociedade civil e tem como competências:

I. Assessorar os responsáveis pelas avaliações dentro do contexto institucional e dos processos de avaliação;

II. Acompanhar a execução da política de Avaliação Institucional correspondente

a UNIR;

III. Conduzir os processos de avaliação internos;

IV. Sistematizar os processos de avaliação internos e externos;

V. Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos 161 e Pesquisas Educacionais, sempre que solicitadas;

VI. Monitorar as ações diversas relacionadas à avaliação e ao desenvolvimento institucional, no que diga respeito a gestão das metas institucionais, qualidade e fluxo das informações necessárias ao desenvolvimento institucional;

VII. Atender às comissões de avaliação e reconhecimento de curso, prestando informações, disponibilizando relatórios e supervisionando os resultados.

De acordo com a Resolução nº 474/CONSEA, de 10 de abril de 2017, no seu art. 3º, a realização da autoavaliação institucional (Avaliação da Instituição e Avaliação do curso), no âmbito da competência legal da CPAV, compreende as seguintes ações:

I. Coleta de Dados: levantamento de informações quantitativas e qualitativas que estão definidas como necessárias para análise do sucesso da UNIR, roteirizadas a partir do SINAES;

II. Relatório Preliminar: apresentação dos dados coletados pela CPAV, para conhecimento dos resultados obtidos;

III. Seminário Interno de Avaliação: Evento público, com garantia de participação de todos os segmentos, com vistas à construção análise do Relatório preliminar e formulação de proposições de melhorias frente às metas institucionais e indicadores acolhidos pela comunidade, consagrando a efetiva avaliação institucional;

IV. Relatório Final: Documento em versão final, para apresentação ao Ministério da Educação, através do INEP que torna base para verificação do desempenho institucional.

A autoavaliação na UNIR atua norteadando a administração da universidade e também fornecendo subsídios para a avaliação externa, a qual é realizada por comissões designadas pelo INEP, e tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações.

3.3.4 Avaliação discente

A avaliação discente é o instrumento mais utilizado pelas instituições públicas para obter informações sobre o desempenho de seus professores na atividade de ensino e sobre a disciplina ministrada. Um dos objetivos da avaliação realizada pelos discentes é fornecer ao professor uma avaliação sobre a sua atuação como docente, de forma que possa aprimorar o trabalho com os alunos.

Com o objetivo de realizar uma avaliação do docente realizada pelo discente, utiliza-se de aplicação de instrumento institucional próprio, com os indicadores do Anexo III da Resolução 189/CONSAD de 2017. A partir de 2022 o processo de avaliação discente será realizado via Sistema de Gestão Acadêmica - Módulo Avaliação institucional.

3.3.5 Avaliação e Acompanhamento dos egressos

O acompanhamento do desempenho profissional de ex-alunos possibilita a permanente avaliação do Projeto Pedagógico e proporciona oportunidades de alterações curriculares que visem à melhoria da formação oferecida, e proporciona ainda o estreitamento das relações da Universidade com as demandas do mundo do trabalho.

O acompanhamento dos Egressos tem o objetivo de manter uma linha permanente de estudos e análises sobre os egressos, a partir das informações coletadas, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho, proporciona oportunidades de alterações curriculares que visem à melhoria da formação oferecida, e proporciona ainda o estreitamento das relações da Universidade com as demandas do mundo do trabalho.

Para atingir esse objetivo, o curso pretende acompanhar dos egressos, bem como a periodicidade destas atividades. Exemplos: Aplicação de questionários para obter avaliações sobre o curso realizado (pontos positivos e negativos), sobre a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas na profissão, interesse em realizar outros cursos de graduação e pós-graduação; questionários de levantamento de opinião dos empregadores dos egressos e associações de classe, envolvimento dos egressos em eventos, seminários, projetos e cursos, etc.

3.4 Recursos Humanos

3.4.1 Corpo docente

O corpo docente que atua no curso de Ciências Econômicas da Fundação Universidade Federal de Rondônia consta do quadro 10, cabendo destacar que se trata do corpo docente formado por professores com vinculação efetiva, estatutários (regidos pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União) e todos lotados no Departamento Acadêmico de Economia.

Quadro 10 - Relação do corpo docente do curso (2023)

ORD	NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Link do Currículo
01	ALDENOR JOSÉ NEVES	MESTRE	T-20	http://lattes.cnpq.br/0945740908583086
02	DARCY RAMOS DA SILVA	MESTRE	DE	http://lattes.cnpq.br/5218835814362745
03	EDILSON LOBO DO NASCIMENTO	ESPECIALISTA	DE	http://lattes.cnpq.br/4907386112675513
04	ERMESON HENRIQUE SILVA DOS REIS	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/6046635809685123
05	ERASMO MOREIRA DE CARVALHO	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/8502022700637033
06	ISRAEL XAVIER BATISTA	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/8235574858558520
07	IDONE BRINGHENTI	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/9648780312388696
08	JONAS CARDOSO	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/3620144970188319
09	JOÃO BATISTA DA LUZ DE SOUZA	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/4134846450104042
10	LUIS FERNANDO MAIA LIMA	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/9578891567232527
11	MANUEL ANTONIO V. BORRERO	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/5500979606443439
12	NEIMA QUELE ALMEIDA DA SILVA	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/8970488179045644
13	OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/2813191818011583
14	SILVIO RODRIGUES PERSIVO CUNHA	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/1643025042508648
15	WALBERTI SAITH	DOUTOR	DE	http://lattes.cnpq.br/8648772817824994

Legenda: DE = Dedicção Exclusiva T-20 = Regime de 20 horas e T-40 = Regime de 40 horas

Fonte: DACE/UNIR

Da primeira reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas em 2007 à atual, a representatividade de professores doutores aumentou significativamente, conforme pode ser observado no quadro 11, apontando para uma evolução qualitativa do corpo docente do curso.

Quadro 13- Evolução da qualificação do corpo docente (2014)

ANO	Titulação		
	Doutores	Mestres	Especialistas
PPC de 2007	25%	67%	8%
PPC de 2014	29%	64%	7%
PPC de 2024	80%	13%	7%

Fonte: DACE/UNIR

Do quadro 11 observa-se que houve redução do número de mestres e aumento do número de doutores, estes últimos ocupando na atualidade 80% do total do quadro de professores do curso. Esse aumento de doutores é positivo, pois mostra os esforços de qualificação técnica realizados pelos professores e pela instituição. Desta forma, o perfil do corpo docente do curso de Ciências Econômicas da UNIR é formado atualmente de forma majoritária por professores doutores, encontrando-se em processo de transição de forma a ampliar o quadro qualificado de seus docentes.

O perfil almejado do corpo docente do curso de Ciências Econômicas da UNIR sempre foi de um quadro formado por professores doutores e este perfil vem sendo alcançado, tanto pela formação do quadro já consolidado como pela contratação de novos docentes via concurso público, como pode ser observado no último concurso realizado em 2021. Na oportunidade foram abertas duas vagas para substituição de dois docentes (Maurílio Galvão da Silva – aposentadoria; e José Evandro Bastos Oliveira – motivo de falecimento), sendo que, em razão da ausência de programas de Pós-Graduação na área de Economia nessa porção da Amazônia Ocidental, o edital exigiu apenas a graduação em Ciências Econômicas, contudo, um dos docentes aprovados no certame possui titulação de doutor na área de economia e o outro docente aprovado está concluindo o doutorado em Economia, ambos já foram convocados e encontram-se exercendo suas atividades docentes.

O quadro 12 (abaixo) apresenta a relação do corpo docente por componente curricular do curso de Ciências Econômicas da UNIR, tanto de disciplinas ministradas no curso de Ciências Econômicas por professores do departamento de Economia e de outros departamentos, como disciplinas de outros cursos, ministradas por professores do Departamento de Economia da UNIR.

Quadro 14 - Relação Corpo Docente x Componente Curricular – Disciplinas.

Docentes por Área/Subárea/Componente Curricular – Componentes do Curso de Economia		
Nome do Docente	Área/Subárea – Tabela da CAPES	Componente Curricular
Aldenor José Neves	Economia/ Economia Geral	Introdução à Economia
	Economia/ Teoria Econômica	Orçamento Público
	Economia/ Teoria Econômica	Economia do Setor Público
Darcy Ramos da Silva Neto	Economia/ Teoria Econômica	Microeconomia I e II
	Economia/ Teoria Econômica	Introdução à economia
	Economia/ História Do Pensamento Econômico	História do pensamento econômico
	Economia/ Teoria Econômica	Economia regional e urbana
	Economia/ História Do Pensamento Econômico	Economia brasileira
	Economia/ Teoria Econômica	Microeconometria
Edílson Lobo do Nascimento	Economia/ História Do Pensamento Econômico	Economia Brasileira Contemporânea
	Economia/ História Do Pensamento Econômico	Economia Política
Ermeson Henrique Silva Reis	Economia/ Teoria Econômica	Contabilidade Social
	Economia/ Teoria Econômica	Desenvolvimento Econômico
	Economia/ Teoria Econômica	Macroeconomia I
	Economia/ Teoria Econômica	Macroeconomia II
	Economia/ Teoria Monetária E Financeira	Economia Monetária
	Economia/ Economia Matemática	Matemática I
	Economia/ Economia Matemática	Matemática II
Erasmus Moreira de Carvalho	Administração / Ciências Contábeis	Análise das Demonstrações Financeiras
	Técnica de pesquisa	Metodologia do Trabalho Científico
	Administração / Ciências Contábeis	Técnica de Pesquisa em Economia
Israel Xavier Batista	Economia/ Teoria Econômica	Economia do Meio Ambiente
	Economia/ História Do Pensamento Econômico	Formação Econômica do Brasil
Idone Bringhamti	Sociologia / Fundamentos Da Sociologia	Sociologia
	Filosofia/ História Da Filosofia	Filosofia
	Economia/ Teoria Econômica	Tópicos Especiais em Economia
Iluska Lobo Braga (*)	Administração / Ciências Contábeis	Análise das Demonstrações Financeiras
Jonas Cardoso	Economia/ História Do Pensamento Econômico	História do Pensamento Econômico
	Economia/ História Do Pensamento Econômico	Formação Econômica do Brasil
	Economia/ História Do Pensamento Econômico	Economia Política
	Economia/ Teoria Econômica	Macroeconomia
	Economia/ Teoria Econômica	Contabilidade Social
	Economia/ História Do Pensamento Econômico	Economia Brasileira Contemporânea

	Economia/Teoria Econômica	Economia Monetária
	Economia/ Teoria Econômica	Desenvolvimento Econômico
	Economia/ História Do Pensamento Econômico	Economia da Amazônia
	Economia/Teoria Econômica	Economia Internacional
	Economia/ Teoria Econômica	Economia do Meio Ambiente
	Economia/Economia Regional	Economia Regional e Urbana
	Economia/Mercado De Trabalho; Política Do Governo	Economia do Trabalho
	Economia/Economia Geral	Técnicas de pesquisa em Economia
João Batista da Luz de Souza	Economia/ Economia Geral	Elaboração e Análise de Projetos
	Economia/ Demografia	Economia Financeira
	Economia/ Economia Geral	Economia Empresarial
Luis Fernando Maia Lima	Economia/ Economia Matemática	Matemática I
	Economia/ Economia Matemática	Matemática II
	Economia/ Economia Matemática	Estatística Econômica e Introdução à Econometria
Luís Flávio da Paz (*)	Letras / língua portuguesa	Comunicação Empresarial
Manuel Antonio Valdés Borrero	Economia/ Economia Matemática	Matemática Financeira
	Economia/ Teoria Econômica	Microeconomia I
	Economia/ Teoria Econômica	Microeconomia II
	Economia/ Teoria Econômica	Microeconomia III
	Economia/ Teoria Econômica	Economia Industrial
Neima Quele Almeida da Silva	Economia/ Teoria Econômica	Introdução à economia
	Economia/ Teoria Econômica	Desenvolvimento Econômico
	Economia/ Teoria Econômica	Economia do Meio Ambiente
Otacílio Moreira de Carvalho Costa	Economia/ Economia Geral	Metodologia do Trabalho Científico
	Economia/ Organização Industrial E Estudos Industriais	Regulação Econômica e Defesa da Concorrência
	Economia/ Economia Geral	Técnicas de Pesquisa em Economia
Silvio Rodrigues Persivo Cunha	Economia/ Teoria Econômica	Economia Monetária
	Economia/ Teoria Econômica	Economia Internacional
	Economia/ História Do Pensamento Econômico	História do Pensamento Econômico
Walberti Saith	Economia/ Métodos Quantitativos Em Economia	Econometria I
	Economia/ Métodos Quantitativos Em Economia	Econometria II
	Economia/ Métodos Quantitativos Em Economia	Mercado de Capitais
Docentes por Área/Subárea/Componente Curricular – Componentes Curriculares de outros Cursos Ministrados por Docentes de Economia		
Israel Xavier Batista	Economia/ Economia Geral	Economia (Curso de Geografia)
Otacílio Moreira de Carvalho Costa	Economia/ Teoria Econômica	Noções de Economia (Curso de Engenharia Elétrica)
Silvio Rodrigues Persivo Cunha	Economia/ Teoria Econômica	Economia Internacional e Comércio Exterior (Administração)

Fonte: DACE, 2022 (*) Docentes de outros departamentos que ministram disciplinas no curso de Ciências Econômicas

O corpo docente do curso de Ciências Econômicas possui um perfil que contempla todos os conteúdos da área das Ciências Econômicas: formação geral, formação teórico-quantitativa, formação histórica e formação teórico-prático. Além dessa sólida formação e qualificação, o corpo docente do curso está habilitado para a formação acadêmica nas áreas do setor público, do mercado, da economia regional entre outras áreas de formação econômica. Desta forma, o quadro docente do curso de Ciências Econômicas da Fundação Universidade Federal de Rondônia reúne integral condições de atender a grade proposta neste Projeto, não havendo a necessidade, neste momento, de novas contratações para suprir demandas.

Também houve aumento do tempo de trabalho dedicado ao curso. Conforme o quadro 13, abaixo, 93% dos professores do curso de Ciências Econômicas trabalham em regime de dedicação exclusiva.

Quadro 15: Regime de Trabalho

ANO	T-20	T-40	DE
2007	17%	17%	67%
2014	13%	13%	73%
2022	7%	0	93%

Fonte: DACE/UNIR

Legenda: DE = Dedicação Exclusiva; T-20 = Regime de 20 horas e T-40 = Regime de 40 horas

3.4.2 Corpo técnico

O corpo técnico do Departamento Acadêmico de Economia da Fundação Universidade Federal de Rondônia é formado por uma servidora que possui formação superior na área de Secretariado Executivo Bilingue e especialização em Metodologia do Ensino Superior.

Quadro 14- Relação do corpo técnico do curso (2022)

ORD	NOME	QUALIFICAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
01	Aline Barros Saab	Especialista	T-40

Fonte: NDE/Economia/2022.

3.4.3 Corpo Discente

O corpo discente é constituído pelos discentes matriculados no curso de Ciências Econômica da Unir, na condição de regulares ou especiais. Neste sentido, os discentes podem indicar um representante discente através de eleição, com mandato de um ano, o qual pode reeleger-se uma vez. A função do representante discente é representar, dentro do Conselho do Departamento, os interesses do corpo discente. Para isso, deverá participar de todas as reuniões expondo as ideias dos discentes sobre os assuntos discutidos e votando. As atividades de um representante discente incluem ouvir e debater com seus pares e docentes os diversos temas que envolvem o curso. Deve também levar as sugestões, dúvidas e reclamações dos discentes para serem avaliadas pelo colegiado, além de contribuir para a obtenção de soluções ou respostas e, posteriormente, informar aos discentes as decisões do colegiado.

4. INFRAESTRUTURA DO CURSO

A UNIR, historicamente, nunca deu prioridade para ambiente de trabalho dos docentes em tempo integral. Alguns cursos até possuem espaços de trabalho para os docentes. Mas são espaços compartilhados, não garantindo um ambiente propício para estudos ou atendimento dos discentes devido ao fluxo de pessoas e burburinho.

O Curso de Ciências Econômicas tem um espaço de trabalho compartilhado no qual os professores podem utilizar para estudos e atendimento dos discentes. Mas ainda não possui o ideal, que seriam espaços individualizados.

Dentro deste contexto, urge a necessidade do Departamento solicitar via SEI a implantação de tais espaços no âmbito da UNIR pois são essenciais para a avaliação de Curso.

4.1 Infraestrutura administrativa do Curso

O Departamento possui uma sala para uso da Chefia do Departamento que acumula a função de coordenador de Curso. A sala está equipada com mesas, cadeiras, armários e computadores. Os professores do Curso têm sala fica no primeiro andar do prédio do NUCSA e dispõe de mesas e cadeiras.

4.2 Infraestrutura básica utilizada no ensino

4.2.1 Salas de Aula

As salas de aula do Curso possuem estrutura para uso de equipamentos multimídia e as mesas e cadeiras foram desenhadas em formato apropriado para que favorecesse dinâmicas em sala de aula, o que permite uma gama de atividades interativas.

O Curso utiliza cinco salas de aula. Quatro salas para aulas previstas no semestre e uma sala para disciplinas especiais. São quatro salas de aulas (Bloco G, salas 201 a 204); as dimensões das salas de aula são (7,30m x 8,60m x 2,80m) (comprimento; largura; altura). Capacidade para 55 alunos em cada sala.

4.2.2 Laboratórios

O Curso possui estrutura apropriada no Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas para que os alunos tenham acesso a equipamentos de informática. O Laboratório do NUCSA, com capacidade para trinta alunos, tem softwares atualizados, que, com os equipamentos, passam por avaliações periódicas realizadas pelos docentes que utilizam o laboratório em conjunto com técnicos e estagiários de informática.

O Curso ainda conta com projetores multimídias à disposição dos docentes para quatro turmas. Torna-se necessário a aquisição de, pelo menos, mais um projetor multimídia para fazer frente a demanda do Curso. O Curso tem dois computadores para uso da coordenação. Os docentes utilizam seus próprios notebooks para pesquisa, ensino e extensão. Torna-se necessário a aquisição de, pelo menos, treze notebooks para fazer frente a demanda do Curso.

4.2.3 Biblioteca

A Biblioteca possui acervo físico tombado e informatizado e acervo virtual registrado na IES com contrato que garante acesso ininterrupto aos usuários. O acervo da bibliografia básica está adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado. A biblioteca possui espaço informatizado físico e virtual para que os alunos possam consultar as obras. O acervo virtual encontra-se disponível na plataforma da Pearson, que possui os principais livros utilizados nas disciplinas.

4.3. Acessibilidades (arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológica)

O caderno de orientações para elaboração de projetos pedagógicos de curso da UNIR (2022) especifica os seguintes aspectos referentes à acessibilidade a serem observados: arquitetônico, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológico.

Considerando-se os espaços básicos de uso pelos servidores (docentes e técnicos) e alunos do Curso de Ciências Econômicas, no Campus de Porto Velho da UNIR, ou seja, prédio administrativo, prédio de salas de aula, biblioteca, auditórios, restaurante e espaço de convivência, todos esses espaços, no aspecto arquitetônico, apresentam vaga de

estacionamento para cadeirante e idoso (acesso adequado dela aos corredores), piso tátil direcional e alerta, sanitário para pessoa com deficiência e rampa de acesso a pavimento acima do térreo.

Quanto ao aspecto atitudinal, o Departamento trabalha cada semestre, visando ações afirmativas para que os alunos, docentes e técnicos possam reconhecer sinais de preconceito, especialmente em relação a pessoa com deficiência. No tocante aos aspectos comunicacional, digital, instrumental e metodológico, o Curso buscará meios de atendê-los toda vez que nele ingressar um aluno com deficiência.

4.4 Outros espaços.

O curso tem acesso à cantina próxima às salas de aula. Para eventos de pequeno porte o curso utiliza o mini auditório do NUCSA. Para eventos maiores, pode reservar outros espaços do Campi, como o auditório Paulo Freire ou o Auditório do Curso de Geografia. Centros de convivência, anfiteatro, áreas de lazer/espaços livres, espaços de convivência, espaços esportivos e sanitários são de uso comum com os demais cursos da UNIR.

Atualmente o curso conta com uma sala de aproximadamente 100 metros quadrados em que desenvolve atividades do Programa de Educação Tutorial, do Grupo de Pesquisa em Economia da Amazônia – GPEAM e de local de estudos e pesquisas dos docentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INEP. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Presencial e a Distância. Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília-DF: <http://www.publicacoes.inep.gov.br>, 2017.

Ministério da Educação-MEC/Conselho Nacional de Educação-CNE/Câmara de Educação Superior-CES. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, Resolução N° 7/CNE/CES de 10/12/2018. Publicado em: 19/12/2018 | Edição: 243 | Seção: 1 | Página: 49.

Ministério da Educação-MEC/Conselho Nacional de Educação-CNE/Câmara de Educação Superior-CES. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências. Resolução CNE/CES 4/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 2007, Seção 1, pp. 22,23.

Universidade Federal de Rondônia, CONSEA. Regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia. Resolução n.º 278/ CONSEA, de 04 de junho de 2012.

Universidade Federal de Rondônia, CONSEA. Resolução 388/CONSEA/UNIR/2022. Regulamenta o processo de avaliação discente dos cursos de graduação da UNIR - Revoga a Resolução 251/1997/CONSEPE. Porto Velho: UNIR/CONSEA/RESOLUÇÃO N° 338, DE 14 DE JULHO DE 2021.

Universidade Federal de Rondônia, CONSUN. Resolução 36/CONSUN/UNIR/2018. Aprova o Regulamento para o processo de desligamento (jubramento) de discentes da Fundação Universidade Federal de Rondônia, disposto nos artigos 83, caput e §1º e 85, incisos I e II do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Revoga Resolução 519/CONSEA, de 12/03/2018. Porto Velho: CONSUN/UNR, 11/07/2018.

Universidade Federal de Rondônia, NUCSA, Art. 1º RETIFICAR portaria 27/NUCSA/UNIR de 16/05/19, publicada no Boletim de Serviço nº04 17/05/19, que designou os membros para a constituição do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Ciências Econômicas, PORTARIA N° 79/2019/SEC-NUCSA/NUCSA/UNIR no BS N° 086 de 31/10/2019.

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2014 – 2018/Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO. Porto Velho, Rondônia: UNIR/ RO, 2014. 177p.

Fundação Universidade Federal de Rondônia. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2019-2024 / Fundação Universidade Federal de Rondônia – Porto Velho, RO, 2019. 374p.: il.

Fundação Universidade Federal de Rondônia. Plano de Desenvolvimento Institucional-Pró-reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA). Guia do Estudante. UNIR: PROCEA, 2015

Fundação Universidade Federal de Rondônia. Resolução 439/CONSEA/2016. Regimento Interno dos Núcleos Docentes Estruturantes -NDE dos cursos do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas-NUCSA, Campus José Ribeiro Filho. Porto Velho: CONSEA/UNIR, 06/05/2016.

Fundação Universidade Federal de Rondônia. Resolução 190/CONSAD/2017. Institui o Repositório Institucional (RIUNIR) e sua política de funcionamento. Porto Velho: UNIR/CONSAD/ 04/12/2017.

Fundação Universidade Federal de Rondônia. Pró-reitoria de Graduação. Caderno de Orientações para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso: Comentado / Fundação Universidade Federal de Rondônia; Elaborado por Verônica Ribeiro da Silva Cordovil; Laudilene Olenka; Angélica Viriato Ortiz Alves; Ana Carolina Kuhn– Porto Velho, RO, 2022.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Aspectos da população de Rondônia"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-populacao-rondonia.htm>. Acesso em 13 de abril de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007, Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Resolução CNE/CES 2/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Estudo Realizado pelo Prof. Dr. Luís Fernando Maia Lima sobre o Número recomendável de Vagas para o Curso de Ciências Econômicas.

CÁLCULO DO NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS ANUAIS VIA VESTIBULAR.

Considerando que cada docente deva ministrar 8 horas semanais (artigo 57 da Lei 9394/1996) e considerando 200 dias de período letivo ou 40 semanas; temos que cada docente necessita ministrar (8×40) 320 horas anuais.

Como o projeto pedagógico contempla 3200 horas; então há necessidade de no mínimo $(3200 / 320)$ 10 docentes.

Considerando a meta 12.3 da Lei 13005/2014 de que relação docente/discente deva ser de 18; então 10 docentes correspondem a (10×18) 180 alunos.

Considerando que são 4 anos de curso; então por ano a entrada de alunos deve ser de $(180/4) =$ mínimo de **45 vagas anuais.**

CÁLCULO DO NÚMERO MÁXIMO DE VAGAS ANUAIS VIA VESTIBULAR.

Considerando que no momento há 15 docentes; e tendo em vista a meta 12.3 da Lei 13005/2014 de que relação docente/discente deva ser de 18; então 15 docentes correspondem a (15×18) 270 alunos.

Considerando que são 4 anos de curso; então por ano a entrada de alunos deve ser de $(270/4)$ **67,5 vagas anuais.**

Observação importante: Dos 15 docentes efetivos; somente 13 são de fatos economistas (o docente Luís Fernando Maia Lima é engenheiro civil e leciona apenas as disciplinas de matemática e Idone Bringheti formado em engenharia civil e Filosofia irá lecionar a disciplina de sociologia e filosofia para os cursos do NUCSA). Neste caso:

Há 13 docentes com formação em economia; e tendo em vista a meta 12.3 da Lei 13005/2014 de que relação docente/discente deva ser de 18; então 13 docentes correspondem a (13×18) 234 alunos.

Considerando os 4 anos de curso; então por ano a entrada de alunos deve ser de (234/4) **58,5 vagas anuais.**

CÁLCULO DO NÚMERO MÁXIMO DE VAGAS ANUAIS VIA VESTIBULAR.

Considerando uma adaptação (originalmente é para o Curso de Direito) para o curso de Ciências Econômicas do artigo 3º da Instrução Normativa nº 1/2017 SERES (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior) então:

$$V = 5*(ODP + 2CDT + 3IF)$$

V:= número máximo de vagas anuais

ODP: conceito do curso na dimensão Organização Didático-Pedagógica

CDT: conceito do curso na dimensão Corpo Docente e Tutorial

IF: conceito do curso na dimensão Infraestrutura;

Considerando os valores atribuídos pela comissão de acompanhamento *in loco* de fevereiro/março de 2019; a pontuação do Curso de Ciências Econômicas foi:

$$ODT = 3; CDT = 3,56; IF = 3,13.$$

Substituindo os valores na fórmula acima, vem:

$$V = 5*[3 + 2*(3,56) + 3*(3,13)]; \text{ portanto: } V = 5*[3 + 7,12 + 9,39]; V = 5*[19,51]$$

$$V = 97,55 \text{ vagas anuais.}$$

Observação Importante: $97,55*4 \text{ anos} = 390,2 \text{ vagas}$. Considerando 15 docentes lotados no departamento; então: $390,2/15 = 26 \text{ alunos/docente}$.

CÁLCULO DO NÚMERO MÁXIMO DE VAGAS ANUAIS VIA VESTIBULAR.

Considerando que são 4 salas de aulas (Bloco G, salas 201 a 204); as dimensões das salas de aula são (7,30m x 8,60m x 2,80m) (comprimento; largura; altura).

Considerando que o docente necessita de 1m para exercer suas atividades; a largura de 8,60m na realidade fica 7,60m.

Assim, a área útil de sala de aula fica (7,30m x 7,60m) ou 55,48m². Considerando que cada aluno ocupe uma área de 1m² (1m x 1m); então cada sala de aula comporta no máximo 55 alunos.

Considerando que para cada turma aberta deve haver um percentual de reserva de 10% de vagas para discentes repetentes, então a distribuição de vagas deve ser 50 alunos ingressantes + 5 vagas para discentes repetentes.

Em suma, há uma limitação física para a entrada de ingressantes de 50 vagas anuais.

Quadro 16 – Número de Vagas

Critério	Vagas	Observação
Mínimo	45	Considera o mínimo de 10 docentes e relação 18 alunos/docente
Máximo	67,5	Considera 15 docentes lotados no departamento e a relação 18 alunos/docente
Máximo	58,5	Considera 13 docentes economistas lotados no departamento e a relação 18 alunos/docente
Máximo	97,55	Considera uma adaptação do artigo 3º da Instrução Normativa nº 1/2017 SERES. Relação alunos/docente = 26.
Máximo	50	A sala de aula possui uma área útil de 55 m ² . Com uma reserva de 10% das vagas para discentes repetentes; há capacidade para 50 novos alunos ingressantes e 5 vagas para discentes repetentes.

Resumo: o número de vagas varia de 45 (mínimo) a 97,55 (máximo). Todavia, o número máximo recomendável é entre 50 (cinquenta) vagas anuais por limitação do espaço físico da sala de aula. (neste caso, a relação aluno/docente fica igual a 13,3).

A tabela 1 mostra o número de interessados no curso via vestibular.

Tabela 2 - Demanda De Vagas Para O Curso De Ciências Econômicas Da UNIR Entre 2009 A 2019

Ano	Candidatos	Vagas	Demanda candidatos/vaga
2021	96	50	1,92
2020	154	50	3,08
2019	187	50	3,74
2018	182	50	3,64
2017	223	50	4,46
2016	488	100	4,88
2015	Não houve vestibular	-	-
2014	Não houve vestibular	-	-
2013	186	50	3,72
2012	211	44	4,80
2011	101	50	2,02
2010	145	40	3,63
2009	164	45	3,64

Fonte: Elaborada pelo NDE Economia com base em informações disponibilizadas pela COPEVE-UNIR (2022).

Observa-se que a demanda da sociedade por vagas é sempre superior a 3; excetuando-se o ano de 2011 e o ano de 2021 (com 1,96 candidatos por vaga). No caso específico de 2021, o valor encontrado pode ser atribuído a pandemia de COVID-2019, todavia, também ressalta-se que a demanda é quase de dois candidatos por vaga.

Infraestrutura Física

- 4 salas de aulas (Bloco G, salas 201 a 204); as dimensões das salas de aula são (7,30m x 8,60m x 2,80m) (comprimento; largura; altura). Capacidade para 55 alunos em cada sala.

- Sala coletiva (Bloco D; sala 102) para docentes do curso; as dimensões da sala são (6,00m x 7,15m x 4,50m) (comprimento; largura; altura).

- Sala para Chefia do Departamento (Prédio do NUCSA); as dimensões da sala são (2,85m x 6,90m x 2,90m) (comprimento; largura; altura).

- Sala para o Laboratório de Informática; possui 23 computadores; as dimensões da sala são (6,00m x 7,15m x 4,50m) (comprimento; largura; altura).

APÊNDICE II - REGULAMENTO DE “ATIVIDADES COMPLEMENTARES” DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - UNIR - PORTO VELHO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O presente Regulamento tem por finalidade estabelecer os parâmetros a serem observados quanto à oferta, avaliação e aproveitamento das Atividades Complementares (AC) realizadas pelos acadêmicos do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UNIR – *Campus* José Ribeiro Filho.

Parágrafo único. O cumprimento das Atividades Complementares, na forma e prazos previstos no presente Regulamento, é indispensável para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Art. 2º - As Atividades Complementares representam uma modalidade específica de atuação acadêmica. Por meio delas, o acadêmico, regularmente matriculado no Curso de Ciências Econômicas da UNIR, poderá desenvolver atividades extraclasse que aperfeiçoarão o processo de ensino e aprendizagem, promovendo ganhos substanciais à formação do mesmo.

Parágrafo único. A participação dos acadêmicos em programas ou atividades de ensino, pesquisa e extensão será validada quando a mesma for pertinente e útil à formação profissional e quando atender aos objetivos do curso, conforme modalidades definidas no artigo 4º deste Regulamento.

Art. 3º - As Atividades Complementares têm como objetivos:

- I. Complementar a formação do acadêmico de Ciências Econômicas;
- II. Possibilitar o aprofundamento temático, tendo como base os preceitos da interdisciplinaridade e da transversalidade, necessários à formação profissional;
- III. Desenvolver competências e habilidades mediante a participação em programa de Monitoria Acadêmica, de maneira voluntária ou remunerada;
- IV. Fomentar a iniciação à pesquisa e à extensão;
- V. Contribuir para uma formação ética e prática, dando oportunidade para o acadêmico participar de projetos e ações socioambientais;
- VI. Incentivar a reflexão crítica e o desenvolvimento do senso de responsabilidade social;
- VII. Incentivar à reflexão crítica, suscitando o senso de responsabilidade e a participação efetiva do acadêmico na sociedade.

CAPÍTULO II

MODALIDADES DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.

Art. 4º - As modalidades de Atividades Complementares são:

- I. Grupos de Estudos Dirigidos;
- II. Projetos de Iniciação Científica;
- III. Palestras, Seminários, Conferências, Congressos, Jornadas e similares, não enquadradas como atividades de extensão ofertadas pela UNIR;
- IV. Atividades artísticas e culturais na área de Economia;
- V. Intercâmbios;

- VI. Cursos profissionalizantes correlatos ao curso de Ciências Econômicas;
- VII. Monitoria de Ensino;
- VIII. Voluntariado na prestação de serviços junto à comunidade; e
- IX. Outras atividades que contribuam para o aprimoramento do conhecimento dos acadêmicos na área das Ciências Econômicas.

Art. 5º - Os Grupos de Estudos Dirigidos podem ser formados por no máximo doze acadêmicos do Curso, os quais estarão sob a orientação de um docente do DACE. Os acadêmicos realizarão atividades de estudo e pesquisa e deverão apresentar os resultados por meio de colóquios, mediante cronograma mensal preestabelecido.

Parágrafo único. Para fins de acompanhamento, os membros dos Grupos de Estudos Dirigidos apresentarão relatórios (parciais e finais) de atividades desenvolvidas.

Art. 6º - Por atividades de iniciação científica considera-se a participação do acadêmico em:

- I. Projeto de iniciação científica desenvolvido por professor orientador do curso de Ciências Econômicas ou área afim da UNIR – Porto Velho;
- II. Publicação de trabalhos em periódicos acadêmico-científicos e anais de Congressos Científicos e similares;
- III. Eventos de iniciação científica ou em Congressos Científicos relacionados a projetos dos quais participe.

Parágrafo único. Os projetos de iniciação científica destinados ao cumprimento das Atividades Complementares que forem propostos por iniciativa dos docentes do Curso de Ciências Econômicas deverão ser previamente submetidos à aprovação do CONDEP, à homologação pelo Conselho do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (CONUCSA) e, posteriormente, enviados à Câmara de Pesquisa e Extensão. Ao concluírem os projetos, deverão apresentar relatório de execução, submetendo-os aos trâmites pertinentes para aprovação e registro.

Art. 7º - É facultado aos acadêmicos, para fins de cômputo das horas de Atividades Complementares, a participação em palestras, seminários, conferências, congressos, jornadas e similares, desde que devidamente comprovados e que tenham relação com as áreas de formação profissional do Curso de Ciências Econômicas e frequentados durante o seu transcorrer, observando-se a distribuição da carga horária destinada as Atividades Complementares conforme o PPC.

Art. 8º - Por Cursos profissionalizantes correlatos às Ciências Econômicas compreendem-se os de idiomas, informática, oratória, mercado financeiro, análise e elaboração de projetos, atividades contábeis, gestão e negócios, direito e outros, desde que sejam relevantes à formação profissional do acadêmico e frequentados durante o transcorrer do curso, observando-se a distribuição da carga horária destinada as Atividades Complementares conforme o PPC.

Parágrafo único. Os Cursos profissionalizantes correlatos às Ciências Econômicas, destinados às atividades complementares, devem compreender uma carga horária mínima de 10 (dez) horas.

Art. 9º - A monitoria de ensino refere-se à participação em atividades de iniciação à docência, mediante a realização de programas de ensino e contando com o apoio e orientação do corpo docente. Pode ocorrer tanto na graduação quanto em projetos de extensão desenvolvidos no *campus* da UNIR em Porto Velho, não necessariamente no

âmbito do curso de Ciências Econômicas, mas que contemple conteúdo das disciplinas do curso, especificamente.

Art. 10 – O acadêmico poderá cumprir estágio supervisionado não obrigatório, **mas não serão aceitas como Atividades Complementares pelo presente Regulamento**, em cumprimento da Resolução 04/CNE/CES, de 13/07/2007.

Art. 11 – O acadêmico poderá participar ainda como voluntário em atividades de prestação de serviços junto à comunidade, não necessariamente relacionadas à formação profissional.

Parágrafo único. Compete ao acadêmico apresentar documentação hábil para comprovação das referidas atividades.

Art. 12 – O acadêmico poderá participar em atividades artísticas e culturais, como produção e atuação em peças teatrais, produção de músicas, poemas, cordéis, desenhos, entre outras atividades artísticas e culturais, desde que devidamente registrada e que envolvam temas de economia.

CAPÍTULO III

CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 13 – Conforme estabelecido no PPC do curso de Ciências Econômicas da UNIR Campus José Ribeiro Filho, o acadêmico regularmente matriculado deverá cumprir, obrigatoriamente, a carga horária de Atividades Complementares previstas na Matriz Curricular do Curso, ofertados do segundo ao oitavo período.

§ 1º - Compete ao acadêmico requerer a convalidação das horas de Atividades Complementares, nos períodos fixados, a partir da inserção, no SIGAA, dos certificados e outros documentos comprobatórios das atividades desenvolvidas, sob pena de não validação das horas necessárias ao cumprimento das Atividades Complementares apresentadas.

§ 2º - As Atividades Complementares têm carga horária total de 40 (quarenta) horas, distribuídas ao longo do Curso.

Art. 14 – O docente responsável pela Coordenação das Atividades Complementares, quando da validação da carga horária apresentada pelo acadêmico a este título, observará que:

- I. A comprovação dar-se-á mediante apresentação de documentos e/ou certificados oficiais, com suas respectivas horas;
- II. O requerimento da convalidação de horas das AC deverá ser acompanhado dos documentos comprobatórios juntados ao SIGAA, cujo modelo de requerimento será disponibilizado pelo docente, caso não haja tal procedimento no SIGAA;
- III. Compete ao acadêmico proceder à complementação de informações ou documentos, quando solicitado;
- IV. As Atividades Complementares devem contemplar uma visão inter e pluridisciplinar, visando à formação ampla do acadêmico que está em contato com outras áreas do saber;
- V. Com vistas a contemplar a pluralidade na formação, a carga horária total deve contemplar pelo menos quatro das modalidades previstas no art. 4º, objetivando

promover a diversificação da prática entre as modalidades.

Parágrafo único. Constatadas quaisquer irregularidades nos certificados apresentados pelos acadêmicos, além do não aproveitamento das referidas horas, estarão sujeitos às sanções disciplinares na forma do Regimento Geral da Universidade Federal de Rondônia.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 – Os casos omissos neste Regulamento serão analisados pelo Departamento, podendo ser submetidos à apreciação e deliberação do Conselho de Departamento.

Art. 16 – O presente Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

APÊNDICE III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TC) DE ECONOMIA DO DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DACE –

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento tem por finalidade normatizar a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Campus de Porto Velho, definido como Trabalho de Curso (TC) pela Resolução CNE/CES 04/2007 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas) em seu Artigo 10, e assim denominado, sendo indispensável para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 2º. O TC é uma atividade de síntese e integração de conhecimentos adquiridos ao longo do curso, com caráter predominantemente interdisciplinar e tendo como foco principal uma das áreas de Ciências Econômicas.

§ 1º – O TC pode ser um trabalho de aprofundamento ou inédito podendo ter características de experimento, de estudo teórico com conteúdo analítico, de estudo de caso, de realização de projeto, estudo histórico, teórico, ou qualquer outro tipo de estudo de problema que envolva as Ciências Econômicas.

§ 2º – O TC é obrigatório para a integralização do curso, conforme Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e não pode ser substituído por outra atividade.

Art. 3º. Os objetivos gerais do TC residem em propiciar aos alunos do Curso de Graduação em Ciências Econômicas a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, a consulta à bibliografia especializada, o aprimoramento da capacidade de síntese e interpretação, além de outras habilidades e capacidades observadas a partir da elaboração do TC.

Art. 4º. O TC é subdividido em Monografia I e Monografia II, sendo componente curricular registrados como atividade, não formando turmas. Consiste assim, em uma pesquisa individual, realizada sob orientação de um docente que esteja lotado na Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Art. 5º. Em casos excepcionais, havendo a anuência e indicação do orientador, o discente poderá realizar a matrícula simultaneamente em Monografia I e Monografia II. Esta possibilidade é destinada a discentes que já possuem pesquisas realizadas com o professor orientador.

CAPÍTULO II DO TRABALHO DE CURSO E SUAS MODALIDADES

Art. 6º. O acadêmico do curso de Ciências Econômicas poderá optar por uma das modalidades de Trabalho de Curso:

I. Monografia, devendo ser considerada em sua estrutura formal os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT, adotadas em Manual de Trabalho de Curso a ser elaborado pelo Departamento e, quanto ao conteúdo e método, a monografia deverá ser

elaborada e desenvolvida a partir das orientações do professor orientador, contendo a seguinte estrutura: elementos pré-textuais (capa, folha de rosto, resumo, palavras-chave, lista de ilustrações, sumários e outros); introdução, desenvolvimento (referencial teórico ou similar, metodologia, resultados da pesquisa e outros possíveis), considerações finais ou conclusão, referências e elementos pós-textuais devendo ter entre 30 e 45 páginas;

II. Artigo Científico, que segue a mesma dinâmica da monografia, contudo, com a seguinte estrutura: título; autor(es); resumo, palavras-chave; introdução, referencial teórico ou similar; metodologia; resultado; considerações finais ou conclusão; referências. O artigo científico somente será aceito como TC pelo Departamento de Economia, se publicado ou aceito para publicação em periódico da área de economia ou em evento científico que tenha relação com a área de economia, devendo ainda ter anuência do professor orientador para estar considerado apto como TC;

III. Pode optar também por uma das produções abaixo descritas:

- a) patentes e registros de propriedade intelectual que tenha relação com qualquer área de conhecimento das Ciências Econômicas;
- b) desenvolvimento de aplicativos e softwares que tenham relação com qualquer área de conhecimento das Ciências Econômicas;
- c) materiais didáticos e instrucionais voltados para a área de conhecimento da economia;
- d) produção de programas de mídia relacionados à área de economia.

§ 1º. Em relação às demais produções constantes no inciso III, alíneas de “a” a “d”, o acadêmico deverá elaborar documento detalhando a produção, contendo título/tema, introdução contextualizando a produção, metodologia, resultados e, se necessário, o produto desenvolvido na pesquisa.

§ 2º. Qualquer que seja a modalidade de TC optada pelo acadêmico, cada TC servirá para avaliação de apenas um aluno, independentemente de ter sido elaborado de forma coletiva.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO

Art. 7º. O Departamento de Economia da UNIR instituirá uma Coordenação do Trabalho de Curso, escolhido por meio de reunião do Conselho de Departamento, designado a partir de uma Ordem de Serviços editada pela Chefia de Departamento, de forma a conferir atividade administrativa, com mandato por um período de 02 anos.

Art. 8º. Ao coordenador do TC compete:

- I. Elaborar ou atualizar, semestralmente, em conjunto com os demais professores, o calendário das atividades relativas ao Trabalho de Curso (calendário de monografia), inclusive o cronograma das defesas, levando-se em consideração o prazo limite para lançamento das notas e encerramento do semestre, devendo o calendário ser aprovado pelo Conselho de Departamento na primeira reunião do semestre letivo;
- II. Elaborar manual de Trabalho de Curso (TC) e mantê-lo atualizado, de acordo com as normas da ABNT, em conjunto com os professores das disciplinas e submetê-lo à aprovação de Conselho de Departamento do Curso de Ciências Econômicas da UNIR;
- III. Cumprir e fazer cumprir este regulamento;
- IV. Julgar casos especiais e omissos.

CAPÍTULO IV DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 9°. O Trabalho de Curso será desenvolvido sob a orientação de um professor pertencer ao corpo docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, preferencialmente do Departamento Acadêmico de Ciências Econômicas, podendo ser efetivo, substituto ou voluntário. Os docentes voluntários deverão estar credenciados na instituição, conforme normas vigentes. Havendo necessidade, o acadêmico poderá contar com a colaboração de um coorientador, podendo ser de outra instituição, desde que a participação seja solicitada pelo orientador e com atuação voluntária deste, sem ônus para a instituição.

Parágrafo único. O Trabalho de Curso é atividade de natureza acadêmica que exige tempo para a orientação dos discentes. O número de discentes que cada docente poderá orientar será definido em calendário próprio a ser aprovado pelo Conselho de Departamento

Art. 10°. A substituição de orientador só será permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante consentimento do professor substituído.

Art. 11°. O(s) professor(es) orientador(es) tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I. Participar das reuniões convocadas para tratar de assuntos inerentes a orientação;
- II. Atender semanalmente seus alunos orientandos, em horário previamente fixado, sendo dada ciência do mesmo aos acadêmicos;
- III. Autorizar a entrega do TC, mediante comunicação ao Departamento de Ciências Econômicas via e-mail, respeitando o cronograma previamente elaborado, aprovado e publicado no site do departamento, informando que o TC está apto para a defesa e reforçando a composição da banca examinadora a título de sugestão ou, se for o caso, apresentando nova sugestão de composição da banca;
- IV. Participar das defesas para as quais estiver designado, presidindo os trabalhos, se orientador do acadêmico que estiver apresentando;
- V. Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, as fichas de avaliação das monografias e as atas finais das sessões de defesa;
- VI. Comunicar por escrito o desligamento do orientando que se ausentar das orientações por três vezes, sem justificativa;
- VII. Orientar o(s) aluno(s) quanto ao conteúdo, métodos e técnicas de pesquisa a serem adotados na elaboração e desenvolvimento do Trabalho de Curso;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento e as demais orientações definidas no calendário de monografia;
- IX. Consolidar as notas dos TC (Monografia I e Monografia II) junto ao SIGAA ao final de cada semestre letivo.

Art. 12°. A responsabilidade pela elaboração e defesa do TC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

CAPÍTULO V DO PROJETO DE PESQUISA EM ECONOMIA

Art. 13°. As disciplinas diretamente relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso são:

I) Metodologia do Trabalho Científico - Apresentar aos acadêmicos os fundamentos da construção do conhecimento científico a partir da prática da pesquisa científica, o que diferencia o conhecimento científico das outras formas de conhecimento; e

II) Técnicas de Pesquisa em Economia - Proposição de atividades que possibilitem aos acadêmicos a identificação de temas da área de economia, a formulação de problema e estabelecimento de objetivos a área de conhecimento. Bem como, a discussão de métodos e técnicas apropriadas para a investigação científica que culminará em um relatório de pesquisa - Projeto de Pesquisa em Economia.

Parágrafo único: O Projeto de Pesquisa em Economia deve ser elaborado considerando-se, na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT, adotadas no Manual de Trabalho de Curso.

Art. 14°. O Projeto de Pesquisa, desenvolvido na disciplina de Técnicas de Pesquisa em Economia, deverá ser apresentado a possíveis professores orientadores, que a partir da linha de pesquisa e número de orientações que já esteja comprometido irá acolher ou não a orientação.

CAPÍTULO VI INSCRIÇÕES E PRÉ-REQUISITOS

Art. 15°. O calendário das atividades relativas ao Trabalho de Curso, incluirá o cronograma para a matrícula, entrega da monografia, defesas e entrega da versão final, será disponibilizado via SIGAA e site do departamento no início de cada semestre.

Parágrafo único: O calendário acadêmico da UNIR traz a data limite para cada procedimento acadêmico e administrativo. Mas, perante as necessidades de cada departamento existe a prerrogativa de definição de calendário próprio, previamente definido em reunião do departamento e dada publicidade, este é o caso do calendário de monografia que irá orientar o cronograma de matrícula e execução.

Art. 16° Para efetuar a matrícula TCC (Monografia I e Monografia II) o discente deverá ter concluído, no mínimo, 75% da carga horária das disciplinas obrigatórias e ter sido aprovado em Metodologia do Trabalho Científico e Técnicas de Pesquisa em Economia.

CAPÍTULO VII DOS ALUNOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO

Art. 17°. Considera-se aluno em fase de realização do Trabalho de Curso, aquele regularmente cadastrado na atividade de Monografia I e/ou Monografia II, pertencente ao currículo do Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

Art. 18°. O aluno regularmente cadastrado na atividade de Monografia I tem, entre outros, os seguintes deveres:

- I. Manter contato com o professor orientador, segundo calendário definido por este para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;
- II. Cumprir as datas e procedimentos definidos no calendário de monografia;
- III. Entregar ao professor orientador, relatórios parciais sobre as atividades desenvolvidas, na forma e datas por estes designadas;
- IV. Elaborar a versão parcial do TC (Monografia I), de acordo com o presente Regulamento e as instruções oportunamente recebidas;

Parágrafo único: No componente curricular de Monografia I, a avaliação será realizada pelo orientador com base na versão parcial do TC.

Art. 19°. O aluno regularmente cadastrado na atividade de Monografia II tem, entre outros, os seguintes deveres:

- I. Manter contato com o professor orientador, segundo calendário definido por este para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;
- II. Cumprir as datas e procedimentos definidos no calendário de monografia;
- III. Entregar ao professor orientador, relatórios parciais sobre as atividades desenvolvidas, na forma e datas por estes designadas;
- IV. Elaborar a versão final do TC (Monografia II), de acordo com o presente Regulamento e as instruções oportunamente recebidas;
- V. Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defesa do Trabalho, perante a Banca Examinadora.

Art. 20°. Em Monografia I e Monografia II, caso o acadêmico não cumpra os prazos decorrentes deste regulamento, calendário de monografia ou falte a três orientações, sem justificativa, o mesmo será reprovado no componente curricular.

CAPÍTULO VIII DA BANCA EXAMINADORA

Art. 21°. O Trabalho de Curso, referente a Monografia II, será defendido pelo aluno perante banca examinadora designado pelo Departamento de Ciências Econômicas, composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros 2 (dois) membros, que serão sugeridos pelo orientador; sendo que um destes pode ser externo ao Departamento, mediante convite e aprovação do orientador.

§ 1°. A Banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes.

§ 2°. Não havendo o número mínimo de membros da banca examinadora fixado neste artigo, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo para o acadêmico.

Art. 22°. Todos os professores do Departamento Acadêmico de Ciências Econômicas podem ser convocados para participar das bancas examinadoras.

Parágrafo único. Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras.

CAPÍTULO IX DA DEFESA E DA APROVAÇÃO DO TC

Art. 23°. As sessões de defesa dos TC's são públicas.

Art. 24°. A banca examinadora poderá se reunir antes da sessão de defesa pública podendo, se aprovado por maioria, devolver o TC para reformulações, sobretudo em caso de suspeitas de plágio.

Parágrafo único. Nessa situação não será atribuída nota ao acadêmico em relação à atividade de Monografia II, designando-se nova data para defesa.

Art. 25°. Na defesa, o aluno terá de 10 (dez) a 20 (vinte) minutos, a critério do orientador, para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora até 5 (cinco) minutos para fazer sua arguição, considerações e questionamentos, dispondo ainda o discente de 5 (cinco) minutos para responder cada um dos examinadores.

Art. 26°. A atribuição das notas se dará após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando-se em consideração o texto escrito, a exposição oral, o tempo utilizado e a defesa na arguição, a partir de instrumento de avaliação.

§ 1° As notas atribuídas pelos membros da banca deverão ser de 0 a 10 pontos;

§ 2°. A nota final da defesa do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora;

§ 3°. Para aprovação na atividade de Monografia II o aluno deve obter nota igual ou superior a 6,0 (seis) pontos na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Parágrafo único. Caso seja constatado plágio, o acadêmico será reprovado, sem nova possibilidade para refazer o trabalho no mesmo semestre letivo.

Art. 27°. A banca examinadora pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de seu projeto ou TC, após sua defesa oral.

Parágrafo único. Quando requeridas alterações pela banca examinadora, o acadêmico deverá realizar as modificações necessárias no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de reprovação, sem possibilidade de refazer o trabalho no mesmo semestre.

Art. 28°. O aluno que não entregar o TC, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, estará automaticamente reprovado na atividade correspondente.

Art. 29°. Não há recuperação da nota atribuída ao Trabalho de Curso, sendo a aprovação ou reprovação na atividade de Monografia II definitivas para o semestre em que o aluno não cumpriu com a entrega dos respectivos materiais.

§ 1°. Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema de projeto ou TC, e com o mesmo orientador.

§ 2°. Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo para elaboração do Trabalho de Curso, desde a elaboração do projeto de pesquisa, independente de já ter sido considerado apto na disciplina Monografia I.

CAPÍTULO X
DA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DA MONOGRAFIA II

Art. 30°. A versão definitiva do Trabalho de Curso deve ser protocolada junto ao Departamento Acadêmico de Ciências Econômicas, em formato digital, além de inserir o TC com todas as informações necessárias, incluindo ficha catalográfica, ficha de aprovação ou ata de aprovação, no SIGAA, se disponível tal opção.

Art. 31°. A entrega da versão final do Trabalho de Curso é requisito indispensável para a colação de grau e deve ser efetuada de acordo com os prazos estabelecidos e informados ao acadêmico ao final da defesa.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 32°. Este Regulamento entra em vigor após sua aprovação nas instâncias competentes e é parte integrante do PPC do curso de Ciências Econômicas da UNIR, revogando-se todas as demais disposições em contrário.

APÊNDICE IV: REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O presente regulamento tem por finalidade estabelecer os parâmetros a serem observados quanto à oferta, realização, avaliação e aprovação do **Estágio Supervisionado** que será realizado pelos acadêmicos do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – *Campus* José Ribeiro Filho – Porto Velho. O estágio aqui regulamentado se constitui em componente extracurricular, sendo atividade opcional e está concebido em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), Resolução CNE/CES nº 04/2007 do Ministério da Educação, Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 do Ministério do Trabalho e Emprego, e, por fim, da Resolução nº 454/CONSEA/UNIR/2016.

Art. 2º O estágio divide-se em estágio obrigatório e estágio não-obrigatório:

- I. Estágio obrigatório: é aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma; e
- II. Estágio não-obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, podendo ser computado à carga horária das atividades complementares do curso, caso previsto em seu regulamento.

Parágrafo único: O estágio supervisionado do curso de Ciências Econômicas da UNIR é opcional, dar-se-á por escolha do acadêmico, sempre que cumpra o estabelecido neste regulamento, **não sendo acrescida carga horária** ao currículo do acadêmico em razão do cumprimento do estágio e **não será compatível com atividades complementares**.

Art. 3º - O Estágio Supervisionado é atividade educativa opcional, exercido de forma não remunerada, na qual o discente regularmente matriculado no Curso de Ciências Econômicas aplicará os conhecimentos técnicos e científicos adquiridos ao longo do curso, vivenciando, tanto na área pública quanto na área privada, as habilidades e competências necessárias ao profissional das Ciências Econômicas.

Art. 4º - O Estágio Supervisionado tem como objetivos:

- I. Complementar o ensino ministrado por meio de aperfeiçoamento técnico-científico, treinamento prático, desenvolvimento de relacionamento humano e integração com o ambiente profissional;
- II. Despertar a vocação profissional por meio das diferentes áreas de conhecimento propostas pela Economia, possibilitando uma visão global e sistêmica das atividades das Ciências Econômicas;
- III. Contribuir para uma formação ética e profissional do discente ao possibilitar a participação em projetos e ações que envolvam questões socioambientais; e
- IV. Incentivar a reflexão crítica e o desenvolvimento do senso de responsabilidade social.

Art. 5º - É configurado como a parte concedente do estágio o local onde o estudante realiza o Estágio Supervisionado, sendo uma empresa, organizações ou instituição, pública ou privada. A concedente deverá indicar um supervisor/preceptor, sendo profissional com experiência na área que o estudante irá realizar o estágio.

Art. 6º - O Coordenador de Estágio Supervisionado será a coordenação do curso de ciências econômica. O chefe de departamento será o responsável por organizar, coordenar e sistematizar as informações do estágio supervisionado do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 7º - O Termo de compromisso do estagiário é um instrumento jurídico que indica as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso.

Art. 8º - O relatório de estágio caracteriza-se como documento que registra as atividades desenvolvidas pelo estudante durante o estágio, redigido e apresentado pelo acadêmico estagiário e assinado pelo seu supervisor. O documento será necessário para a renovação do período de estágio.

Art. 9º - O Termo de Compromisso e o Plano de Atividades são os documentos indispensáveis para realização de estágio.

CAPÍTULO II DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 10 - O componente de Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas deverá ter duração mínima de 40 (quarenta) horas para ser considerado estágio.

Parágrafo único. A Coordenação de Estágio do curso de Ciências Econômicas poderá emitir, a pedido do aluno interessado e que cumpriu o Estágio, certificado de cumprimento da referida atividade, discriminando as atividades desenvolvidas, as áreas e subáreas de conhecimento em que o acadêmico desenvolveu seu estágio, a carga horária e outras informações relevantes.

Art. 11 - A realização do Estágio se dá mediante:

- I. Convênio entre Universidade e Parte Concedente, em consonância com as normas da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR e legislação vigente;
- II. Termo de Compromisso de Estágio (TCE) celebrado, no início das atividades de Estágio, entre o estudante, a parte concedente e a UNIR, no qual são definidas as condições para o Estágio e o Plano de Atividades do Estagiário, constando menção ao convênio; e
- III. Plano de Atividades do Estagiário deverá ser preenchido em conjunto com o supervisor/preceptor e a coordenação do departamento.

Parágrafo único. Após o término das atividades desenvolvidas junto a Parte Concedente do Estágio Supervisionado, deverão ser entregues à Coordenação:

- I. Relatório Final do Estágio; e
- II. Avaliação do estagiário pela parte concedente do estágio.

Art. 12 - Pode realizar o Estágio Supervisionado o estudante regularmente matriculado no curso.

Parágrafo único. Caso o estágio obrigatório tenha duração superior ao período letivo, o estudante deverá solicitar a renovação de sua matrícula.

Art. 13 - O estudante deverá procurar orientação da coordenação do curso durante o semestre anterior ao do Estágio Supervisionado, e obter cópia do Regulamento do Estágio

Supervisionado diretamente no site do Curso de Ciências Econômicas (UNIR – *Campus* José Ribeiro Filho – Porto Velho).

Art. 14 - Para fins de validação do estágio supervisionado, o mesmo deverá estar contido em pelo menos uma das grandes áreas e subáreas abaixo relacionadas.

ÁREA	SUBÁREA
ECONOMIA EMPRESARIAL	1.1. Projetos de Viabilidade Econômica e Financeira:
	1.1.1. Pesquisa e Análise de Mercado
	1.1.2. Elaboração de Projetos Econômicos
	1.1.3. Análise de Projetos Econômicos
	1.1.4. Avaliação de Projetos Econômicos
	1.1.5. Gestão de Projetos Econômicos
	1.2. Atuação no Mercado Financeiro
	1.3. Análise de Investimentos
	1.4. Avaliação Patrimonial e Econômica de Empresas
	1.5. Perícia, Arbitragem e Mediação Econômica
	1.6. Recuperação Econômica de Empresas
	1.7. Auditoria Empresarial
	1.8. Análise de Conjuntura
	1.9. Cenários Econômicos
	1.10. Consultoria e Assessoria Empresarial
	1.11. Cálculo e Atualização Monetária
	1.12. Economia do Trabalho
1.13. Economia dos Recursos Naturais	
1.14. Economia Rural e do Agronegócio	
1.15. Gestão de Fundos Financeiros	
1.16. Pesquisa e Diagnóstico Socioeconômico	
1.17. Planejamento Estratégico Empresarial	
ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	2.1 Finanças Públicas e Orçamentária
	2.1.1 Elaboração de PPA e do Orçamento Anual
	2.1.2. Acompanhamento da Execução Orçamentária
	2.1.3. Monitoramento e Avaliação do PPA e do Orçamento Anual
	2.2. Auditoria Pública
	2.3. Planejamento e Políticas Públicas
	2.3.1. Política Industrial
	2.3.2. Política Rural
	2.3.3. Política de Desenvolvimento Regional
	2.3.4. Política de Desenvolvimento Comercial
	2.3.5. Política para o Mercado Financeiro
	2.4. Planejamento Estratégico no Setor Público
	2.5. Desenvolvimento de Plano Diretor
2.6. Desenvolvimento de Pesquisas Aplicadas na área de Economia	

Fonte: Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Econômicas

Art. 15 - A avaliação do estágio ocorrerá após a conclusão do mesmo pelo discente, que deverá apresentar um relatório que deverá ser aprovado pelo Coordenador do Curso e pela concedente. A avaliação terá finalidade educativa ou de renovação do período de estágio do discente.

Art. 16 - A duração do estágio não poderá ultrapassar dois anos, na mesma concedente.

Art. 17 - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a

instituição de ensino, a concedente e o estagiário, devendo constar no Termo de Compromisso e ser compatível com as atividades escolares; não ultrapassando seis horas diárias e trinta horas semanais.

Parágrafo único. Se o curso adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no Termo de Compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO.

Art. 18 – Cabe a Coordenação de Estágio do curso as seguintes atribuições:

- I. Elaborar, atualizar e comunicar sistematicamente as regras e o Regulamento de Estágio, em consonância com PPC;
- II. Buscar concedentes e solicitar concessão do estágio, intermediando e acompanhando a elaboração, assinatura e registro de todos os documentos envolvidos na sua efetivação (termo de compromisso, termo de acordo e convênios); e
- III. Buscar e divulgar ofertas de estágios;

Parágrafo único: É de responsabilidade da Universidade Federal de Rondônia disponibilizar ao estagiário em regime de estágio obrigatório seguro contra acidentes pessoais.

CAPÍTULO IV DA PARTE CONCEDENTE

Art. 19 – Cabe à Concedente do estágio supervisionado:

- I. Ofertar instalações e condições de trabalho que possam proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- II. Celebrar Termo de Compromisso de Estágio com a UNIR e o estagiário, zelando por seu cumprimento;
- III. Proporcionar à UNIR, sempre que necessário, o acompanhamento e a supervisão do estágio;
- IV. Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação e/ou experiência profissional na área do estágio, para orientá-lo e supervisioná-lo;
- V. Comunicar à UNIR a interrupção, conclusão ou as eventuais modificações do convênio no Termo de Compromisso de Estágio; e
- VI. Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, em formato padrão disposto pela coordenação de estágio.

CAPÍTULO V DO ESTAGIÁRIO

Art. 20 – Cabe ao Estagiário:

- I. Participar de todas as atividades inerentes à realização dos estágios (reuniões de trabalho, avaliação, planejamento, execução, entre outras);
- II. Desempenhar com ética e dedicação todas as atividades e ações que lhe forem designadas;
- III. Receber bolsa ou outra forma de contraprestação, se for acordado previamente

- com a Concedente;
- IV. Usufruir trinta dias de férias se o estágio tiver duração igual ou superior a um ano, cujo período de gozo deve ser, preferencialmente, durante suas férias escolares e ser remunerado quando o estudante receber bolsa ou outra forma de contraprestação;
 - V. Cumprir as condições fixadas para o estágio, formalizadas no Termo de Compromisso de Estágio, bem como as normas de trabalho estabelecidas pelo Cedente;
 - VI. Elaborar e entregar ao orientador de estágio, relatório(s) sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
 - VII. Comunicar à Coordenação do curso a interrupção, conclusão ou as eventuais modificações do conveniado no Termo de Compromisso de Estágio;
 - VIII. Cumprir o horário estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 - Os casos omissos serão analisados pela Coordenação de Estágio e Atividades Complementares e pelo Departamento, podendo ser submetido à apreciação e deliberação do Conselho de Departamento, se necessário.

Art. 22 – O presente Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação.

APÊNDICE V - REGULAMENTO DAS ATIVIDADE DE EXTENSÃO-ACEX

CAPÍTULO I Das disposições iniciais.

Art. 1º - O presente Regulamento disciplina a realização das atividades de extensão do Departamento Acadêmico de Economia (DACE), da Fundação Universidade Federal de Rondônia, do *Campus* José Ribeiro Filho.

Art. 2º - As atividades de extensão constituem-se em um processo educativo, social, cultural, tecnológico e científico, articuladas com o ensino e a pesquisa, porém registradas, para fins de produção acadêmica, de forma distinta, devendo envolver diretamente a comunidade externa à Universidade.

Parágrafo único. São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução nº 7/2018/CNE/MEC e, conforme, normas institucionais próprias, Resolução nº 111/2019/CONSEA/UNIR.

Art. 3º - As atividades de extensão realizadas no âmbito do Departamento Acadêmico de Economia (DACE) serão creditadas no componente curricular obrigatório como Atividades Curriculares de Extensão (ACEX).

Parágrafo único. As ACEX acarretarão no cumprimento de 10% do total da carga horária do curso, sem que isso gere aumento da carga horária total.

Art. 4º - A colaboração ou envolvimento de outras instituições em propostas extensionistas implicará a necessidade de apresentação de termo de concordância ou que haja acordo de cooperação entre os partícipes.

CAPÍTULO II Das modalidades de ACEX.

Art. 5º - As atividades extensionistas devem estar caracterizadas dentro das seguintes modalidades:

- I. Programas: conjunto articulado de pelo menos duas atividades de extensão, integrados com a pesquisa e o ensino, orientados para um objetivo comum, com previsão de realização de pelo menos dois anos, ou com caráter permanente, sem delimitação de prazo de finalização;
- II. Projetos: ações processuais e contínuas, com objetivos específicos e prazos determinados, podendo estar articulados ou não a um Programa;
- III. Cursos ou oficinas: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, planejados de modo sistemático, não devendo ser confundidos ou equiparados com disciplinas ou outras atividades de ensino;
- IV. Eventos: ações que implicam a exibição pública de conteúdo ou produtos culturais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos, como seminários, simpósios, conferências etc.
- V. Prestações de serviço: oferta de atendimentos ou assistência à comunidade decorrente de saberes constituídos, cujas ações devem ser distintas às disciplinas práticas ou às atividades de estágios curriculares/extracurriculares.

CAPÍTULO III

Da realização e registro das ACEX.

Art. 6º - O curso de ciências econômicas desta IFES deverá disponibilizar atividades de extensão suficientes de forma, que possibilite ao discente, completar o mínimo de 10% (dez por cento) de ACEX até o último período para conclusão do curso.

Art. 7º - A UNIR, e o departamento de Economia (**DACE**), deverão garantir condições para os discentes com deficiência desenvolver as ações de extensão.

Art. 8º - As Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) é um componente curricular que não se confunde com disciplina,

Art. 9º - As propostas de atividades extensionistas devem ser aprovadas no conselho da unidade de lotação do(a) coordenador(a) principal, comprovando-se pela ata da reunião ou declaração da chefia imediata. Depois de aprovadas pelo Conselho competente, as propostas devem ser encaminhadas à PROCEA.

Art. 10 - As propostas deverão conter, dentro de um plano de trabalho, as seguintes informações:

- I. Descrição da área temática, objetivos e justificativa;
- II. Descrição e quantificação aproximada do público-alvo;
- III. Descrição metodológica da ação, destacando os procedimentos a serem adotados, instrumentos e outros recursos necessários;
- IV. Sistema de avaliação, caso necessário;
- V. Descrição da equipe coordenadora, participantes e parceiros, descrevendo a função e a carga horária de cada membro;
- VI. Resultados e/ou produtos esperados;
- VII. Referências, se necessário;
- VIII. Cronograma de execução, detalhando a carga-horária destinada ao público-alvo;
- IX. Anexos e apêndices, nos quais incluem-se a Carta de Aceite de todos os membros da equipe, Termo de Adesão voluntária de membros externos à Unir, Termo de Concordância de outras instituições parceiras, Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas (quando implicar esse tipo de procedimento), bem como outros documentos pertinentes à proposta.

Art. 11 - As ACEX serão registradas no SIGAA como atividades autônomas (não como disciplinas). O registro ficará disponível em atividade autônoma durante o curso todo para o discente inserir em qualquer momento os certificados de extensão até completar a carga horária mínima necessária (10% do total da carga horária do curso).

Art. 12 - Os discentes poderão acessar no portal público do SIGAA as ACEX institucionalizadas de qualquer curso da UNIR e entrarão em contato com a equipe coordenadora da ACEX para solicitar a participação como membro da equipe e definir em que etapa da ação o discente participará.

Art. 13 - Os discentes do curso de ciências econômicas poderão participar de qualquer ACEX desta IFES, desde que esteja institucionalizada na PROCEA, visando a prática interdisciplinar.

Parágrafo único. A possibilidade de interdisciplinaridade não exime a obrigatoriedade do curso em ofertar o mínimo de 10% da carga total do curso como ACEX.

Art. 14 - Após a conclusão da ACEX o coordenador deverá submeter o relatório final ao conselho de departamento e, posteriormente, à PROCEA, para certificação no SIGAA. Os certificados serão disponibilizados para os discentes que participaram da equipe organizadora da ACEX.

Parágrafo único. Não serão expedidos certificados de ACEX para discentes ouvintes/espectadores, apenas para membros de equipes organizadora e executora da ACEX.

Art. 15 - Os certificados de extensão para contabilização das horas no componente curricular ACEX diferenciam-se dos certificados para integralização das horas no componente curricular de Atividades Complementares (AC), conforme participação dos discentes.

CAPÍTULO III **Disposições gerais.**

Art. 16 - A Curricularização da Extensão no curso de ciências econômicas desta IFES entrará em vigor para a turma subsequente à aprovação deste regulamento e este PPC.

Parágrafo único. O curso mantém inalterado o PPC anterior para as questões de Curricularização da Extensão.

Art. 17º - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

APÊNDICE VI - RESOLUÇÃO Nº 531, DE 19 DE MAIO DE 2023
REGULAMENTA AS ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DOCENTES
ESTRUTURANTES- NDE DA UNIR.

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) constitui-se de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2º São atribuições do NDE, em consonância com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a superintendência das diretorias de núcleos/campus:

I - Implementar as ações contidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UNIR;

II - Realizar estudos para a consolidação e a atualização do PPC, para tanto, os membros do NDE poderão solicitar a participação dos demais professores do curso;

III - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso;

VI - Contribuir para a resolução de situações de adaptação curricular para pessoas com deficiência;

V - Elaborar relatório de adequação do acervo da bibliografia básica e complementar;

VI - Recepcionar avaliadores internos e externos à instituição;

VII - Sensibilizar a comunidade acadêmica para a participação das avaliações internas e externas;

VIII - Zelar pelo sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante;

IX - Elaborar anualmente o Relatório de Autoavaliação do curso com base nos insumos fornecidos pela pesquisa realizada pela CPAV junto aos segmentos do curso (Docentes, Discentes e Técnicos);

X - Atender aos normativos internos, quanto a apreciação de matérias, emissão de pareceres e procedimentos acadêmicos;

XI - Assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir continuidade no processo de acompanhamento do curso;

XII - Promover a integração curricular interdisciplinar, horizontal e vertical, entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico;

XIII - Sugerir, quando necessário, a adequação dos planos de ensino aos componentes curriculares que constam nas ementas do Plano Pedagógico do curso;

XIV - Realizar estudos para as disciplinas de monitoria acadêmica, quando consultado.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 3º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação deve ser constituído por membros do corpo docente efetivo do respectivo curso, a saber:

I - Pelo coordenador do Curso, membro nato; e

II - Por, no mínimo, quatro docentes do curso, além do próprio coordenador.

§ 1º Preferencialmente ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, e também preferencialmente com o título de doutor na área do curso.

§ 2º Todos os membros do NDE devem ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, excetuando-se cursos que apresentam mais de 40% do corpo docente com outro regime de trabalho.

§ 3º A composição do NDE será renovada a cada três anos na proporção de 1/3 de seus membros, com os seguintes critérios para a entrada:

- I - A maior qualificação na área de conhecimento do curso;
- II - A maior produção científica no escopo da área de conhecimento do curso;
- III - A maior experiência docente;
- IV - Havendo empate, pelos critérios anteriores, a renovação dos membros do NDE deverá ser decidida pelo Conselho do Departamento.

§ 4º Na impossibilidade de renovação de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros, o NDE mantém sua constituição, por mais um ano.

§ 5º Transcorrido o período de três anos de atuação do NDE, havendo ou não renovação dos membros, as funções de coordenador(a) e vice-coordenador(a) deverão ser renovadas.

Art. 4º O diretor de núcleo/campus ou chefe de departamento, quando houver disponibilidade, deverá designar um servidor técnico administrativo, preferencialmente um Técnico em Assuntos Educacionais, para assessoramento técnico e pedagógico, o técnico terá direito a voz, mas não terá direito a voto.

Art. 5º Compete ao diretor de núcleo/campus a emissão de portaria que deverá ser encaminhada à PROGRAD para atualização nos sistemas de informação da UNIR.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO

Art. 6º A coordenação do NDE será exercida pelo(a) coordenador(a) e vice-coordenador(a) eleitos em reunião do NDE.

Parágrafo único. Na ausência do coordenador(a) e vice-coordenador(a) do NDE, o docente mais antigo no respectivo NDE assumirá a presidência da reunião, devendo ser lavrado a Ata, assinada pelos membros presentes.

Art. 7º Compete a Coordenação do NDE:

- I - Elaborar o plano de trabalho do NDE para cada ano letivo com base no PPI institucional e no PPC do curso, submetendo-o à apreciação do NDE e encaminhando-o ao colegiado do curso para aprovação;

- II - Convocar e presidir as reuniões do NDE;

III - Designar, no âmbito do NDE, relator para estudo de matéria a ser pautada pelo NDE;

IV - Coordenar a integração do NDE com os demais colegiados e setores da instituição.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 8º O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do(a) seu(a) coordenador(a), uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo(a) coordenador(a) ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros. Parágrafo único. No início de cada semestre letivo, período de planejamento de ensino, o(a) coordenador(a) do NDE deverá encaminhar ao diretor de núcleo/campus o calendário de reuniões, prevendo a realização das reuniões mensais, e o NDE encaminhará o respectivo calendário ao departamento acadêmico para ciência.

Art. 9º O quórum de reunião do NDE é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 1º Decorridos 15 (quinze) minutos e não sendo atingido o quorum, a reunião será cancelada e o(a) coordenador(a) deverá remarcar a reunião, devendo constar em Ata.

§ 2º Toda justificativa de falta deverá ser apreciada pelo NDE até a reunião subsequente.

§ 3º Será desligado e substituído do NDE o membro que não comparecer às reuniões por três vezes consecutivas ou cinco vezes alternadas durante o período de um ano, sem a devida justificativa com amparo legal.

§ 4º O conselho de departamento indicará o docente substituto de membro do NDE que venha a ser desligado, respeitando-se o disposto sobre as regras de composição.

§ 5º O membro desligado só poderá ser reeleito para o respectivo NDE após três anos do seu desligamento.

§ 6º Deverá ser permitida a presença dos interessados nas reuniões, bem como disponibilizado o link do streaming e informado o local e horário da reunião presencial.

§ 7º Os membros externos ao NDE que assistem à reunião deverão manter o decoro e só poderão se pronunciar se autorizados por maioria simples de votos.

Art. 10. A pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser enviadas aos membros do NDE, com cópia aos docentes do curso, e publicizada no site do departamento do curso com antecipação mínima de 72 (setenta e duas) horas.

§ 1º A organização da pauta deverá seguir a seguinte ordem:

I - Comunicados;

II - Ordem do dia;

III - Outros.

§ 2º Para fins de registros, cada ponto de pauta deve ser apresentado a partir de uma exposição de motivo contendo:

I - Natureza da Solicitação;

II - Justificativa;

III - Recomendação.

Art. 11. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e serão encaminhadas ao conselho de departamento.

Parágrafo único. Na hipótese de empate nas votações, além do voto ordinário, o(a) coordenador(a) do NDE terá o voto de qualidade.

Art. 12. A cada reunião lavrar-se-á a ata que será lida, discutida e aprovada pelos membros.

Parágrafo único. Após aprovação será subscrita pelo(a) coordenador(a) e secretário e publicada no site institucional do departamento acadêmico do respectivo curso.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Casos omissos deverão ser encaminhados ao Conselho Superior Acadêmico (CONSEA).